

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FERNANDO MARCELINO PEREIRA

**UMA “NOVA CLASSE” NO CAPITALISMO BRASILEIRO RECENTE?
UM ESTUDO SOBRE A DIREÇÃO EXECUTIVA DA PREVI DURANTE O
GOVERNO LULA**

CURITIBA

2013

FERNANDO MARCELINO PEREIRA

**UMA “NOVA CLASSE” NO CAPITALISMO BRASILEIRO RECENTE?
UM ESTUDO SOBRE A DIREÇÃO EXECUTIVA DA PREVI DURANTE O
GOVERNO LULA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato

CURITIBA

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Rua General Carneiro, 460 – 9º Andar Sala 908 Fone: 3360-5233.

PARECER

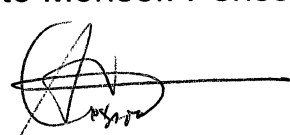
A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **FERNANDO MARCELINO PEREIRA**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada “UMA “NOVA CLASSE” NO CAPITALISMO BRASILEIRO RECENTE? UM ESTUDO SOBRE A DIREÇÃO EXECUTIVA DA PREVI DURANTE O GOVERNO LULA”, decidiu favorável à “..... *APROVAÇÃO*” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política.



Curitiba, 10 de Julho de 2013.


Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto


Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto


Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
(orientador e presidente)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meu orientador, Adriano Codato. Agradeço-lhe também pela paciência com os meus limites e vitórias para a conclusão deste Trabalho de Dissertação de Mestrado. Também agradeço ao professor Renato Perissinoto, pela gentileza de conversar sobre o método de escolha dos membros da PREVI e pelo apoio.

Tenho profunda gratidão aos meus pais, Clynton Pereira e Bárbara Marcelino, não só pelo amor incondicional, mas também pela importância que apresentam para a minha formação intelectual e de meu irmão Guilherme.

Sou grato também aos meus amigos e amigas que estão ou estiveram presentes na minha vida.

Um agradecimento enorme ao meu querido avô, Walmor Marcellino, meu exemplo de amor e coragem.

RESUMO

Esta dissertação discute as relações existentes dos fundos de pensão na estrutura de classes, concentrando-se no período em que vigorou o Governo Lula (2003-2010), por se tratar de um momento histórico especialmente relevante, em que as forças políticas principais do governo têm suas bases sociais no sindicalismo - CUT e há um forte interesse destes sujeitos na temática dos fundos de pensão. Descrevemos o processo de reorganização do capitalismo nas últimas décadas, com ênfase no papel desempenhado pelos fundos de pensão e outros investidores institucionais. Estudamos o desenvolvimento dos fundos de pensão na realidade brasileira numa perspectiva histórica, para então se debruçar sobre as transformações ocorridas durante o Governo Lula. A partir do estudo empírico da Direção Executiva da PREVI verificamos a hipótese da formação de uma “nova classe” e o rearranjo na estrutura de classes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Fundos de pensão; PREVI; Governo Lula; Nova classe.

ABSTRACT

This dissertation discusses the relationship of the pension funds in the class structure, focusing on the period of Lula's Government (2003-2010), because it's a historic moment particularly relevant, in which the main politic forces sustaining the government have their bases in social unionism-CUT, which have strong interests in the pension funds issue. We describe the process of reorganization of capitalism in the last decades with emphasis in the pension funds and others institutional investors. We study the development of the pension funds in brazilian reality with a historical perspective, to demark the transformations in Lula's Government. With an empirical study of the Executive Direction of PREVI, we discuss the hypothesis of a "new class" and the rearrangement in the class structure.

KEY-WORDS: Pension funds; PREVI; Lula's Government; New class.

LISTA DE SIGLAS:

ABRAPP: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ANAPAR: Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão

ANABB: Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil

BB: Banco do Brasil

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento

BNDESPar: BNDES Participações

CAPs: Caixa de Aposentadorias

CEF: Caixa Econômica Federal

CGPC: Conselho de Gestão de Previdência Complementar

CUT: Central Única dos Trabalhadores

EFPC: Entidades Fechadas de Previdência Complementar

EFPP: Entidades Fechadas de Previdência Privada

ERISA: Employee Retirement Income Security Act

FAT: Fundo de Apoio ao Trabalhador

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIP: Fundo de Investimento em Participações

FUNCEF: Fundação dos Economiários Federais (CEF)

FUNPRESP: Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PETROS: Fundação Petrobras de Seguridade Social

PREVI: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

PREVIC: Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1. Revisão da Literatura: Classes sociais, “nova classe” e classes intermediárias.....	11
1.2. A delimitação do objeto de pesquisa.....	22
1.3. Metodologia e hipótese.....	23
1.4. Como foi elaborado o texto.....	25
2. A REVOLUÇÃO INVISÍVEL DOS FUNDOS DE PENSÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	27
2.1. O papel dos Fundos de Pensão e outros Investidores Institucionais no capitalismo recente.....	27
2.2. Capital portador de juros, fundos de pensão e desenvolvimento econômico.....	34
2.3. Conclusão.....	40
3. O DESENVOLVIMENTO DOS FUNDOS DE PENSÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO	41
3.1. Do século XVII ao golpe de 1964.....	41
3.2. Do regime ditatorial-militar à redemocratização	44
3.3. De Collor à FHC.....	48
3.4. As Leis Complementares de 2001.....	51
3.5. A revolução invisível dos fundos de pensão no Governo Lula	55
3.6. Conclusão.....	62
4. UMA “NOVA CLASSE”? UM ESTUDO SOBRE A DIREÇÃO EXECUTIVA DA PREVI DURANTE O GOVERNO LULA	64
4.1. Do “novo sindicalismo” a “nova classe”?.....	64
4.2. Desenvolvimento da PREVI.....	73
4.3. Aspectos da organização interna da PREVI.....	75
4.4. Considerações sobre o perfil dos dirigentes: afinal, uma nova classe?.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXO	98

1. INTRODUÇÃO

Chico de Oliveira, logo no início do governo Lula em 2003, defendeu a formação de uma “nova classe” no capitalismo brasileiro. Seu lugar no sistema seria definido pela função que ocupa no acesso aos fundos de pensão e outros fundos públicos. Essa nova classe se estruturaria, de um lado, com os técnicos e intelectuais *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e os operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. Dessa maneira, a elite do sindicalismo nacional, e, por consequência, o grupo dirigente do PT, passaria a constituir uma nova classe social. Essa “nova classe social”, além dos banqueiros do PSDB, seria composta pelas “capas mais altas do antigo proletariado” que se tornaram:

Administradores dos fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representante dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – o maior financiador de longo prazo no país, justamente operando no BNDES (OLIVEIRA, 2003, p. 146).

Em diversos escalões do governo, nas empresas estatais, nos seus conselhos de gestão, nos conselhos das empresas com participação acionário do Estado ou nos fundos de pensão das estatais, ex-dirigentes sindicais passaram a encontrar um novo *locus* de poder no Estado com o controle do fundo público. Por meio desses fundos estatais e semiestatais se cria uma ponte com o sistema financeiro que incentiva o processo de precarização do trabalho social organizado.

Em texto recente, Oliveira (2011) retoma sua hipótese acerca da “nova classe”. Para ele o segredo do governo Lula foi encontrar mecanismos próprios e eficazes de financiamento da economia brasileira. A novidade dos últimos anos foi encontrar uma fonte permanente, os fundos de pensão com origem em empresas estatais.

Vejo como favorável o impacto dessa nova classe social e dessa configuração do capitalismo brasileiro. Favorável ao capitalismo, que fique bem entendido. Esse modelo nasce com a financeirização da economia, mas sem uma fonte de financiamento permanente, estável e de longo prazo, a financeirização, por si só, faria pouco efeito. Novos são essa fonte interna e o pacto político em torno dela. Como é novidade o fato de que os sindicalistas passaram a participar do êxito do capitalismo. Por meio dos fundos de pensão dos trabalhadores, transformaram-se nos maiores investidores institucionais do Brasil, desbancando qualquer instituição financeira conhecida. Esse modelo não só resolveu um dos gargalos estruturais da

economia brasileira, criando uma fonte permanente de financiamento – afinal, esses fundos não se extinguem – como também eliminou estruturas de conflito entre trabalhadores e elites (OLIVEIRA, 2001, p.2).

A existência de uma “nova classe” na sociedade brasileira é certamente provocativa. Mesmo que se discorde de Oliveira, é uma provocação que obriga a reflexão. Afinal, o que são os sindicalistas que controlam gigantescas massas de capital oriunda da acumulação dos salários de trabalhadores por meio de fundos de pensão?

Dentre os estudiosos brasileiros sobre o papel dos dirigentes dos fundos de pensão no capitalismo brasileiro, a polêmica com Oliveira sobre uma “nova classe” teve variadas expressões.

Maria Jardim (2008) defende a formação de uma “nova” elite no Brasil, oriunda do mundo sindical e que atualmente está presente no mercado financeiro, sobretudo na criação e gestão de fundos de pensão. Ela se foca nas transformações percebidas em certos sindicalistas, denominada pela autora como “reconversão dos sindicalistas”. Trata-se de um processo criado e iniciado por uma “elite” oriunda do meio sindical que trabalha para consolidar a ideia dos fundos de pensão. Como formadora de opinião, essa “elite” buscou a aliança de diversos e diferentes atores que, até então, jamais haviam dialogado entre si, tais como atores do mercado financeiro, empresários do setor de previdência complementar, membros do governo Lula e sindicalistas. Os membros dessa “elite” são oriundos do setor bancário de São Paulo, fazem parte do núcleo formulador das políticas do PT, passaram pela FGV/SP, são de origem social de classe média, do sexo masculino, considerados brancos e heterossexuais. Mulheres, negros ou índios inexistem nesse espaço social, onde, da mesma forma, a regra “da boa etiqueta” não possibilita espaço para as “posturas desviantes”, como o homossexualismo. Sua pesquisa diverge de Chico de Oliveira, para quem os dirigentes de fundos de pensão constituíram uma nova classe social. Para ela, apesar da presença na gestão dos fundos de pensão, trata-se de uma estratégia sindical limitada, à medida que internamente ao mercado financeiro não influenciam de forma decisória os destinos do capitalismo (JARDIM, 2008, p.7). Por mais que seja uma elite sindical e política, seus membros não formariam assim uma “nova classe”¹.

¹ Nos trabalhos de Roberto Grün, importante estudioso brasileiro da “sociologia das finanças”, a ligação entre os gerentes dos fundos em relação às classes sociais não é elaborada. Ele parece enquadrar seus gestores nas “classes médias”. Nesse sentido ele critica as posições tradicionais do marxismo pela existência de uma vasta zona de indeterminação ocupada pelas “classes médias”. Estes estratos médios seriam uma massa plástica com uma quantidade elevada de grau de liberdade em relação as classes polares da sociedade industrial. Dentro deste espaço de possibilidades, convivem de maneira conflituosa, mas também interativa. Grün entende que os gerentes não formam uma “terceira classe” entre o capitalista e o trabalhador, mas uma espécie de capitalistas sem capital (GRÜN, 1990, p. 59).

Alvaro Biachi e Ruy Braga (2012) também debatem a análise de Oliveira. Próximos às conclusões de Jardim, eles defendem que o “transformismo” da alta burocracia sindical instalada nos fundos de pensão não foi suficiente para gerar uma “nova classe”, mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do novo sindicalismo na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Esta via liquidaria completamente qualquer possibilidade de retomada da defesa, por parte desta burocracia, dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras. Denominaram esse processo de “financeirização da burocracia sindical”. Por mais que os autores defendam que tenha ocorrido a conversão de dirigentes sindicais em gestores financeiros, não fica claro qual seria o papel destes gestores na estrutura das classes sociais, se comporiam alguma outra classe ou não.

Mauro Iasi (s/d) também polemiza com a análise de Oliveira. Na sua caracterização das determinações de classe do governo Lula ele defende que não se formou uma “nova classe” baseada na administração dos fundos de pensão. O que houve foi o deslocamento político da classe trabalhadora (classe que é a origem pessoal de várias das figuras centrais do governo inclusive do ex-presidente Lula), sem que tenha composto a burguesia como um setor específico. Seu campo de ação e suas bases de poder (político, social e econômico) advêm do controle de espaços políticos de representação passiva (sindicatos, centrais, partidos, mandatos e cargos administrativos). Nesse sentido ele utiliza o termo "pequena burguesia política".

Apesar da origem de classe de alguns mandatários ou representantes, a lógica política que se impõe é a da conciliação de classe, do interesse na “nação” acima dos particularismos de classe, da harmonização dos conflitos e, principalmente, na crença que o desenvolvimento da economia capitalista resolve as desigualdades sociais através do ciclo virtuoso da produção, emprego, consumo e que aos mais miseráveis o Estado contempla com políticas compensatórias. O horizonte desta formulação é pequeno-burguês (IASI, s/d, p. 2).

Para Iasi, como a fonte de poder é o controle de espaços políticos de representação, inclusive no que tange ao controle dos fundos de pensão, trata-se de uma pequena burguesia “política”, querendo indicar que seu poder deriva fundamentalmente do controle de espaços políticos de representação. Esta “pequena burguesia política” teria se independentizado da classe e passaria a controlar os trabalhadores por meio de aparatos que não dependem da capacidade de organização e ação concreta. Pelo contrário, sua força vem, em grande medida, da passividade da classe que se submete a uma hegemonia passiva (idem, p.3). Iasi não se preocupa em explicar se essa “pequena burguesia política” chega a transformar a estrutura de classes. Também não são claras as consequências da ascensão do assalariado explorado para a

“pequena-burguesia”, seja do ponto de vista político, seja por seu impacto na economia nacional. Nestas análises, de maneira geral, por mais que se refute a ideia de uma “nova classe”, não se enfrenta o debate sobre as supostas ou reais repercussões dos gestores dos fundos de pensão no terreno das classes sociais.

Adentrando nesta problemática está o trabalho de Sidartha Soria e Silva (2011). Para ela a “nova classe social” não é de fato uma classe. Em termos empíricos, ela não passaria da condição correspondente à gestão/controle do capital, a despeito de não ser proprietária dele. Portanto, não há uma “nova classe social”, e sim apenas um desdobramento ou desenvolvimento – em direção a segmentos de sindicalistas ou ex-sindicalistas – da dimensão da gestão e controle do capital. Sugere-se que os fundos de pensão expressariam um fenômeno que relativiza a distinção formal entre as condições do trabalhador e do capitalista, entre os trabalhadores e suas instâncias representativas sindicais, uma vez abarcadas por ele, ocasionando uma “intersecção entre capital e trabalho”, em que se confundem, num mesmo sujeito, elementos pertencentes a ambas as classes sociais. Tal intersecção se expressa no desenvolvimento, por um lado, de instâncias gestoras ou controladoras do capital oriundas do trabalho organizado, e, por outro, em uma parcela da própria classe trabalhadora gozando da paradoxal condição de serem trabalhadores e capitalistas financeiros ou rentistas (idem, p. 252). Esta visão é muito produtiva para o presente trabalho, pois capta a singularidade dos gestores, abordado pela autora para via da “intersecção de classes”.

Este trabalho nasceu do interesse em verificar a ideia da “nova classe”, oriunda do sindicalismo da CUT e operacionada pelo governo dirigido pelo PT durante o mandato de Lula entre 2003 e 2010. Com o estudo sobre o desenvolvimento dos fundos de pensão e a trajetória dos novos gestores observamos se a situação inusitada de sindicalistas e ex-sindicalistas estarem no controle dos principais fundos de pensão públicos influi na estrutura das classes sociais no Brasil. Minhas questões principais são: qual é seu papel destes novos gestores dos fundos públicos na estrutura de classes? Estes gestores fazem parte da classe burguesa ou da classe trabalhadora? Ou compõe os estratos intermediários da pequena-burguesia e/ou “classe média”? Ou não fazem parte de nenhuma delas, formando assim uma “nova classe social”?

1.1. REVISÃO DA LITERATURA: CLASSES SOCIAIS, “NOVA CLASSE” E CLASSES INTERMEDIÁRIAS

Antes de explanar propriamente sobre o objeto de estudo proposto pelo trabalho é importante fazer uma breve apresentação do campo de análise sobre as classes sociais. Importa muito para a compressão sobre o papel dos gestores de fundos de pensão na estrutura de classe o modo preciso como as classes sociais são conceituadas. Em geral o conceito “classe social” é visto como instrumento privilegiado da abordagem marxista nas ciências sociais, mas embora seja seu “centro nervoso”, é marcante a ausência de consenso na definição de quais critérios inserem os agentes dentro das classes e, conseqüentemente, quais seriam seus interesses e posições na luta de classes. Esta tensão se agravou ainda mais porque os conceitos referentes às classes sociais no sentido marxista tradicional têm sido alvo de uma miríade de teorias que tendem, por um lado, ao relativo abandono dessas definições e, por outro, a uma “atualização” que comporte as novas formas em que o trabalho e a propriedade se constituem.

A classificação dos seres humanos conforme sua posição na divisão social da propriedade e no processo produtivo não é uma “invenção marxista”, por mais que por vezes se trate extensivamente do surgimento do capitalismo e da burguesia como a origem das classes sociais. Mesmo os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, em sua tentativa de explicar as novas formas produtivas capitalistas, tiveram a divisão da propriedade como base para a análise da classificação social. Segundo Smith e Ricardo, a nova modalidade de produção se confrontava com três classes de atores: a) a dos proprietários territoriais, que vivia da renda fundiária, materializada na forma de trabalho (corveia), produtos (parcela da produção), ou dinheiro (aluguéis); b) a dos proprietários capitalistas, que vivia de lucros, de juros e aluguéis; e c) a dos que não possuíam propriedades capazes de gerar rendas, lucros, juros e aluguéis, mas possuíam força de trabalho. Essa terceira classe podia vender sua força de trabalho, por determinado tempo, em troca de salário, aos proprietários territoriais, para lavrar e cultivar a terra e colher a safra, e/ou aos proprietários capitalistas, para movimentar as ferramentas e máquinas e processar as matérias primas para produzir bens de uso (SMITH, 1988; RICARDO, 1965).

Marx adotou o mesmo critério histórico de classificação das classes e da relação de cooperação e luta entre elas, conforme aceita por aqueles economistas clássicos. Porém, ao contrário deles, estabeleceu que, do mesmo modo que a burguesia mercantil fora a classe que, em luta contra os senhores feudais, os superara e os liquidara como classe, o proletariado era a

classe que mais fortemente se opunha ao capitalismo e estava fadada a superá-lo e liquidar não apenas a burguesia, mas também a si próprio, como classes. Embora esta tese de Marx gere uma polêmica intensa, seu critério básico para a diferenciação entre as classes, isto é, a relação com a propriedade ou, em outras palavras, a posição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa o processo produtivo e de troca, se mostrou a mais apropriada para a análise da estrutura de classes das sociedades.

Na tradição marxista, o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. As classes sociais representam grandes grupos sociais definidos por sua inserção nas relações fundamentais de produção dentro de um sistema econômico e social particular. Mas trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si gerando interesses intrinsecamente opostos e antagônicos. As classes são a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção e definem-se em termos de relações de propriedade – e luta por sua transformação. As classes deste gênero costumam ser duas: a classe dirigente e detentora dos meios de produção e a classe executante, privada dos meios de produção e trabalhando para a primeira. As formas específicas desta relação contraditória é o que caracteriza diferentes modos de produção.

No caso do modo de produção capitalista a burguesia nasceu antes da classe trabalhadora assalariada. Mas só cresceu e desenvolveu o que conhecemos como capitalismo quando os camponeses foram expulsos da terra e se transformaram numa massa de pobres livres que só tinham como propriedade sua força de trabalho. Dessa forma começou a se delinear duas classes fundamentais, a classe capitalista, ou burguesa, proprietária do capital e a classe dos trabalhadores assalariados, ou proletários, expropriados da propriedade de meios de produção, mas proprietários de força de trabalho. A relação entre os donos de capital, a burguesia, e os donos de força de trabalho, os trabalhadores livres seria mediada pelo salário. Estes precisam vender sua força de trabalho para obter esse salário com o qual subsistem. E a burguesia precisa do trabalhador porque é do uso da força de trabalho assalariada que arranca um valor que acrescenta ao capital investido na produção, realizando um processo contínuo de acumulação capitalista. Desse ponto de vista, as classes proletária e capitalista são as classes fundamentais de uma formação social capitalista.

A constatação dessa bipolaridade no modo de produção capitalista não significa que Marx exclua a existência de outras classes nas formações sociais capitalistas. No último capítulo de *O Capital* (1979), Marx chama a atenção para o fato de as camadas intermediárias e transitórias da sociedade obscurecerem os limites das classes. Em *A Luta de Classe na*

França, 1848-1850 e O Dezoito Brumário, Marx fornece uma análise de classe de uma situação política. Seu exame da aristocracia financeira, burguesia industrial, pequena burguesia, campesinato, lumpenproletariado, proletariado industrial, burocratas, profissionais liberais, burguesia monárquica e grande burguesia na França não apenas produziu um grande número de termos classistas, mas também os combinou com uma visão de estado, das instituições e partidos políticos. É possível identificar que Marx procurou estabelecer a determinação objetiva dos agentes de acordo com as relações de produção, isto é, as injunções econômicas, sem se afastar dos caracteres políticos e ideológicos. A complexa relação destes elementos, que nunca aparecem isoladamente, conflui numa noção mais aprofundada das classes e, principalmente, da luta de classes².

Em relação ao papel dos “gestores” na estrutura capitalista, o mais próximo que podemos encontrar na obra de Marx está no terceiro livro de *O Capital* (2008). Nota-se que com o desenvolvimento do sistema financeiro global são formadas “sociedades de ações” com grandes massas de capital monetário, o que força a *despersonificação do capitalista no campo produtivo*, o que Marx chamou de “a mistificação do capital na forma mais contundente” (2008, p. 521). Nestas condições, o capitalista ativo como tal fica existindo apenas como um “funcionário especial” que gere a empresa. Nas palavras de Marx, “o capitalista desaparece do processo de produção como *figura supérflua*” (idem, p. 513). Continuando com Marx:

Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social. Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligada até agora à propriedade do capital se transformarão em simples funções dos produtores associados, em funções sociais (ibidem, p. 583).

Esse “deslocamento qualitativamente essencial” é a passagem onde Marx caracteriza uma “nova configuração” do capitalismo – um período de transição marcada pelas contradições entre a grande indústria e o capital, entre a produção e a apropriação privada da mais-valia. O capitalista industrial se torna um gerente que busca a auto-organização do

² Revela-se, dessa forma, que a classe capitalista detém não só o poder econômico, mas também o poder político, não porque os capitalistas necessariamente ocupam os principais e mais altos postos políticos do Estado, mas porque a estrutura do elemento político nas sociedades capitalistas, e mais especificamente do Estado capitalista, corresponde e assegura a preservação e reprodução da completa dominação da classe capitalista. Da mesma forma, torna-se evidente que a estrutura da ideologia burguesa dominante (a ideologia de direitos individuais e iguais etc.) corresponde à perpetuação e reprodução da ordem social capitalista e dos interesses duradouros da classe capitalista. A ideologia dominante constitui, assim, um processo de consolidação dos interesses da classe capitalista, precisamente por meio de sua materialização como *modus vivendi* não apenas da classe dominante, mas também, de forma modificada, das classes dominadas (Marx, 1990, p.899).

trabalho devida a perda de autoridade da burguesia, dando espaço a formação e expansão dos gerentes “trabalhadores capitalistas” (Marx). Dessa forma, Marx compreende estes gerentes como de crucial importância para a perpetuação da forma de exploração do capital. São os gestores que passariam a articular as diferentes ramificações de desenvolvimento do capital, o que os coloca como indispensável às suas necessidades iminentes, ao invés da senil, amorfa e inapta burguesia. Conduzindo o conjunto dos capitalistas, estes gerentes se opõem aos trabalhadores, mas não aparecem como a classe burguesa e nem precisam adular as aparências e o estatuto legal tipicamente burguês.

Mas se os gestores têm este papel crucial no desenvolvimento do capitalismo, porque não tratá-los de forma sistemática? Quer dizer que estes “gestores” são responsáveis por levar a cabo uma “fase transitória” que “levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social” (ibidem, p. 583) e não tem importância na estrutura capitalista e nem trazem consigo uma série de outras concepções que nos fornecem uma percepção consideravelmente diferenciada das classes sociais? Infelizmente, sobre as consequências da expansão da propriedade dos produtores associados na estrutura capitalista, as considerações deixadas por Marx mais obscurecem do que resolvem a questão, principalmente porque quando escreveu esta “fase transitória” não estava em vista. Talvez seja por isso que Marx não tenha elaborado uma teoria das classes, porque não sabia o que fazer com estes agentes pós-burgueses, produto do desenvolvimento do capital e capazes de reverter a propriedade privada da burguesia em propriedade dos produtores associados.

Não é a toa que, durante o século XX, um dos pontos mais controversos do debate sobre as classes sociais foi discernir se é necessário um desenvolvimento teórico, além das categorias originais de Marx ou, ainda, se essas categorias precisam ser revistas e/ou complementadas, em especial pelos efeitos das revoluções socialistas sobre as classes sociais e pela existência das classes intermediárias entre capitalistas e trabalhadores.

Um dos principais expoentes que sugere a existência de uma “nova classe” advinda do próprio meio operário após a revolução socialista é Milovan Djilas, ex-dirigente comunista iugoslavo (1971). Na sua argumentação, Chico de Oliveira diz que é hora de reler o famoso livro *A Nova Classe* (1971). O livro expõe a formação de uma “nova classe” a partir do controle do aparato produtivo estatal pela burocracia mais o poder político do partido único nos regimes socialistas.

No caso da Rússia, a “nova classe” teria se desenvolvido gradualmente no interior do partido bolchevique, mas se formou definitivamente após a subida ao poder em 1917. Isso não quer dizer que a “nova classe” e o partido dos bolcheviques sejam idênticos: “o partido, porém, representa a essência dessa classe, a sua base. É muito difícil, talvez impossível, definir seus membros. Pode-se dizer que ela é constituída daqueles que gozam privilégios especiais e favoritismo econômico devido ao monopólio administrativo que detêm” (idem, p. 43). Esta classe surge no vácuo revolucionário, onde “o capitalismo e outras classes antigas tinham de fato sido destruídas, mas uma nova classe, antes desconhecida na história, se havia formado” (idem, 1971, p. 62). A origem social da “nova classe”, assim, está profundamente ligada com o proletariado. Com a revolução russa, com o pretexto de salvaguardar a “propriedade socialista”, a “nova classe” age em benefício dos seus próprios membros e apropria-se do produto do trabalho nacional.

Para Djilas, a “nova classe” era equivalente a burocracia, mais exatamente a burocracia política. Ela surgiu e desenvolveu-se da profissionalização do militante comunista, o qual após o estabelecimento político e econômico passaria a desfrutar de privilégios do monopólio administrativo. Caracteriza-se, também, por ser constituída somente pela burocracia política, enquanto a burocracia administrativa consta apenas como mero aparato sob o seu controle. Sua grande realização histórica foi a alteração substancial das formas de relações sociais e propriedade. Enquanto o capitalismo consolidou a propriedade privada, o socialismo cuidou de destruí-la, porém, substituindo-a pela propriedade coletiva que pode ser encontrada sob a administração monopolística dessa “nova classe” dominante. Cabe observarmos que, para este autor, a nova classe é um fenômeno restrito do regime comunista e, ainda assim, localizado no plano da burocracia política. Esta “nova classe”, portanto, está no poder e controla a propriedade coletiva. Sua origem do proletariado é decisiva para legitimar sua dominação. Este raciocínio, com diferentes matizes, pode ser encontrado em outros dissidentes, como Bruno Rizzi, que identifica na burocratização do mundo o fundamento de transformações no modo de produção rumo ao “coletivismo burocrático” (RIZZI, 1983).

Djilas fora um anunciador da existência de uma terceira classe social, cuja origem identificou nos desdobramentos da revolução russa e, quanto à sua existência, circunscreveu-a no partido comunista. Vale destacar que sua contribuição acerca da forma de propriedade coletiva que esta “nova classe” controla na sociedade é importante para a ideia de Oliveira sobre os gestores dos fundos de pensão. Em sua dimensão política, a obra de Djilas nos ajuda a entender a formação desta “nova classe” a partir das tentativas de transformação no modo de

produção operada pelos socialistas, entretanto, não nos ajuda muito para entender a formação desta “nova classe” no Brasil contemporâneo.

O debate sobre a “nova classe” passou a ganhar outros contornos com as transformações operadas na estrutura de classes no capitalismo. O grosso das elaborações marxistas neste sentido foi voltada à abordagem das classes intermediárias ou “classes médias”.

A questão da classe média de assalariados intermediários e seu papel na luta de classes inclui a teoria dos “empregados em escritório” de Braverman (1978); a teoria de Nicos Poulantzas (1977) da nova pequena burguesia; a teoria de Erik Olin Wright (1981) de posições contraditórias de classe; e a teoria dos gestores de João Bernardo (1991), entre outros expoentes. De maneira geral, todos consideram a relação capital/trabalho como definidora do eixo principal das relações de classe no capitalismo. Da mesma forma, destacam a importância das categorias sociais de profissionais, gerentes e executivos, funcionários burocráticos, empregados altamente qualificados, que não se encaixam propriamente nas relações de classe polarizadas entre capitalistas e trabalhadores.

Um dos principais aspectos que influenciou boa parte das obras citadas refere-se à forma pela qual as relações de assalariamento desenvolveram-se no século XX, de maneira distinta daquela exposta (ou, pelo menos, tal como foi interpretado) na obra de Marx. Todos esses pensadores estavam insatisfeitos com os seguidores de Marx que se concentravam apenas em duas classes, polarizadas em torno de trabalho e capital. Perceberam que ao contrário de tender a um aumento relativo e absoluto do número de proletários e à consequente polarização social entre esses proletários e os proprietários dos meios de produção, o que o capitalismo do século XX presenciou foi o aumento do número de integrantes de um estrato intermediário: nem proprietários, nem operários manuais, os assalariados não-manuais das áreas técnicas, administrativas e de setores não-fabris teriam formado as grandes, porém difusas, classes médias.

Como a acumulação capitalista monopolista do século XX exigiu uma “administração científica do trabalho”, aos poucos cresceu significativamente um segmento de assalariados não vinculado diretamente à produção manual das mercadorias no trabalho fazendo atividades de gerência, administração e demais funções burocráticas e especializadas a certo tipo de conhecimento técnico – e não somente nas empresas privadas, mas, igualmente, nos aparelhos de Estado.

Como foram encaradas estas transformações? Ao falar sobre “trabalhadores em escritório”, Henry Braverman (1987) estava se contrapondo às noções de colarinho-branco ou

“nova classe média” comumente utilização para caracterizar estes agentes. Para ele, os “trabalhadores em escritório” são típicos da fase monopolista do capitalismo, composta por assalariados em funções burocráticas não-manuais como contadores, secretários, caixas, telefonistas, arquivistas, recepcionistas, serviços de pessoal, entre outras funções administrativas, de planejamento e controle as quais eram complementares à produção propriamente dita e que se encontravam em indústrias, bancos, comércios, etc. O intuito era demonstrar que estas funções se distanciavam da figura do proprietário e se aproximavam cada vez mais dos operários, devido não somente a serem também assalariados, mas por apresentarem um trabalho simplificado, repetitivo e pouco autônomo (controlado por outros), além de sentirem, como os demais, a constante ameaça do desemprego. Braverman busca diferenciar estes trabalhadores em escritório de uma parte nitidamente capitalista, ou seja, os altos executivos que mantêm posições gerenciais elevadas, controle da hierarquia do processo de trabalho, poder independente de decisão, entre outros fatores. O que uniria seus membros é o recebimento de “prerrogativas e recompensas” do capital, apesar de carregarem “as marcas da condição proletária” (idem, p. 344).

Para Nicos Poulantzas (1978), além da contradição principal no modo de produção capitalista entre burguesia e classe operária, existe a classe pequeno-burguesa, que pode ser dividida entre uma fração tradicional (pequenas produção e propriedade) e uma nova pequena-burguesia, composta de trabalhadores assalariados não-produtivos e algumas camadas do “campo intelectual” do trabalho produtivo, que cresceriam com o avanço das forças produtivas capitalistas. Para a análise das classes sociais haveríamos que diferenciar a “pequena-burguesia tradicional” – formada pelos pequenos produtores, pequenos comerciantes, produtores artesanais e empresas familiares - da “nova pequena-burguesia” - composta por trabalhadores assalariados não-produtivos, engenheiros e técnicos de produção, além de funcionários do Estado. Entre elas, além da nomenclatura, teríamos em comum apenas o critério negativo de não pertencerem nem à burguesia nem à classe operária. Porém, não compartilhariam de uma mesma posição no interior da divisão social do trabalho. Ele irá designar como “nova pequena-burguesia” tanto os trabalhadores assalariados improdutivos, quanto frações produtivas do “trabalhador coletivo”, principalmente as de trabalho mais intelectual e qualificado, as quais não poderiam ser equiparadas, tendo em vista seu sentimento de pertencimento de classe, sua vinculação ao trabalho intelectual e suas condições ideológicas e políticas conjunturais, ao operariado produtor direto de mais-valia (POULANTZAS, 1978).

Erik Olin Wright (1985) rejeita as posições que defendem que nas sociedades capitalistas a polarização entre burguesia e proletariado é total e que posições intermediárias são simples “aparências” escondendo a “essência” de que estas posições fazem parte da classe trabalhadora. Wright também rejeita as soluções que propõe, diante das posições não-proletárias e não-burguesas, a existência de uma “nova classe”. Seria difícil encontrá-las ocupando uma posição comum nas relações de produção, dividindo interesses de exploração comuns e, assim, constituindo uma classe singular. Wright também rejeita as soluções que propõe que estas posições intermediárias façam parte da “nova pequena burguesia” proposta por Poulantzas. Wright não entende porque categorias tão diversas (como secretárias, gerentes, profissionais, vendedores, etc.) poderiam ter um senso de homogeneidade a respeito do problema da formação de classe, consciência de classe e luta de classes. Seria difícil entender porque eles fariam parte de uma mesma classe ou porque alguns membros dessa “nova pequena burguesia” teriam interesses contrários aos trabalhadores industriais.

Para Wright (1981), como as estruturas de classe não são polarizadas, muitas pessoas ocupam posições contraditórias dentro das relações de classe. Debatendo com Poulantzas, ele identifica “posições objetivamente contraditórias dentro das relações de classe”, ou seja, situações contraditórias de classe que levam a um entendimento mais aprofundado das possibilidades de união de interesses das classes dominadas dentro do capitalismo. Sua posição não é proletária, burguesia ou pequena burguesa. As “posições contraditórias” são contraditórias precisamente por seus interesses se encontrarem em mais de uma classe simultaneamente. Deve-se pensar, entre outros elementos, as relações sociais de produção e a formação das classes com base em critérios como controle da força de trabalho, controle dos meios físicos de produção e controle de investimentos e recursos. Assim, podem-se entender as situações contraditórias dentro dos trabalhos manuais e intelectuais a partir da posição dos agentes em relação a esses critérios. Diferentemente de Poulantzas, por não restringir o proletariado aos trabalhadores manuais, Wright acredita que podem ser incluídos vários assalariados na classe proletária, devido às condições em que executam suas atividades, ainda que não necessariamente produtivas. Diversos empregados semi-autônomos ocupariam posições contraditórias entre a pequena burguesia e o proletariado. Trata-se de localizações contraditórias porque elas compartilham, simultaneamente, características relacionais de duas classes distintas (Wright, 1981, p.57-81). Para o presente estudo, nos interessa principalmente a posição de classe de gestores, gerentes e especialistas que combinam os interesses opostos de capitalistas e proletários. Quando muito, se caracteriza os gestores constituiriam um estrato

privilegiado do proletariado e que sua existência não demanda nenhum tipo de modificação no mapa básico da estrutura de classes no capitalismo.

Wright identifica os gestores, gerentes e especialistas simultaneamente como burgueses e proletários. Por um lado fazem parte da burguesia por sua capacidade de dizer aos trabalhadores o que fazer, puni-los quando fazem seus trabalhos imprópriamente e outras formas de envolvimento direto no processo de produção. Por outro lado também são proletários porque eles mesmos são subordinados pelo que fazem e podem ser despedidos por não serem donos das empresas. Na sua relação com os trabalhadores eles são burgueses, mas na sua relação com a burguesia eles fazem parte da classe trabalhadora (1985, p. 45).

Na abordagem de Bernado (1991), o capitalismo contou com essas duas classes capitalistas desde seu início, porém, somente com o avançar da integração das unidades produtivas os gestores subordinaram os burgueses. Quanto mais se desenvolve a economia capitalista mais se consolidam os gestores como classe, os que se responsabilizam diretamente pela organização e integração desse desenvolvimento. Consta-se o fenômeno histórico no capitalismo do declínio progressivo da burguesia como classe dominante em detrimento de uma expansão progressiva dos gestores como classe dominante (idem, 1991, p.216). A “classe gestorial”, por se relacionar com a integração das unidades econômicas no processo global e com a coordenação dessas articulações, desenvolveu formas integradas de propriedade do capital, que não é particularizada individualmente. Ela é unificada por grupos mais ou menos numerosos de gestores que, enquanto coletivo de investimentos e participação societária, detêm conjuntos de empresas ou até a totalidade da economia num país (idem, p. 205).

Mesmo que formas diferentes de “personificação do capital”, as classes burguesa e gestora se diferenciam em diversos aspectos: 1) pelas funções que desempenham no modo de produção; 2) pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; 3) pelas suas diferentes origens históricas; 4) por seus diferentes desenvolvimentos históricos.

Em comparação a classe dos gestores, a burguesia funciona de maneira isolada em cada unidade produtiva com formas de propriedade fracionadas e privadas. A classe dos gestores detém formas de propriedade coletivas, ocupando uma posição diferente da burguesia no sistema de exploração. Os gestores se desenvolvem pela capacidade de controle do capital independente da sua apropriação privada, visto serem eles, e não os proprietários nominais, quem orienta os investimentos. Os gestores aparecem assim como os verdadeiros representantes do capital associado. Quando se torna independente da propriedade privada, o controle passa a caber à classe dos proprietários coletivos de capital. Assim a classe dos gestores define-se, entre outras coisas, pelo caráter coletivo da propriedade enquanto a classe

burguesa prevalece pelas formas privadas de propriedade do capital. A classe burguesa, na luta de classe contra a classe gestora, busca garantir as melhores condições para exercer a ficção jurídica baseada em exclusividade para a propriedade privada do capital. Entretanto, os gestores e a burguesia, os primeiros através de uma apropriação coletiva e os segundos através de uma privada, detêm os meios de produção contra o proletariado, realizando a apropriação do excedente mercantil. Na luta contra a burguesia a classe gestora passa a ser dominante quando consegue melhores condições para exercer a apropriação coletiva do capital, quando transmitir por herança um estatuto social, uma rede de contatos e solidariedades, da qual resulta uma posição específica na organização da vida econômica e na exploração dos trabalhadores. A realidade jurídica aqui é o caráter coletivo assumido, no interior da classe dos gestores, pela propriedade do capital. A ficção jurídica consiste em projetar essa forma de propriedade coletiva de classe em propriedade universal, identificando-se o sistema remuneratório dos gestores com o dos não-proprietários de capital, ou seja, com o assalariamento da força de trabalho. Este quadro amplifica ideologicamente a oposição entre os gestores e a burguesia e, por conseguinte, supõe uma aproximação ambígua entre gestores e trabalhadores.

Ao contrário do que se sucederia com os burgueses, o desenvolvimento e o reforço da coesão social dos gestores cresceriam em razão direta ao aumento da relevância das condições gerais de produção no conjunto do processo produtivo, processo acarretado pela própria lei do valor e pelo paralelo peso crescente da maquinaria. A burguesia perde espaços na organização dos processos produtivos, na canalização dos investimentos, no controle do mercado de trabalho e, inclusive, na esfera global dos aparelhos políticos. Isto ocorre associadamente à fragmentação e ao comportamento pulverizado que a caracteriza. Assim, afastada do controle efetivo da economia, acredita Bernardo (idem, 1985, p. 91) que, à burguesia restaria algumas alternativas como ficar circunscrita a uma posição subordinada no processo econômico, tornando-se mera rentista, ou então, na mais trágica das hipóteses (para ela), ser extinta fisicamente. Seja lá qual for sua sorte, sua inferioridade social já lhe significa menor apropriação de mais-valia, uma vez que são os gestores que conduzem-na agora na luta de classes, e, a seus critérios, determinam a porção a ser reinvestida e a que caberá a cada classe. É possível, desta perspectiva, preservar intactos os mecanismos de produção de mais-valia - uma relação social de produção determinada - sob formas diferentes de propriedade, inclusive na gestão coletiva. Nesse sentido, os gestores seriam meros portadores de novas relações de propriedade sem nunca terem posto em causa a perenidade deste modo de exploração. Sua própria remuneração é apropriação de tempo de trabalho alheio, ainda que um tipo de

exploração diferente à do capitalista particular (BERNARDO, 1977, p. 78-79). A contribuição de Bernardo nos permite avaliar a posição privilegiada dos gestores no momento da distribuição da mais-valia, como uma “personificação do capital”. Ao tomar os gestores como objeto de preocupação pode erigir uma conceituação mais sistemática a respeito da classe gestorial.

Neste mesmo sentido parecem apontar algumas reflexões contemporâneas. Para Jean-Claude Milner a burguesia no sentido clássico tende a desaparecer. Os capitalistas reaparecem como um subconjunto dos trabalhadores assalariados – gerentes qualificados para ganhar mais por sua competência (MILNER, 2011). Esta “burguesia assalariada” composta por “trabalhadores capitalistas” está de acordo com a tendência de um capitalismo gerencial sem burguesia. Neste mesmo sentido aponta Slavok Zizek,

a burguesia está progressivamente se tornando desfuncional para o próprio capitalismo. Isto quer dizer que, se o velho capitalismo envolvia idealmente um empreendedor que investia dinheiro (seu ou emprestado) em produção organizada e dirigida por ele próprio, recolhendo o lucro, hoje está surgindo um novo tipo ideal: não mais o empreendedor que possui sua própria empresa, mas o gerente especialista (ou um conselho administrativo presidido por um CEO) de uma empresa de propriedade dos bancos (também dirigidos por gerentes que não possuem os bancos) ou investidores dispersos, como os fundos de pensão. Neste novo tipo ideal de capitalismo sem burguesia, a velha burguesia desfuncional é refuncionalizada como gerentes assalariados – a nova burguesia recebe cotas, e mesmo se ela possui uma parte na empresa, eles recebem as ações como parte da remuneração pelo trabalho (“bônus por sua gerência bem sucedida”) (ZIZEK, 2012).

A ascensão da “classe dos gestores” – ainda mais gestores que controlam gigantescas porções de capital portador de juros - não poderia trazer outra coisa senão o paulatino enfraquecimento da burguesia como classe coordenadora direta dos processos decisórios e econômicos.

Ademais, interessa-nos indagar em que medida as questões e conceitos levantados por esses trabalhos podem ser tematizados à luz das transformações mais recentes do capitalismo brasileiro, com o protagonismo da nova classe política composta desde 2003, cujos braços se estendem aos gestores dos fundos de pensão. Por mais que nenhum destas teorias trate especificamente da situação paradoxal dos gestores dos fundos de pensão de origem sindical, são análises pertinentes para a delimitação de agentes não-proletários e não-burgueses nas transformações das estruturas de classes. Para o presente estudo nos interessa debater as consequências do crescimento dos fundos de pensão e seus dirigentes sindicais na estrutura de classes brasileira. Estes gestores dos fundos de pensão se enquadram em alguma “classe” ou “fração de classe”? Há lugar para a compreensão destes gestores como classe dotada de

estatuto social e determinações próprias? Se não há, por quê? E se há, como desenvolver uma teoria das classes sociais que inclua o papel destes gestores na luta de classes?

1.2. A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esta dissertação consiste basicamente na investigação da composição social da Direção Executiva da PREVI durante o governo Lula para caracterizar os gestores dos fundos de origem sindical na estrutura das classes sociais no capitalismo brasileiro. Meu propósito específico é identificar a origem social, a trajetória sindical e política e os valores ideológicos dessa elite confinada nos fundos de pensão a partir de um estudo empírico da PREVI.

Por mais que a expansão dos fundos de pensão seja uma das principais tendências do capitalismo brasileiro recente, os estudos ainda são incipientes no sentido de proporcionar uma leitura mais elaborada sobre uma teoria econômica sobre o papel e as causas do crescimento econômico deste tipo de instituição assim como a composição político-social e consciência dos gestores destes fundos.

Logo, a PREVI durante do governo Lula é um ponto de partida para circunscrever mais e melhor o problema de pesquisas desse tipo, para exemplificar as questões relacionada à estrutura das classes sociais e mesmo para elencar quais são os pontos mais relevantes nesse tipo de tema (a relação entre os gestores e instituições políticas, processo decisório sobre investimentos). O caso da PREVI permitiria, ao fim, comprovar a hipótese relativa a formação de uma “nova classe”. Se não pudermos encontrar vestígios desta hipótese na PREVI, órgão com bilhões de reais em caixa, ator de primeira grandeza na economia brasileira, com participação acionária em inúmeras empresas - entre elas a Vale do Rio Doce, Oi, Brasil Foods, Embraer, etc – e investidora em setores estratégicos, provavelmente esta hipótese não tem nenhuma relação com a realidade social. Enfim, se os gestores da PREVI não representam fielmente esta “nova classe” é muito provável que ela nem exista. Este é tema que merece um estudo muito detalhado, em especial pelas supostas ou reais repercussões no terreno das classes sociais, na reorganização do capitalismo brasileiro bem como o papel desempenhado pelo sindicalismo na vida política brasileira contemporânea.

Para o presente estudo, o enfoque está voltado na composição social da Diretoria Executiva da PREVI, no período entre 2003 e 2010. O universo da pesquisa compreende ao todo só 12 indivíduos. É claro que para se ter uma visão mais completa sobre a composição social da PREVI seria preciso um estudo mais amplo que o proposto, o que incluiria os

membros do conselho deliberativo e fiscal, os membros participantes dos conselhos de administração das empresas que a PREVI ajuda a controlar, dentre outros espaços que compõe a organização da PREVI. Mas no presente estudo o enfoque se encontra na Diretoria Executiva, por ser o principal locus de poder na organização, na figura do seu Presidente e outras Diretorias responsáveis pelo dia a dia do fundo e com lastro direto junto ao com o Governo Federal, ao Banco do Brasil e as empresas de capital compartilhado.

Nosso estudo se encontra numa vertente que se debruça sobre a economia e a política ao mesmo tempo, debatendo tanto a instituição como os sujeitos que integram os fundos de pensão. Convém recuperar analiticamente nesta dissertação as transformações sociais, políticas e econômicas operadas no capitalismo brasileiro recente dando ênfase à emergência dos fundos de pensão, apresentando seus fatores de crescimento e definições básicas, bem como sua importância política e composição social.

1.3. METODOLOGIA E HIPÓTESE

As variáveis para a ascensão na Direção Executiva da PREVI colocadas são 1) ter experiência no setor, seja como funcionário, diretor ou sindicalista do Banco do Brasil; 2) ter formação superior; 3) ter alinhamento político junto ao PT e/ou à CUT. Portanto são nestes três parâmetros que se limita o presente estudo. O nepotismo, por exemplo, não é uma variável corrente neste estudo. Não são redes familiares que controlam o centro do poder executivo da PREVI. Nesse sentido não parece adequado fazer um estudo sobre os laços de parentesco dos membros da direção. Poder-se-ia analisar outras variáveis, como a propriedade, origem regional e familiar, escolha religiosa, dentre tantas outras variáveis possíveis no estudo de elites. Entretanto, estes não parecem ser os atributos mais favoráveis à participação na Direção Executiva na PREVI, por mais que não se exclua que estas variáveis possam ter funções secundárias no processo de recrutamento. Assim, como os critérios de recrutamento para a Direção Executiva da PREVI parecem estar mais ligados à carreira profissional, formação superior e filiação política, devendo ser salientado que as fontes de pesquisa foram currículos, materiais oficiais da PREVI, jornais e depoimentos.

O corpus de informações reunido não traduz todos os aspectos da vida de um indivíduo, mas aqueles que permitem cruzamentos e comparações e cuja finalidade é dar uma idéia geral das características sociais e políticas do conjunto dos indivíduos. Estas informações permitiram reconstruir as trajetórias profissionais e os perfis sociais do grupo

estudado a fim de responder algumas questões bem específicas: como se deu sua carreira?; como é educada?; quais são suas atitudes e valores?; quais são suas ligações políticas?

Para a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes recursos metodológicos:

1) Pesquisa bibliográfica. Trata-se do recurso à produção de estudos historiográficos, sociológicos, econômicos e da ciência política em livros científicos, livros de referência informativa (dicionários científicos especializados), publicações periódicas científicas, teses de doutorado e dissertações de mestrado referentes às temáticas do sindicalismo, dos fundos de pensão, do Estado de Bem-Estar Social contemporâneo, da financeirização da economia internacional e do desenvolvimento econômico em contextos nacionais.

2) Pesquisa relativa ao objeto empírico propriamente dito. A coleta de dados constitutivos do objeto em questão compreende o levantamento de documentos referentes ao universo dos fundos de pensão brasileiros, com dados estatísticos ou quantitativos referentes aos objetivos desta pesquisa. Tais documentos foram coletados nos bancos de dados de instituições ou agências governamentais voltadas para o campo dos fundos de pensão (ANAPAR, ABRAPP, SPC, MPS, Ministério da Fazenda, IPEA etc.). Documentos produzidos pelo Partido dos Trabalhadores, Governo federal e Central Única dos Trabalhadores, além de sindicatos envolvidos na temática dos fundos, associações de participantes e beneficiados (aposentados e pensionistas) dos fundos de pensão, também foram incorporados ao material de análise. No último caso (sindicatos e associações de participantes de fundos de pensão), optou-se por uma coleta restrita do maior fundo de pensão da América Latina, o Previ.

3) Captação de informações com os membros do Conselho Executivo da PREVI durante o Governo Lula, órgão máximo da sua estrutura organizacional sendo responsável pela definição da política geral de administração e dos Planos de Benefícios da entidade.

A revisão dos problemas específicos – o crescimento e a organização do fundo, o perfil dos gestores que o administra e as decisões que ela toma - deve permitir compreender e explicar, ao menos em parte, a configuração e a dinâmica destes agentes na estrutura das classes sociais e no universo político brasileiro entre 2003 e 2010.

Tendo presente essas ideias, a hipótese central é que os gestores dos fundos de pensão não formam uma “nova classe”, mas integram uma fração da classe capitalista mantendo características de sua origem sindical. Nesse sentido, o caso dos gestores da PREVI, principal fundo de pensão brasileiro é ilustrativo da dificuldade e da complexidade implicada na classificação destes agentes na estrutura de classes. A nosso ver, trata-se de uma nova elite político-sindical numa “posição objetivamente contraditória dentro das relações de classe”,

simultaneamente como capitalistas e proletários – sem ser burguesia. Trata-se de uma localização especial na estrutura de classes, onde capitalistas e proletários se excluem mutuamente pela identificação simultânea entre as duas classes.

A comprovação dessa hipótese geral exige uma abordagem que contemple, ao mesmo tempo, três dimensões, caso não queira ser tão somente uma sociografia do pessoal político: i) a forma de propriedade da qual controlam estes gestores pela função que cumprem no modo de produção capitalista; ii) a dinâmica histórica efetiva que estes gestores adentraram e transformaram o universo político; e iii) o marco institucional que torna os dois viáveis – ou seja, as Leis Complementares de 2001 e a vitória eleitoral de Lula em 2002. Daí ser necessário ter presente, na exposição, dois campos de observação: um que leve em conta o processo político concreto, outro que se refira à configuração econômica particular dos fundos de pensão. É preciso levar em conta as razões da expansão econômica da instituição bem como a renovação dos grupos dirigentes em termos sociais e ideológicos. Assim como houve uma transformação do perfil sócio-profissional dos gestores, há, paralelamente, uma alteração no perfil dos investimentos dos fundos que assumem características e valores ligados aos governos federais dirigidos pelo PT desde 2003.

1.4. COMO FOI ELABORADO O TEXTO

Ao longo do presente trabalho, o objetivo é demonstrar o desenvolvimento das relações econômicas e políticas nos fundos de pensão, particularmente a composição social de seus novos diretores para analisar possíveis transformações no terreno das classes sociais. Procura-se apresentar um trabalho didático, que possa ser utilizado de forma a entender a cronologia dos principais acontecimentos ligados aos fundos de pensão no âmbito internacional e nacional, a evolução que vem passando e sua relação com a política pelas as tensões entre as elites sindicais, governamentais e empresariais.

No Capítulo I serão expostas algumas tendências mundiais acerca o crescimento dos investidores institucionais em geral e os fundos de pensão em particular, bem como seu papel político. Trata-se de levantar, na literatura especializada, os motivos de seu crescimento e de sua relevância no contexto atual do capitalismo contemporâneo objetivando uma caracterização acurada da “forma de capital” dos fundos de pensão. Também serão abordadas as transformações dos fundos de pensão para a burguesia.

O Capítulo II ocupa-se da evolução dos fundos de pensão no capitalismo brasileiro. É um exame da história dos fundos para então se focar nas novas relações sócio-políticas dos gestores de fundos de pensão no capitalismo brasileiro recente, concentrando-se de modo mais detalhado no período do Governo FHC (1994 – 2002) e Governo Lula (2003 – 2010), tendo em vista que os fundos de pensão brasileiros experimentaram um crescimento bastante significativo nos últimos vinte anos.

No Capítulo III avalia-se o papel da PREVI (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) como um dos principais atores de um novo alinhamento político no Brasil desde 2003. A vitória de Lula nas eleições presidenciais significou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e de sua principal base social e sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vindo a ocupar posições estratégicas nos fundos de pensão e conselhos de administração das empresas estatais além de outros órgãos de gestão direta de capital como o FAT e o FGTS. No caso da PREVI, o maior fundo de pensão da América Latina, existem tentáculos em todos os setores da economia, com investimentos em empresas como Embraer, Vale, Oi, Brasil Foods, Petrobrás, Neoenergia, AmBev, TIM e Souza Cruz. A partir da análise da composição social da Direção Executiva da PREVI durante o governo Lula procura-se identificar possíveis transformações no campo das classes sociais.

O trabalho parte do mais abstrato ao mais concreto, da temática da “globalização financeira” até a composição sociopolítica dos principais diretores do maior fundo de pensão no Brasil. O objetivo da pesquisa será investigar o processo de mudança institucional e da composição social dos fundos de pensão brasileiros, em especial da PREVI, após a chegada de uma nova coalizão política ao governo federal em 2003. Neste contexto, sindicalistas e ex-líderes sindicais emergiram aos postos de direção e dos conselhos de gestão dos fundos de pensão, o que representou uma configuração peculiar na relação entre as classes.

2. A REVOLUÇÃO INVISÍVEL DOS FUNDOS DE PENSÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo pretende-se abordar o tema dos investidores institucionais em geral e os fundos de pensão em particular. Tidos como agentes centrais do capitalismo contemporâneo, faz-se necessário levantar, na literatura especializada, os motivos de seu crescimento e de sua relevância no contexto atual do capitalismo contemporâneo.

Após, será realizado um debate em torno dos fundos de pensão e da questão do desenvolvimento econômico, buscando uma caracterização acurada da “forma de capital” que os fundos de pensão gerem.

Procura-se neste capítulo responder as seguintes indagações: que tipo de transformação no capitalismo ocorre com a emergência dos fundos de pensão? Os fundos de pensão dão primazia ao investimento produtivo ou a ampliação dos capitais fictícios? Os fundos de pensão impulsionam a extração de sobre-trabalho? Os fundos de pensão se configuram como capital portador de juros? Qual é sua relação com a burguesia?

2.1. O PAPEL DOS FUNDOS DE PENSÃO E OUTROS INVESTIDORES INSTITUCIONAIS NO CAPITALISMO RECENTE

A economia política de inspiração marxista, principalmente aquela desenvolvida no espaço intelectual francês (AGLIETTA, 1979; CHESNAIS, 2005; LORDON, 2000; ÓRLEAN, 1999), diagnostica o capitalismo contemporâneo como produto de um longo período de transição – desde os anos 1970 até a década de 1990 – durante o qual as relações de propriedade do capital sofreram profundas modificações. O sistema financeiro protagonizado, em geral, pelos grandes oligopólios bancários cedeu lugar ao mercado financeiro, dominado fundamentalmente pelos investidores institucionais, isto é, fundos não bancários de seguro, investimento e de pensão que concentram as poupanças das famílias e indivíduos.

Os investidores institucionais converteram-se nos acionistas majoritários de inúmeras de empresas, submetendo-as aos critérios de rentabilidade próprios do mercado financeiro, caracterizados por taxas de retorno em curto prazo acima da taxa média de lucro no longo prazo. Passaram, assim, a liderar todo o chamado processo de “reestruturação produtiva”, que compreende, de modo sucinto, as seguintes tendências: redução de postos de trabalho,

substituição de mão de obra qualificada por trabalhadores mais jovens e menos qualificados, transferência de unidades produtivas para países de regulamentação trabalhista flexível, investimento pesado em processos de controle de qualidade e em tecnologias de rede e informação – para compensar a utilização de mão de obra menos qualificada –, retribuição em forma de bônus acionários às elites corporativas bem-sucedidas na elevação do valor das ações e dos fluxos de dividendos, entre outras (AGLIETTA, 1998, pp. 80-81).

Durante as últimas décadas os investidores institucionais passaram a concentrar poupança e as aplicações financeiras, superando os bancos como principais detentores de liquidez. Os investidores institucionais, em especial os fundos de pensão, vão figurar progressivamente entre as instituições mais decisivas do quadro das finanças mundializadas. Como comenta Licio da Costa Raimundo em importante estudo (2002, p. 91):

Dentro da nova dinâmica da economia capitalista, com o acirramento de sua lógica especulativa e na esteira de um processo histórico de concentração de capitais, os investidores institucionais têm potencial e a necessidade, para sua sobrevivência, dada sua posição relativa no sistema e o importante componente financeiro do crescimento de seus ativos, de tornarem-se cada vez mais no século XXI o que os grandes bancos foram nos séculos XIX e XX.

Entre as décadas de 1990 e 2000, por exemplo, os investidores institucionais obtiveram um enorme crescimento. Em 1990, o trio formado por fundos mútuos, fundos de pensão e companhias de seguro gerenciavam, no conjunto das economias avançadas, cerca de 11 trilhões de dólares. Em 2005, este total passaria a 53 trilhões de dólares, com um crescimento de 381,8% (GOSWAMI; PAZARBASIOGLU; REE, 2007).

Esta expansão só foi possível pelo conjunto de transformações importantes articuladas pelos países capitalistas centrais desde meados da década de 1960, dentre elas a desregulamentação monetária, a liberalização das atividades financeiras, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais, a expansão do mercado de câmbio, a abertura do mercado de títulos da dívida e a desintermediação bancária. Estas transformações abriram as portas para que importantes instituições financeiras não-bancárias, em especial os fundos de pensão, ganhassem progressivamente maior relevância no cenário econômico e financeiro mundial. Estes novos atores passaram a atuar em escala global ampliando suas oportunidades de investimento e diversificando suas fontes de captação de recursos. Dessa forma estas instituições passaram a ser uma das mais importantes expressões contemporâneas da expansão das finanças pelo mundo, uma das instituições-chave do

capitalismo contemporâneo. Estes investidores passam a se caracterizar como novos agentes do capital monetário concentrado (FARNETTI, 1998).

O total de ativos nas mãos dos investidores institucionais das principais áreas da OCDE cresceu de US\$ 3,2 trilhões (38% do GDP) em 1981 para \$ 16,3 trilhões em 1991 (90% do GDP). Em 1995 atingiu US\$ 24,4 trilhões, superando o produto nacional bruto desses países (BLOMMESTEIN, 1999, p. 29). Em conjunto, segundo o FMI, os fundos de pensão e as companhias de seguro e de investimento do Grupo dos 7 Países mais Desenvolvidos (G-7) somou cerca de US\$ 18,5 trilhões de ativos sob sua gestão em 1995. Comparando-se com o mercado global de títulos (que em 1993 atingia US\$ 14,1 trilhões) e o total do estoque da dívida pública do G-7 de US\$ 9 trilhões, é possível dimensionar a magnitude de recursos manipulados por esses atores, que se tornaram um dos principais agentes financeiros da nova ordem financeira internacional.

A generalização desse processo pressupõe a criação das condições econômicas e políticas para a consolidação de um verdadeiro mercado mundial do dinheiro, que abriu uma nova fase de financeirização da economia global. Como escreve Francisco Teixeira, essa fase é expressa por: (1) no declínio da moeda e dos depósitos bancários enquanto fontes de financiamento do processo de acumulação; (2) na desintermediação financeira, por conta da expansão das técnicas mediante a emissão de títulos, que passaram a substituir os empréstimos bancários convencionais; (3) na ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas; (4) na transnacionalização de bancos e empresas; (5) na interdependência de taxas de juros e de câmbio; (6) no déficit público endogeneizado, isto é, financiado mediante a emissão de títulos públicos renegociáveis do mercado de capitais; (7) na compra e venda de corporações como um negócio específico das empresas produtivas; (8) nas fusões como modalidade mais importante de investimento; (9) na natureza multifuncional, multissetorial e multifuncional das grandes corporações que operam no mercado mundial; e (10) na permanência do dólar como moeda estratégica mundial (2008, p. 40). Como consequência de todas essas transformações, as empresas não se configuram mais como unidades particulares de capital perdendo sua independência relativa. Essas companhias apagam as fronteiras setoriais da economia uma vez que sua estratégia de atuação abstrai as formas concretas em que investe seu capital. Elas cada vez mais não se apresentam como empresas predominantemente industrial ou de serviços, mas também como companhias bancárias ou financeiras. Elas adquirem, dessa forma, uma extrema mobilidade de modo a permitir à direção do centro (grupo congregando várias filiais sob o controle de um centro de

decisão financeiro chamado *holding*) investir ou desinvestir massas de capitais de acordo com as exigências de valorização do mercado (2008, p. 41). Teixeira pontua que:

A partir de então, não há mais domínio de uma fração do capital sobre as demais, pois cada unidade de capital (empresa) opera simultaneamente como capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Essas diferentes formas de existência do capital não estão mais subsumidas ao capital financeiro, pois *o capital se tornou uno*, sem formas empiricamente distinguíveis. Conseqüentemente, a categoria de “capital em geral” volta a ser a única forma de existência do capital. Nesse sentido, essa categoria é bem mais apropriada do que a de capital financeiro para dar conta das novas determinações do capitalismo contemporâneo. Até mesmo do ponto de vista de suas implicações políticas, a categoria capital, em geral, traduz com mais precisão o capitalismo de hoje. Com efeito, quando se fala do capital financeiro, a impressão que vem à mente é a de que se trata de uma forma especulativa do capital, que impede a expansão do capital industrial e, assim, a geração de riqueza e de postos de trabalho. Ora, na sua nova configuração, o capital industrial é tão especulativo quanto o é o capital financeiro. Prova disso é o fato de que 40% dos lucros das grandes corporações industriais japonesas, por exemplo, são provenientes de atividades não operacionais, isto é, são produtos de especulação no mercado financeiro. É, portanto, um erro político acreditar que o combate ao capital financeiro recolocaria a economia nos trilhos da prosperidade, como acreditam aqueles que vêem no neoliberalismo a causa da crise do capitalismo (idem, p. 43).

Para Jorge Beinstein, as transformações na dinâmica geral do capitalismo encontram-se na imbricação profunda entre a desaceleração do crescimento econômico global presente, desde o último quartel do século XX, o crescimento da dívida pública dos países mais avançados do capitalismo global com a consequência de déficits fiscais exorbitantes, a crescente financeirização das grandes empresas, a transformação da periferia em área de ganhos rápidos em benefício dos grandes grupos transnacionais, a hipertrofia financeira dominando a economia mundial e a expansão de um amplo leque de “negócios ilegais” (drogas, tráfico de armas etc.) estreitamente vinculados aos negócios financeiros, mas também ligado a empresas produtivas legais e a Estados centrais e periféricos (BEINSTEIN, 2001, p. 103). Sobre o primeiro tópico, ele salienta que a prosperidade do pós-guerra terminou no início da década de 1970, pelo menos nos países centrais. Desde então o crescimento da economia mundial foi se desacelerando década após década aumentando o excedente de capitais. A taxa de variação anual Produto Mundial Bruto alcançou uma média de 4,5% entre 1970 e 1979, desceu para 3,2% entre 1980 e 1989 e para 2,9% entre 1990 e 1999 numa clara tendência descendente. A “solução” encontrada pela desaceleração econômica foi o crescente endividamento, numa crescente simbiose entre os interesses financeiros e o Estado que estimula o progressivo quadro de “estado de emergência fiscal” em diversos países centrais do capitalismo. Essa desaceleração econômica trouxe pesados fardos fiscais nestes países que, golpeados pela combinação de inflação e estagflação perceberam a “necessidade” de impulsionar a demanda, frear os preços e escorar os lucros empresariais induzindo-os a

desenvolver fortes intervenções públicas que tendiam aos seguintes objetivos: 1) expansão do gasto público com o fim de apoiar a atividade industrial, em especial de grupos selecionados de grandes empresas, e reduções fiscais que melhoraram sua rentabilidade; 2) freio aos aumentos dos salários, aumentando assim os lucros das empresas; 3) rigor monetário e liberalização financeira que, somados à demanda estatal de fundos (motivada pelo déficit orçamentário), fez subir as taxas de juros (idem, p. 115). Mesmo este processo não trouxe uma resposta satisfatória para estimular o quadro da acumulação de capital: as taxas agregadas de crescimento global ficaram em mais ou menos 3,5% nos anos 1960 caindo para 2,4% no curso da década de 1970. A desaceleração do crescimento mundial ainda se mostra num processo acelerado na década de 1980 com o crescimento de 1,4% e 1990 com 1,1% caindo desde lá (HARVEY, 2008, p. 166).

O decréscimo crônico impulsiona com que massas de capitais busquem se valorizar no sistema financeiro, bancário e não-bancário³. As transformações do capital na esfera financeira geraram negócios com títulos de dívidas públicas, bônus, câmbio, ações e derivativos que se multiplicaram numa velocidade crescente em relação ao comércio e a produção mundial. Pela incapacidade do campo produtivo proporcionar uma taxa de lucro satisfatória, o deslocamento crescente do capital para os canais financeiros trouxe um desvio crescente de fundos da produção e emprego fazendo com que, progressivamente, a economia global dependesse cada vez mais da financeirização para impulsionar o crescimento. Entre 1980 e 1992, por exemplo, a formação de capital fixo cresceu numa taxa anual de 2,3% enquanto os ativos financeiros cresceram 6%. O volume diário total de transições financeiras globais em 1983 era de 2,3 bilhões passando, em 2001, para 130 bilhões. Em 1979 as transações financeiras diárias eram de US\$ 75 bilhões, em 1990 de US\$ 500 bilhões e, em 1998, chegou a US\$ 1,8 trilhão (TOUSSAINT, 2002, p. 90).

A enorme expansão dos investidores institucionais no centro do capitalismo pode ser explicado, em parte, pelo envelhecimento da população, pelos incentivos fiscais concedidos aos planos privados de previdência complementar num contexto de crise do Welfare State, pela liberalização financeira e pela escala da concentração bancária que impulsionou a ascensão de novas formas de capitais financeiros não bancários.

De acordo com Licio Raimundo, alguns fatores expressam a relevância dos investidores institucionais no capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, eles reúnem as poupanças individuais de um grande número de pessoas (particularmente nos países centrais),

³ Vale lembrar que foram feitas outras medidas por esses excessos de capitais, como no caso dos investimentos em países predominantemente agrários.

e tais montantes de recursos passam, assim, a circular na esfera financeira e especulativa mundiais. As poupanças individuais destinadas à aposentadoria, ao circularem, via fundos de pensão, estabelecem uma relação polêmica entre a renda futura esperada de milhões de cidadãos às oscilações próprias dos mercados financeiros. Em segundo lugar os investidores institucionais têm a possibilidade – manifesta especialmente em períodos de tensão nos mercados – de gerar imensos movimentos nos preços dos mercados em todo o mundo, ao entrarem ou saírem maciçamente destes mercados sendo um fator de desestabilização e de ampliação da volatilidade dos preços de ativos transacionados nos mercados. Em terceiro lugar os investidores institucionais impulsionaram um processo de criação de inúmeros novos instrumentos financeiros nas últimas décadas.

Antes formados principalmente por títulos corporativos (*bonds*, papéis ofertados pelas corporações e que têm como garantia os créditos ou ativos das mesmas), títulos públicos e ações, os mercados financeiros passaram a ofertar uma grande quantidade de opções para investidores, destacando-se em particular os mercados de derivativos e mercados OTC (*over-the-counter*) (RAIMUNDO, 2002). Além disso, os investidores institucionais, além de terem se firmado como agentes centrais do capitalismo contemporâneo, assumiram a função básica que os bancos cumpriam de forma exclusiva, qual seja, a de concentradores e canalizadores de capitais para investimentos produtivos ou aplicações financeiras. Mas foi a grande expansão dos fundos de pensão que determinou o crescimento geral dos investidores institucionais. Isso se deu por conta da pressão exercida pelos fundos de pensão por ativos que possibilitassem uma diversificação do portfólio e a busca por maior rentabilidade. Ou seja, a partir do crescimento dos fundos de pensão e de sua demanda por produtos financeiros que diluíssem os riscos de portfólio que os fundos de investidores institucionais se desenvolveram (idem, 2002).

Os fundos de pensão nasceram no mundo do trabalho e têm sua dinâmica atrelada diretamente aos processos de reestruturação e embates ali gestados. No ano de 1950, a General Motors (GM) dos Estados Unidos passou a adotar os fundos de pensão em sua política de recursos humanos, o que a ajudou a consolidar a indústria de fundos de pensão naquele país. A iniciativa da General Motors criou um fundo de pensão exclusivo para seus trabalhadores, e com isso, trocava um menor aumento salarial no presente pela contrapartida de um diferimento salarial para o momento da aposentadoria em que o trabalhador ganharia uma maior proteção, ao conhecer previamente o seu valor de aposentadoria (GRANEMANN, 2006).

Os fundos de pensão caracterizam-se por serem instituições que inicialmente captam contribuições de um determinado conjunto de indivíduos com o objetivo de oferecer um rendimento no período posterior à vida ativa. Tais contribuições têm origem em geral no beneficiário e em outra entidade (empresas, sindicatos), e sua gestão pode ser feita diretamente pela entidade associada ou por uma instituição especializada. Podem ter dois formatos, o de benefício definido e o de contribuição definida. No primeiro formato define-se desde o início o que o beneficiário receberá (por exemplo, 70% ou 80% do valor de seu salário no momento da aposentadoria). Já no segundo é a contribuição o valor definido em princípio, e o benefício a ser percebido no período de inatividade corresponderá à rentabilidade obtida pela entidade gestora com a aplicação das quantias recebidas.

Em 2001 a proporção do patrimônio dos fundos de pensão em relação ao PIB chegou a 113% na Holanda, 71% nos EUA e 65% no Reino Unido. Mas os fundos de pensão ganharam destaque não só nas economias desenvolvidas, como também nos países periféricos. No Brasil, os ativos desses agentes cresceram vertiginosamente ao longo da década de 1990, atingindo R\$ 239,7 bilhões em 2003, com um crescimento de 221% de 1996 a 2003. A evolução dos ativos dos fundos de pensão em proporção ao PIB chegou a 17,2% em 2007 ante 8,9% em 1996 - podendo chegar, segundo analistas, a 50% do PIB em 2020. Seus defensores dizem que eles se distinguem no mercado dentre outras coisas pelo caráter de seus recursos que tem como horizonte o longo prazo, adequados a políticas virtuosas de desenvolvimento econômico e social, cujo funcionamento tem tratamento fiscal privilegiado por parte do Estado e dos gestores dos fundos.

Os fundos de pensão são muito diversificados. Seria equivocado considerar os fundos de pensão como um órgão que funciona apenas de uma forma. A importância dos fundos de pensão e a sua forma de atuação experimentam significativas diferenças de país para país, ou entre determinados grupos de países. Entretanto, de forma geral, é possível dizer que devido à quantidade de recursos movimentados pelos fundos de pensão, estes desempenham papel central no financiamento da economia e nos critérios de gestão das empresas, sendo percebidos como atores centrais do “novo capitalismo” que surgiu da crise de rentabilidade do capitalismo manufatureiro fordista.

2.2. CAPITAL PORTADOR DE JUROS, FUNDOS DE PENSÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para François Chesnais, “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (CHESNAIS, 2005, p. 35). Chesnais entende que o capital portador de juros encontrou terreno fértil a partir do início da década de 1980 no centro do capitalismo com a reafirmação do poder das finanças da nova política econômica neoliberal e a remoção de controles sobre os movimentos de capitais (idem, p. 87). Não há como entender a dinâmica atual do capitalismo sem que se analise de que maneira esse capital se relaciona com as demais formas do capital e com a classe trabalhadora em geral:

a importância assumida pela centralização e valorização de uma poupança ou de somas de dinheiro que devem simultaneamente vir com a partilha do valor e da mais-valia, permanecer “líquida” e servir de forma fictícia de “capital”, significa que a teoria atualizada do “capital portador de juros” não pode mais ser excluída da análise do movimento contemporâneo da acumulação e da reprodução do capital. (idem, p. 68).

Conforme Chesnais, enquanto instituições dominantes do mercado financeiro, os fundos de pensão representam a atual configuração do sistema capitalista e revelam uma dupla natureza:

Por um lado, constituem o resultado acumulado de contribuições sobre salários e benefícios, e sua finalidade declarada é garantir a esses assalariados, quando se aposentarem, uma pensão regular e estável. São, portanto, formas institucionais de centralização de poupança, muitas vezes nascidas de regimes empresariais privados, obrigatórios, tendo como fonte inicial rendimentos salariais (em sentido amplo). Por outro lado, a partir do momento em que a poupança acumulada ultrapassa certo limite, os fundos passam a figurar entre as instituições financeiras não-bancárias, tendo a função de fazer frutificar um montante elevado de capital monetário, preservando a liquidez e a máxima rentabilidade deste. Com isso, muda a natureza econômica dos fundos, e já não se pode escamotear o alcance e as conseqüências dessa mudança. Os fundos deixam de ser a expressão de uma poupança modesta [...], e passam a ser instituições centrais do capital financeiro (CHESNAIS, 1998, p. 28-29).

Chesnais entende que essa nova configuração dos capitais monetários, a criação de novos ativos financeiros, a atuação destes atores na expansão das dívidas dos países do Terceiro Mundo e a ascensão dos fundos de pensão e fundos de investimentos assumem um papel preponderante no capitalismo contemporâneo.

O traço novo, o mais saliente, de conseqüências decisivas, da reconstituição de um capital de aplicação altamente concentrado, foi a perda de proeminência dos bancos – que eram praticamente um monopólio em certos países – em benefício dos fundos de pensão e dos Mutual Funds, na centralização e na valorização de dinheiro em busca de aplicação (idem, p. 100).

Também numa perspectiva crítica, Granemann salienta que a emergência dos fundos de pensão dos trabalhadores se relaciona com à expansão de uma determinada forma geral de organização do “novo capitalismo”, baseado na liberação do capital portador de juros – seja para a produção, seja para especulação. Esta situação inusitada faz com que porções do salário do trabalhador seja retida pelo capital para uso como capital portador de juros. Como salienta Sara Granemann,

pequenas porções do trabalho necessário, descontadas do salário do trabalhador, passaram a ser retidas pelo capital a pretexto de futura aposentadoria. Com o passar do tempo as pequenas quantias mensais creditadas ao capital conformaram monumentais somas então operadas como capital. No tempo presente, são as somas bases do importantíssimo poder financeiro e emprestam recursos até mesmo aos bancos; isto é, são as instituições financeiras centrais do capitalismo embora não sejam classificadas como instituições financeiras. A “renda” do trabalho transformada e convertida em capital por obra da “previdência privada” presta-se a atuar, fundamentalmente, como capital portador de juros estimulador da especulação, nos mais distintos pontos do planeta (GRANEMANN, 2006, p. 52).

Granemann acredita que a lenta erosão da previdência pública é condição econômico-financeira e político-ideológica e também produto para/da construção da previdência complementar. Ela sustenta que o verdadeiro papel da previdência privada pode ser elencado nos seguintes pontos:

1. A “previdência privada” é uma forma privilegiada de realização do capital portador de juros nos dias atuais;
2. A prevalência da “previdência privada” é a de se realizar como capital e somente em alguns casos como “produto” secundário na proteção ao envelhecimento;
3. A “previdência privada” não é uma expressão da luta do trabalho contra o capital por melhores condições de vida e trabalho e por proteção na velhice; é, ao contrário, uma estratégia do capital para alargar a acumulação e assim, a exploração do mundo do trabalho (razões econômicas e financeiras).
4. A “previdência privada” ao financerizar as lutas e os direitos da classe trabalhadora contribui para o aprofundamento da alienação de frações da classe dos trabalhadores e reforça a “aristocracia operário-trabalhadora” que passa a administrar “partes do capital financeiro”.
5. O encolhimento da previdência pública pela transferência de trabalhadores para a “previdência privada” leva à redução e ao desmonte das políticas públicas.

6. Os trabalhadores contribuem com salário para a formação do capital portador de juros posto que os investimentos da ‘previdência privada’ privilegiam e patrocinam a hipertrofia do capital em sua dimensão fictícia com acento na especulação.

Na definição clássica de Lênin e Hilferding, o capital financeiro é a fusão do capital bancário com o capital industrial, um “capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam” (LÊNIN, 1987, p.46). No capitalismo contemporâneo, o capital financeiro não está mais limitado à atividade bancária e não se limita a funcionar como crédito para a produção industrial. Este capital agora se encontra também nos grupos de investimentos institucionais, privados e estatais que investem em mercados de capitais e funcionam como funding de investimentos produtivos. Fazem parte destas instituições financeiras bancos, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensões ou qualquer entidade que invista no mercado de capitais comprando e vendendo grandes quantidades de valores mobiliários ou financiando obras de infra-estrutura e indústria. Estes capitais se desenvolveram a tal ponto que obtêm uma relativa autonomia frente à produção industrial – relativa porque este capital é parte da produção de mais-valia no setor produtivo. Estas instituições não-bancárias concentram a maior parte dos ativos financeiros em ações de empresas e títulos da dívida pública dos governos, interferindo na orientação de seus gastos, gestão e organização.

Para Chesnais (2005), a restauração do poder da finança com o fim do compromisso keynesiano nos anos 1970 possibilitou o desenvolvimento de um capital que se mantém relativamente afastado do processo produtivo, pois ele visa gerar mais dinheiro através da mera propriedade de dinheiro ou títulos. Este capital se concentra nas mãos de acionistas que surgem inicialmente com o aparecimento e desenvolvimento das sociedades anônimas – S/A. Conforme o desenvolvimento dos mercados financeiros, o capital portador de juros se expande e se espalha nas mãos de especuladores de ações, títulos, fundos de previdência e aposentadoria de trabalhadores. Esses fundos de pensão e aposentadoria, juntamente com os novos fundos de investimento e aplicação financeira – que também aplicam seus recursos no capital fictício da dívida pública – dirigem-se igualmente para as bolsas de valores. Essas instituições reúnem enormes massas de recursos, seja de assalariados, pequenos poupadores e dos grandes capitalistas.

Os assalariados aposentados cessam de ser simples “poupadores” e tornam-se, geralmente sem que eles tenham uma clara consciência, partes constitutivas de mecanismos que comportam a apropriação de rendas fundadas sobre a exploração dos assalariados no trabalho, tanto nos países onde o sistema de pensão por capitalização foi criado quanto naqueles onde as aplicações e as especulações serão realizadas (idem, p. 105).

Mas como caracterizar essa nova forma dominante de capital, o capital portador de juros?

Conforme Marx (2008), o capital portador de juros, que existia na forma de capital usuário nas sociedades pré-capitalistas, passa a ser na sociedade capitalista uma forma de capital que se torna uma mercadoria muito especial. O valor de uso do capital que porta juros é o de ser utilizado como capital, impulsionando a extração de mais-valor através do “capitalista funcionante”, aquele que investe diretamente no processo produtivo, que compra meios de produção e matérias-primas e ao final do processo de produção obtém uma nova mercadoria, acrescida de valor – por meio da força de trabalho. A remuneração pelo valor de uso deste capital emprestado é o juro, uma parte do lucro do capitalista que aparece como criação própria do capital, separada do processo de produção.

Para Marx capital portador de juros não é a mesma coisa que capital fictício. O segundo é um desdobramento do primeiro. O capital fictício é dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo independentemente de qualquer trabalho produtivo. Ele não surge e se desenvolve por acaso, mas tal como o aprofundamento das condições de exploração, e o desenvolvimento do crédito, e da concentração e centralização do capital, são todas maneiras que o capital arranja para se desvencilhar de limites à sua valorização por meio do trabalho social. Este capital fictício é formado em geral por títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos.

O capital fictício, portanto, é um caso de autonomia da circulação com relação à produção. O capital portador de juros também adquire uma forma autonomizada do capital, mas na forma de empréstimo, podendo assim potencializar a produção e até adiar crises sincronizando etapas e antecipando produção e consumo. É uma fração do capital que tem a aparência de ser autônoma e de valorizar-se estritamente na esfera financeira, mas que pode se focar tanto em atividades especulativa (aí se tornando capital fictício) e assim pode funcionar como capital financiador de atividades produtivas, como indústria e infra-estrutura. Por mais que o portador de juros não participe diretamente do processo produtivo e, portanto, não produz diretamente mais-valia, ele participa do processo de apropriação da mais-valia globalmente já que dá o suporte financeiro para tal. Nota-se que o capital portador de juros não é capital fictício, por mais que o segundo tenha origem no primeiro. Entretanto, enquanto o capital fictício age apenas criando valor especulativo, o capital portador de juros tem uma

relação direta com o capital produtivo, pois sem seu financiamento o capital real não poderia se concretizar.

O papel de instituições que concentram enormes massas de capital financeiro, como os fundos de pensão, é disponibilizar o valor de uso do capital portador de juros (ser utilizado como capital) impulsionando, através do capitalista industrial, a produção de mais-valia. Portanto, diferentemente do que pensa o senso-comum, os fundos de pensão não são instituições formadas para a expansão do capital fictício, mas sim o capital portador de juros, capaz de influenciar diretamente no sentido da produção capitalista – as vezes mais do que a própria burguesia.

Isso quer dizer que, como capital portador de juros, os fundos de pensão poderiam contribuir para investimentos produtivos. Sobre este tema as discussões chegam a conclusões variadas.

Para autores como Lobo e Filgueiras (2005), é um engano acreditar que os fundos de pensão têm algum compromisso com o financiamento de investimentos produtivos. Afinal, eles teriam uma essência inequivocamente reflexa das características gerais da atual configuração do sistema capitalista – qual seja, a que gira em torno da lógica especulativa e curto-prazista, visando ganhos máximos em períodos mínimos de tempo. Neste mesmo sentido, Chesnais aponta que essas instituições não bancárias seriam constituídas “de um capital com traços específicos, que busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida” (CHESNAIS, 2006, p. 35).

Freitas (1998) afirma que não há, na literatura, uma referência sobre a existência de regulamentação da aplicação de ativos geridos por fundos de pensão com propósitos declarada ou explicitamente produtivos, com exceção de alguns fundos de pensão de servidores públicos patrocinados por governos estaduais e locais nos Estados Unidos. Ao que tudo parece, não existe qualquer exigência de os fundos de pensão investirem compulsoriamente em ativos associados ao financiamento de atividades ou setores econômicos prioritários. Os fundos de pensão, expressando nitidamente uma preferência pela liquidez, comportam-se geralmente como investidores em busca por altos rendimentos correntes, em vez de retornos sustentados para investimentos estáveis. Tal comportamento, dada a colossal massa de recursos que manejam, contribui decisivamente para um grande aumento da volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros.

Já Raimundo (2002) acredita que, de fato, os fundos de pensão, tendo sob seu comando massas enormes de capital, não direcionarão tais recursos espontaneamente ao financiamento do investimento produtivo. Afinal, não seria da natureza do capital comportar-se dessa forma, e sim de acordo com o imperativo de se valorizar da forma mais imediata e com menos risco possível. Aponta-se, assim, que existe uma mera potencialidade dos fundos de pensão serem aplicadores em ativos de longo prazo, o que significa que espontaneamente os fundos de pensão estão longe de atuarem como agentes do financiamento de investimentos produtivos.

Para Raimundo (2002), há de considerar que a decisão de como alocar os recursos administrados pelos fundos de pensão leva em conta o peso de fatores subjetivos, do ambiente institucional, do conhecimento (informação) e, principalmente, do cenário macroeconômico. Se, por exemplo, há um ambiente caracterizado por estabilidade monetária e crescimento econômico, mais a presença de instituições sólidas – portanto, um ambiente com baixa volatilidade de preços – os agentes podem se permitir uma menor preferência pela liquidez e uma maior disposição para o risco, alocando recursos em outras modalidades de investimentos (infra-estrutura, produtivos, jovens empresas etc.). Por isso, conclui Raimundo, dado que não haverá direcionamento espontâneo dos recursos dos fundos de pensão para investimentos em infra-estrutura e produtivos, tal realidade só será possível se for levada a tanto por um projeto estratégico comandado pelo Estado, que desta forma deve reassumir o seu papel como ente articulador central e principal fomentador do desenvolvimento econômico. Em posição similar se coloca Vitols (1995), para quem o Estado, no que tange à capacidade de regulamentar o sistema financeiro nacional, ainda retém autonomia regulatória significativa. Por fim, Freitas (1998) sugere que caberia às políticas públicas a definição de metas para as práticas de investimento dos fundos e para uma função apropriada no mercado de capitais nacional.

Para alguns autores, investimentos produtivos não são apenas aqueles em infraestrutura e na indústria nacional. Os fundos de pensão também realizariam investimentos produtivos ao terem em suas carteiras ações de empresas. Segundo Castro et al. (1994), ao comprar títulos no mercado, os fundos estão incentivando os negócios em bolsas de valores, estimulando a emissão de novas ações ou até mesmo a abertura de capital. Nesse caso, os investimentos em ações são considerados investimentos produtivos. Logo, toda aplicação dos fundos de pensão em ações, mesmo que não tenha proporcionado o aumento da capacidade instalada, ou que esses fundos não tenham tido o poder de decisão nas estratégias das empresas, é considerada investimento produtivo. De acordo com Motta (2001), o mercado de

capitais é um mecanismo fundamental para a formação e alocação de capital de forma eficiente e no montante adequado para o financiamento do crescimento econômico. Um mercado de capitais forte traz benefícios diretos para a atividade econômica. Por um lado, aumenta as alternativas de investimento, reduz seu custo e, de forma combinada, significa mais crescimento efetivo. Por outro lado, eleva a competitividade da economia como um todo.

Como visto, numa visão otimista os fundos de pensão exercem um importante papel na economia, em vários aspectos, tanto do ponto de vista social, pelos benefícios que proporcionam aos seus participantes e pelo papel que desempenham na criação de empregos, quanto do econômico, por serem o mais importante investidor institucional, dispondo de recursos aplicados a longo prazo (por mais que sua minoria seja destinada a este objetivo), essenciais à formação bruta de capital fixo da economia, à democratização do capital das empresas e à geração de poupança interna. A capacidade de orientar-se como capital portador de juros (e não como capital fictício) é relativa ao ambiente que os fundos exercem suas atividades.

2.3. CONCLUSÃO

Na esteira da expansão de uma modalidade de capitalismo centrada principalmente na dinâmica financeira e da liberdade de movimento dos fluxos de capitais, inscrevem-se os investidores institucionais, entre os quais os fundos de pensão. Como vimos anteriormente, os fundos de pensão passam a figurar nas últimas décadas como um dos principais atores das finanças mundiais. A existência dos investidores institucionais, dados tanto a alternativa de financiamento que representam quanto a importância que conferem a determinadas instâncias do sistema capitalista, também traz implicações para a própria forma de reprodução do capitalismo, inclusive na formação de novas figuras do capital.

No próximo capítulo se dará uma análise mais detida das características dos fundos de pensão no capitalismo brasileiro e sua evolução histórica.

3. O DESENVOLVIMENTO DOS FUNDOS DE PENSÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

No Brasil, a história dos fundos de pensão se entrelaça com a trajetória do capitalismo e do Estado. Esta relação, por sua vez, sempre foi e ainda é ativamente influenciada ou condicionada pelas transformações ocorridas nas instituições estatais brasileiras, nos modelos de capitalismo e no sindicalismo.

Pretende-se, no presente capítulo, lançar algumas luzes sobre este conjunto de variáveis, a fim de situar, no contexto brasileiro, como se dá o desenvolvimento histórico dos fundos de pensão como instituição e suas relações com o poder econômico e político neste processo. Assim, será feito um breve resgate da origem dos fundos de pensão no Brasil até a primeira década do século XXI. Far-se-á, então, um balanço entre o governo FHC e o governo Lula, sobre a forma com que se desenvolveram as relações entre o sindicalismo, os gestores dos fundos e o governo. Ao final será trazido ao debate a questão alusiva à capacidade ou não dos fundos fazerem parte do projeto governamental de desenvolvimento de investimentos de longo prazo e a efetividade destes fundos na concretização de um papel positivo no financiamento da economia capitalista brasileira, além de se apresentar como parte integrante das novas coalizões de poder na política brasileira a partir de 2003.

3.1. DO SÉCULO XVII AO GOLPE DE 1964

A história dos “fundos de pensão” brasileiros é bastante antiga, antecedendo a institucionalização da previdência social por parte do governo.

Já em 1795 o Príncipe Regente autorizou a criação do Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, o primeiro a ser criado no Brasil. Em 1835, mediante decreto da Regência, que governava o país antes da maioridade de D. Pedro II, foi fundada a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. No século XIX mais iniciativas do governo e privadas aparecem, como o Montepio do Exército (1827), o Montepio dos Servidores do Estado (1835), a Caixa de Socorro aos trabalhadores das estradas de ferro do Estado (1889) e a Caixa de Pensão dos Operários da Imprensa Nacional (1889). Durante este período, em especial durante o último quartel do século XIX, surgiram outros montepios, ligados às categorias profissionais mais dinâmicas da economia urbana.

Neste momento os fundos de pensão nascem no Brasil por obra do próprio governo para o financiamento do governo e do empresariado nascente. É provável que estas ações integram ações para impulsionar a transição ao capitalismo no Brasil, relacionado com os primeiros esforços do governo na criação de manufaturas e regulamentação do comércio nacional. A estruturação de todos estes “fundos de pensão” durante o século XIX fez parte das medidas governamentais que visavam, paulatinamente, formar o corpo político e econômico da sociedade brasileira. Como lembra Luiz Saraiva e Rita de Cássia da Silva,

Anteriormente ao decreto da Regência, a partir de iniciativas “privadas”, foram criadas as primeiras associações mutualistas e autogeridas que irão diferir das antigas instituições coloniais como as Santas Casas de Misericórdia e as Irmandades Leigas. Ainda em 1827 surgiu o Montepio do Exército, em 1834 a Caixa Econômica da Cidade da Bahia e, em 1835, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. É importante ressaltar que em pleno período regencial marcado por turbulências e forças que quase levaram à fragmentação do território brasileiro [...]. O período que se seguiu foi marcado pelas tentativas de conciliação dentre os setores que compunham o Estado brasileiro e pela continuidade dos esforços para a expansão da economia e das rendas públicas (SARAIVA & SILVA, 2008, p.6-7)

Neste contexto seriam promulgados o Código Comercial Brasileiro, a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei de Terras. É o desenvolvimento da “desescravização” no Brasil que foi acompanhado pelo afastamento da propriedade fundiária das camadas despossuídas. Com a proibição do tráfico internacional de escravos houve uma “libertação” de poderosos capitais antes empregados no comércio com a África. Com o Código Comercial Brasileiro o país passa a ter uma legislação comercial própria. A criação de sociedades anônimas e de empresas de cunho associativo amplia a necessidade de financiamento, crédito e quantidade de moedas na economia. Apesar da escravidão, um conjunto de reformas promoveu o desenvolvimento de atividades terciárias, manufaturas, casas comerciais, bancos e outras instituições que irão contribuir para mudanças significativas no perfil de nossa sociedade (idem, 2008, p.8). As relações entre o governo e os montepios eram simbióticas, como no caso do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Em sua pesquisa, os autores mostram que a primeira diretoria além de organizar os estatutos e tomar as primeiras providências para a consolidação do Montepio, conseguiu do governo que as repartições da fazenda nas províncias funcionassem como representantes do montepio (tanto no recolhimento das contribuições, quanto no pagamento das pensões), além do direito de quatro loterias anuais para compor o patrimônio da Instituição. Estes fatos demonstram que, apesar de sua natureza privada, a associação sempre conta com o auxílio do governo ao longo de sua trajetória. Este auxílio se dará de várias formas: loterias, isenções de impostos e taxas,

empréstimos, doação de imóveis, empréstimos e perdas de dívidas. Este poder que o montepio ganhou junto ao Estado Imperial Brasileiro esteve relacionado à escolha estratégica de seus presidentes e diretores. Na lista dos presidentes da instituição de 1835 até 1900 foi encontrado cinco Conselheiros do Estado, um Senador, um Desembargador, um Marquês, três Viscondes e um Barão. A maioria dos diretores e secretários também era composta pela elite dos funcionários públicos. Esta “fusão de elites” inclusive trouxe problemas de administração ao Montepio. Uma vez, em 1859, foi preciso fazer uma reforma em seus estatutos para criar o cargo de Vice-Presidente. Conforme um documento da época, “sendo frequentemente Ministro de Estado o ocupante da presidência do montepio, via-se este bastante prejudicado com as ausências constantes do seu presidente” (idem, p. 10). Neste caso fica claro que, neste período, não existia uma “convergência política” entre os dirigentes da instituição e do governo, mas uma integração total, pois eram os mesmos integrantes em cargos do governo e dos Montepios.

Já nas primeiras duas décadas do século XX, as iniciativas de criação de fundos com caráter previdenciário confundem-se com movimentos de trabalhadores voltados para a defesa de mecanismos de proteção social laboral. As principais categorias profissionais que se estabelecem neste período (ferroviários, portuários, trabalhadores em manufatura e comércio), empenhavam-se neste sentido, como parte de um movimento geral de conquista de direitos trabalhistas básicos, reconhecimento de suas profissões e de suas instâncias sindicais (Lonzar, 1996). Esse contexto se deu quando a previdência social começou a ser vista de forma mais institucional. O marco inicial ocorreu no dia 16 de abril de 1904, quando foi fundada a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. A primeira medida oficial de proteção social que se conhece é a Lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que estabeleceu o seguro de acidentes de trabalho, tornando obrigatória a indenização, por parte do empregador, dos acidentes ocorridos na execução do trabalho.

Entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's). Tais entidades adotavam o regime financeiro de capitalização, formando os fundos garantidores dos planos de benefícios durante a vida laborativa do segurado. Durante algum tempo os IAPs coexistiram com os montepios (formato privado). O Governo destinava boa parte dos recursos colhidos pelos IAPs para investimentos em setores produtivos (Lonzar, 1996). O modelo dos IAPs predominou como a principal estrutura previdencialista brasileira até 1964, quando foi substituída pelo Instituto de Previdência e Assistência Social (INPS) sob o regime militar.

3.2. DO REGIME DITATORIAL-MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO

O sistema financeiro brasileiro viu-se profundamente alterado pelas medidas adotadas no início do governo ditatorial-militar, nos anos de 1964 e 1965.

De forma sintética, os objetivos propalados pelo governo acerca da reforma do setor financeiro após 1964 eram, basicamente, “a regularização do mercado monetário”, mediante maior poder de controle das autoridades monetárias para combater a inflação; a “regulamentação do mercado financeiro” de modo a prover as atividades produtivas com fluxos financeiros estáveis e a taxas de juros mais elevadas, visando ademais combater o mercado paralelo e as instituições não formais; e o “aperfeiçoamento do mercado de capitais” para estimular o desenvolvimento de um mercado privado de fundos de longo prazo. (ZINI Jr, 1982, p. 73, 81 e 84). Aqui foram depositadas grandes esperanças nos fundos de investimento. Além do mais, para reforçar a captação de recursos foram criados diversos fundos (Fundo 157, FUNDECE, regulamentação dos Fundos de Pensão, dentre outros). Durante a década de 1960 revelaram-se enormes fraudes nos montepios que montavam planos atuariais com promessas que não podiam ser cumpridas. As aplicações se concentravam em ativos de solvência duvidosa e estavam atrelados a investimentos que diversas vezes eram inviáveis. A necessidade de regulamentar a previdência privada se tornou necessária para viabilizar um segmento institucional que se destacava como um importante meio de alavancagem financeira em outros países.

Houve reformas que representaram uma transição até a retomada para um novo surto de crescimento, agora sob “o comando do Departamento de Bens de Consumo Capitalista”, conhecido como o do milagre brasileiro, que se estendeu de 1967 até 1974 (CARDOSO DE MELLO & BELLUZO, 1998, p. 165). As mudanças no arcabouço da política econômica contemplaram um vasto campo para intervenção, desde uma substancial elevação das receitas fiscais passando pelo crescimento da dívida pública e chegando até a organização de subsistemas especializados de crédito (por exemplo, ao consumidor e à construção habitacional). Mediante a criação de fundos de investimento e do desenvolvimento do mercado de ações explicitou-se a intenção de montar um subsistema privado de financiamento ao investimento. Adicionalmente vieram medidas voltadas ao comércio exterior e, também, um certo afrouxamento da legislação sobre o capital estrangeiro (idem, 1998, p. 165).

Essa atuação dos fundos faz parte de um contexto de aumento da poupança brasileira. Revisitando as contas nacionais Werner Baer concluiu que a poupança brasileira apresentou um crescimento notável a partir do final da década de 50, quando a poupança interna atingiu

17,5% do PIB em 1959. Em 1973, esse número havia aumentado para 21%. De acordo com esses dados, a maioria do incremento na poupança veio do setor governamental - tendo a relação poupança do governo/PIB crescido de 5,1% em 1959 para 8,4% em 1973. O autor estimou, ainda, que a soma de vários recursos de programas sociais, “que representavam poupança forçada (o fundo de desemprego FGTS, PIS-PASEP, que não existia em 1959) representou cerca de 14% do total da poupança interna em 1973”. Juntamente com a poupança do governo daquele ano, foram responsáveis por 52% da poupança total (BAER, 1996, p. 98).

No início dos anos 70, assistimos ao surgimento de instituições assemelhadas, patrocinadas pela Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras e Copel. Acompanhando o *boom* econômico, ocorreu uma proliferação dos fundos de pensão. A previdência privada movimentava cerca de 10% do giro das bolsas no Brasil. O setor não possuía regulamentação estatal, mas crescia de maneira inequívoca. Depois de anular a influência político-partidária e a presença dos sindicatos, o governo militar impulsionou a unificação administrativa e a centralização burocrática dos fundos. Durante o governo Médici se ampliou a universalização da cobertura, associada neste aspecto à perspectiva militar da integração nacional, “entendida como a incorporação ao seguro social daqueles grupos não contemplados na estrutura previdenciária em vigor” (DELGADO, 2001, p. 171).

A regulamentação dos fundos de pensão no Brasil aconteceu diante dos evidentes sinais de esgotamento do modelo econômico que marcou o milagre econômico do governo Emílio Médici. O debate em torno da regulamentação da previdência privada iniciou-se durante o Regime Militar em 1972, intensificando-se a partir de 1974. Esse debate apareceu no Congresso pela primeira vez em 1976, quando a Comissão Interministerial elaborou um ante-projeto de lei para ser enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional. Esse projeto passou pelo Legislativo e foi aprovado durante o Governo Geisel em 1977, quando se institucionalizaram as atividades de previdência privada do Brasil, que passaram a ser regulamentadas e controladas pelo Estado. Até a regulamentação de 1977 não havia oficialmente a instituição previdência privada no Brasil. O que havia, eram algumas entidades abertas organizadas em forma de montepios, que ofereciam planos individuais. Essas entidades possuíam pouca penetração no mercado e reduzido número de consumidores. Até 1977, os fundos de pensão funcionavam sem nenhuma normatização ou fiscalização estatais. Com a lei, o mercado de previdência privada também foi ampliado. Desde sua criação, os fundos são organizados a partir do princípio da capitalização, contrariamente ao restante da previdência social pública, em que prevalece a lógica da repartição (JARDIM, 2007).

Como é colocado na lei n° 6435 de 15 de julho de 1977, as entidades fechadas de previdência privada (EFPP's) "têm por objeto constituir planos privados de concessão de pecúlios ou rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos trabalhadores ou de ambos". A lei 6435/77 também determina que as EFPP's devem "formar reservas técnicas mediante um processo ininterrupto de capitalização e das contribuições mensais dos participantes e das empresas patrocinadoras, visando ao pagamento dos benefícios aos seus participantes, conforme contratos previamente assinados". As EFPP's passam a ser entendidas como entidades sem fins lucrativos, cujo acesso é limitado aos empregados de determinada empresa, que fica assim denominada patrocinadora. Se mais de duas empresas se reúnem para formar uma EFPP, esta é denominada multipatrocinadora. A Fundação recebe contribuições da(s) empresa(s) patrocinadora(s) e geralmente dos empregados que aderiram ao plano, administra estes recursos ou contrata administradores externos e paga direta ou indiretamente os benefícios estipulados nos planos. As EFPP's organizam-se sob o regime de capitalização, diferentemente da previdência social, que se organiza segundo o regime de repartição. No regime de capitalização, o participante contribui durante o período em que está na ativa visando a constituição de um fundo, individual ou coletivo, que financiará o pagamento de sua aposentadoria. Em contraposição, no regime de repartição simples, os trabalhadores da ativa, mediante as contribuições financiam o pagamento corrente dos benefícios dos inativos.

Segundo Menicucci (1994), através da legislação de 1977 o governo deixou claro que seu objetivo era eliminar gradativamente do mercado as entidades sem fins lucrativos, representado pelos tradicionais montepios, e abrir espaço para as entidades lucrativas, estimulando as fusões e incorporações. Menicucci argumenta, ainda, que o Estado via na previdência privada um instrumento de captação de poupança, ou seja, que objetivava inserir o país na lógica de acumulação interna de capitais a partir da captação de recursos via previdência privada. A poupança gerada pelos fundos de previdência privada seria investida na economia. Ainda conforme Menicucci (1994), com a regulamentação da previdência em 1977, os montepios passaram por um grande processo de regulamentação, enquadrando-se nas novas regras estabelecidas pelo Estado. Acrescenta, ainda, que 180 montepios compareceram à SUSEP para fins de regulamentação, e desses, 120 foram aprovados. Aqueles aprovados tiveram seus antigos planos bloqueados e foram obrigados a criar novos planos; os montepios reprovados foram cassados pela SUSEP.

A regulamentação da previdência complementar no Brasil em 1977 ocorreu em consonância com a experiência norte-americana do ERISA (Employee Retirement Income

Security Act), na necessidade de regulamentação dos montepios, da canalização da poupança previdenciária ao desenvolvimento do mercado de capitais no País a partir do 2º Programa Nacional de Desenvolvimento e no funcionamento de algumas entidades de previdência privada ligadas ao setor estatal. O governo dos militares implantou os fundos de pensão como ferramenta estratégica para a criação de poupança interna e maior estabilidade no sistema financeiro. Fortemente inspirados nos fundos de pensão dos Estados Unidos, os fundos teriam papel crucial no fortalecimento do mercado de capitais na Bolsa de Valores e contribuiriam para a estabilidade econômica. Para isso, seria necessária a criação de uma expressiva poupança nacional e os fundos deveriam cumprir esse papel. Este momento do governo militar foi marcado pela crise do “milagre econômico” e pela procura de meios para a manutenção da expansão econômica brasileira, quando a economia mundial passava por diversas turbulências. Os fundos de pensão permitiriam expandir o volume de investimentos produtivos num contexto de crescente insatisfação popular e menor crescimento econômico em comparação com o período entre 1968 e 1974. Grandes projetos foram contratos pelo governo militar, parte deles financiados por recursos de fundos da previdência, como a Hidrelétrica de Itaipu, a rodovia Transamazônica, a usina nuclear de Angra, o metro em São Paulo e no Rio e a Ponte Rio Niterói. Em suma, os militares encararam os fundos de pensão sob uma perspectiva “desenvolvimentista”, já que deveriam ter um papel central no financiamento dos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Por mais que tenha tido um papel importante da regulamentação dos fundos de pensão, durante a década de 1970 e 1980 o governo militar não conseguiu superar a imagem desgastada dos fundos devido aos escândalos corporativos nos quais estiveram envolvidos. Especialmente nos anos 1980 foi consolidado um grupo dirigente oriundo das equipes de direção das empresas estatais patrocinadoras. Os fundos de pensão se tornaram, nas palavras de Grün (2005, p. 25), “uma espécie de ‘exílio dourado’, que aplacava as tensões das ‘guerras de palácio’ típicas das grandes empresas (em particular as estatais), em que o grupo ora dominante tem força suficiente para impor seu mando na administração, mas não para demitir seus oponentes”. Lonzar (1996) considera que a regulamentação dos fundos brasileiros começou bastante conservadora, para evitar repetir os casos desastrosos de gestão de fundos de pensão norte-americanos e em países europeus. Jardim (2007) destaca que nos anos 70 e 80 os fundos repetiram erros e vícios existentes nos montepios, tendo sua imagem desgastada por escândalos corporativos em que se envolveram. Casos de corrupção e malversação de recursos, bem como incompetência e falta de planejamento dos cálculos (não havia, por exemplo, mecanismos de correção monetária), levaram várias entidades à falência ou

insolvência. Nesta fase os fundos de pensão passam a criar uma entidade representativa dos interesses do segmento, a Associação Brasileira de Previdência Privada – ABRAPP, que terá como propósitos a representação, capacitação e legitimação do setor.

3.3. DE COLLOR À FHC

Por mais que tenham sido criados a mais de um século, os fundos de pensão começam a ter um papel indiscutivelmente central na economia política brasileira a partir da década de 1990. Logo no Governo Collor os fundos já foram elevados a peça central dos esquemas utilizados nas primeiras privatizações das estatais do país. Conforme Grün,

No momento de indefinição aberto com a crise do governo Collor, os fundos de pensão brasileiros, além de serem considerados braços do vilipendiado esquema corporativista, estiveram na linha de fogo por terem se caracterizado como alvos da cobiça de integrantes do "esquema de corrupção" que teria se apoderado do governo central. Em seguida, eles foram colocados no centro dos processos de privatização de empresas estatais em dois sentidos. No primeiro, na qualidade de "sócios capitalistas" dos grupos que se formaram para os leilões, situação em que se destacou, de um lado, seu papel na viabilização dos esquemas financeiros necessários para dar solvência aos lances e, de outro, o seu muito limitado poder de intervenção na conduta das empresas de que se tornaram co-proprietários. No outro sentido, eles apareceram novamente como problema, na medida em que as deficiências de capitalização que eles apresentavam se tornaram obstáculos ou simplesmente diminuía o valor de venda das empresas que os patrocinavam. Podemos então falar em uma situação pouco favorável ao desenvolvimento dos fundos de pensão no período econômico que se abriu com Collor e prosseguiu nos governos FHC. Ainda assim, podemos notar alguns prenúncios de mudança, a partir do momento em que diversos responsáveis governamentais passaram a lamentar-se por não terem dirigido o processo de privatização das empresas estatais por via de vendas pulverizadas de ações, além da retomada de fôlego das discussões sobre câmaras setoriais e demais instrumentos de coordenação econômica e social, considerados corporativos até pouco tempo atrás e depreciados por causa dessa qualificação (GRÜN, 2003).

Para Grün o Governo FHC (dando seguimento ao que já havia se iniciado nos anos Collor) não representou uma situação favorável ao desenvolvimento dos fundos de pensão. Apesar de seu uso como "sócios capitalistas" que forneciam solvência aos lances feitos no processo de privatização, seu poder de intervenção nas empresas das quais se tornaram co-proprietários era muito limitado. Além disso, o governo articulou diversas privatizações danosas ao controle acionário dos fundos de pensão. Assim, se por um lado os fundos foram indispensáveis na privatização das companhias estatais, por outro continuaram sendo acusados de constituírem "instrumentos corporativos de preservação de privilégios vitalícios de grupos de trabalhadores já muito beneficiados pela estabilidade no emprego" (GRÜN,

2003b, p. 10). Sob um manto de suspeitas sobre estes fundos, nesta situação eles foram ser compelidos a se subordinar aos bancos de investimento e private equity, concebidos como expressão mais elevada da racionalidade econômica (GRÜN, 2004).

Desde o início dos anos 90, os fundos de pensão e outros investidores institucionais também protagonizaram exercícios de arbitragens na compra e venda de moedas e títulos, beneficiando-se de ganhos especulativos do mercado de capitais. Ademais, viram-se favorecidos pela oportunidade aberta pela privatização das empresas públicas à preços módicos e condições excepcionais. Durante este período, o governo teve a necessidade de contar com os capitais dos fundos para realizar as privatizações do parque produtivo estatal. Assim como no Chile, no Brasil os fundos de pensão entraram no processo de privatização como um ator importante para dar credibilidade ao “Programa Nacional de Desestatização”, embora desprezioso de um ponto de vista mais estratégico.

A participação dos fundos na privatização tem uma razão econômica devido aos seus recursos e uma razão política. A “feição pública” dos fundos parecia se encaixar como uma luva nos propósitos do governo. Como afirmara Sérgio Rosa, o estímulo à participação dos fundos de pensão como acionistas das empresas recém-privatizadas foi uma forma que o governo encontrou de mostrar de que não estaria vendendo empresas estatais a “qualquer um”. Com os fundos de pensão e o BNDES, o governo privatizou, mas mantéve um pé importante nas empresas estatais. Como escreve Sérgio Lazzarini,

Durante o processo de privatização, o governo FHC foi duramente criticado por ter tentado “entregar” empresas nacionais ao capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, seria preciso garantir à opinião pública que os leilões seriam um sucesso (leia-se: as empresas seriam vendidas a um bom preço). Para atenuar essas críticas e viabilizar politicamente o processo, fundos de pensão de estatais e o BNDES foram ativamente acionados. No governo Lula, esse processo se intensificou ainda mais, com papel bastante ativo do BNDES e dos fundos de pensão como sócios de várias empresas e grupos de grande envergadura. Assim, ao contrário do que se pensa, o governo não só preservou como também aumentou a sua centralidade na economia (LAZZARINI, 2011, p. 11).

As privatizações implicaram numa maior participação de grupos privados e fundos de pensão no controle de grandes empresas. Dentre as características mais marcantes do processo de mudança das empresas nos anos 90 devem ser ressaltadas a expansão do padrão de controle societário, com base no compartilhamento do controle entre sócios nacionais e estrangeiros e a formação de alianças estratégicas entre grupos nacionais.

Como exemplo das formações societárias entre grupos nacionais, podemos citar o caso do Grupo Votorantim, que formou um consórcio com o Grupo Camargo Correa e o Bradesco,

o VBC, para participar nas privatizações do setor de energia. Através desse consórcio, foi arrematada, em conjunto com fundos de pensão, a CPFL em 1997. Em 1998, a CPFL, sob controle do consórcio VBC, se associou à Eletricidade de Portugal e comprou a Eletropaulo. Como escreve Nelson Siffert Filho e Carla Souza e Silva,

Observou-se, nos anos 90, a expansão de nova forma de controle das grandes corporações no Brasil, isto é, o controle compartilhado. Nessa forma de controle, nenhum sócio, de forma isolada, é majoritário, de modo que a gestão da empresa depende, necessariamente, de um acordo entre os sócios controladores. Os contratos de controle compartilhado abrangem várias dimensões que são fundamentais para balizar as estratégias de crescimento adotadas. De modo geral, o controle compartilhado tem como acionistas principalmente investidores institucionais, tanto nacionais como estrangeiros. O exame das transformações das grandes empresas sob esse prisma deve-se ao reconhecimento de que a natureza da propriedade e a identidade dos controladores têm efeitos sobre a performance das empresas, uma vez que os posicionamentos estratégicos são dependentes do alinhamento de interesses entre as partes contratantes (FILHO & SILVA, s/d, p. 398).

Dessa forma os autores concluem que neste período

Há um crescimento significativo da propriedade minoritária dominante, o chamado “controle compartilhado”, que de apenas cinco empresas em 1990 ascendeu a 23 em 1998. Pode-se dizer que as empresas privatizadas passaram, em sua grande maioria, a deter um controle compartilhado no qual estão presentes fundos de pensão, empresas nacionais e investidores estrangeiros. A participação desse tipo de controle societário na receita das 100 maiores empresas atinge 19% do total em 1998. Essa forma de propriedade (minoritária dominante), além de representar um novo tipo de controle societário para o conjunto das maiores empresas brasileiras, tende a crescer ainda mais, uma vez que é o padrão de controle que tem surgido como decorrência da privatização. As questões relativas à governança corporativa aplicam-se, especialmente, a esse tipo de estrutura de propriedade, em que há a separação entre propriedade e controle. Vale observar que 50% das empresas identificadas como tendo controle compartilhado possuem sócios estrangeiros com participação significativa. A esse tipo de associação denomina-se “controle compartilhado misto”, envolvendo a associação do capital nacional e do capital estrangeiro (idem, 403).

Os fundos de pensão foram um dos pivôs da reorganização do capitalismo brasileiro nos anos 1990, marcada de Collor à FHC pela política de privatização das empresas estatais bem como a criação de diversos conglomerados no controle acionário das novas empresas, envolvendo empresas familiares, bancos públicos e privados, fundos de private equity, sócios estrangeiros e fundos de pensão. A formação dos consórcios – destinados à viabilização das privatizações – acabaria por popularizar o modelo de controle compartilhado das empresas pós-privatizadas. Com esse processo, os fundos de pensão começaram a participar mais ativamente dos conselhos de administração das empresas, não apenas privatizadas (Usiminas, Acesita, CSN, Vale do Rio Doce etc.), mas também outras (Perdigão etc.). Com a maior

participação dos fundos nos grandes conglomerados nacionais os maiores principais fundos de pensão passam definitivamente a deter um crescente poder econômico e político do país.

Durante o governo FHC, a reforma do sistema de previdência que culminou com a emenda constitucional n. 20, de 1998, além de ter resultado em profundas alterações na previdência básica, administrada pelo INSS, e também no regime de previdência dos servidores públicos, atualizou a legislação do segmento da previdência complementar. A emenda alterou a redação do art. 202 da Constituição de modo a dedicá-lo inteiramente à previdência complementar, o que exigiu a elaboração de duas leis complementares, que viriam a ser as Leis Complementares n. 108/2001 e 109/2001, sancionadas ainda no governo FHC e que atualmente regulam o segmento de previdência complementar no Brasil (PAIXÃO, 2006). Com isso, a disputa política pelo controle destes fundos também se transformou, como veremos a seguir.

3.4. AS LEIS COMPLEMENTARES DE 2001

Antes de abordar o papel dos fundos de pensão no capitalismo brasileiro do governo Lula, é preciso fazer um parêntese sobre as transformações no processo decisório e de gestão dos fundos. O marco principal deste processo foi a aprovação das Leis Complementares 108/2001 e 109/2001. A diferença entre as Leis Complementares nº 108 e nº 109 é que a primeira destina-se a Entidades Fechadas de Previdência Complementar provenientes de patrocínio público enquanto que a segunda destina-se aos fundos de pensão provenientes de patrocínio privado. Sancionadas ainda no governo FHC, em 2001, as duas leis representam o alicerce atual da regulação do setor e substituíram aquela vigente desde 1977 – por mais que importantes mudanças também tenham sido implementadas na reforma da previdência de 1998.

A Lei 109/2001 modificou os espaços deliberativos dos fundos, assegurando que os participantes dos fundos ocupassem no mínimo um terço das vagas nos seus conselhos deliberativos e fiscais, ficando dois terços para o patrocinador. Essa regulação permitiu que os representantes sindicais estivessem nos conselhos de decisão dos fundos. Com a regulação de uma estrutura mínima para os fundos, a Lei 109/2001 também prescreve a qualificação necessária para a participação nos conselhos deliberativos, fiscal ou na diretoria. Desde lá diversos trabalhadores foram eleitos para cargos de diretoria executiva de fundos de pensão, o que viabilizou novos contornos na relação entre governo central e os fundos na década de

2000. Enfim, estas leis instrumentalizam a participação dos trabalhadores nos conselhos dos fundos, bem como na sua gestão.

De forma geral a organização de uma entidade fechada de previdência complementar distingue-se somente quanto a classificação de seus patrocinadores, seja apenas com um patrocinador ou vários. Entretanto, ambas mantêm a estrutura básica composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo é um órgão representante dos interesses dos patrocinadores, participantes e assistidos, sua presença no fundo de pensão deve ser sentida como um organismo permanente de disciplina e de avaliação da diretoria-executiva, a ele compete à definição das seguintes matérias (Lei Complementar nº 108, 2001): 1) Política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; 2) Alteração de estatuto e regulamentos dos planos de benefícios (quando aprovados pelo patrocinador), bem como a implantação e a extinção deles e a retirada de patrocinador; 3) Gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos; 4) Contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis; 5) Nomeação e exoneração dos membros da diretoria-executiva, e 6) Exame, em grau de recurso, das decisões da diretoria-executiva. O Conselho Deliberativo de um fundo de pensão público é composto por no máximo seis membros de forma paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade² (Lei Complementar nº 108, 2001).

No que diz respeito a fiscalização, é dever do Conselho Deliberativo fiscalizar os atos dos diretores. Ele é tão importante para o funcionamento do fundo de pensão que a legislação prevê que deverá ser comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria, não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado, e não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público. (Lei Complementar nº 109, 2001).

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da entidade, os requisitos para os membros do Conselho Fiscal são os mesmo que os do Conselho Deliberativo, a Lei Complementar nº 108 prevê a composição por no máximo quatro membros, sendo paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

A diretoria-executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo. É o principal centro executivo de poder dentro dos fundos de pensão.

Esta formação na estrutura organizacional é provavelmente a principal inovação dos fundos de pensão públicos brasileiros, pois inclui a obrigatoriedade da representação dos participantes e assistidos por meio dos sindicatos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurando-os, no mínimo, um terço das vagas.

O fato relevante é que, durante a fase de tramitação no Congresso Nacional, o interesse do PT na matéria foi decisivo para a sua aprovação, com os então deputados petistas José Pimentel e Ricardo Berzoini assumindo a relatoria dos projetos que seriam convertidos em lei. Articulada por grupos de pressão do PT no Congresso Nacional, essas leis possibilitaram um novo impulso nos fundos com a transformação de seu processo decisório interno. O depoimento de José Pimentel ilustra este evento:

Desde 1995 o Partido dos Trabalhadores e sua bancada federal têm tido o cuidado de promover o debate sobre a questão previdenciária. Naquele período, em 1995 e 1996, houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir os fundos de pensão e a previdência complementar. Dela resultou uma série de sugestões que foram incorporadas nas leis complementares 108 e 109 (...). Após a Emenda 20 – à qual o PT entregou uma emenda global substituta, que foi rejeitada no congresso nacional -, apresentamos três projetos de lei disciplinando a previdência complementar. Desses três projetos, o de número 10 teve como coordenador o atual ministro Ricardo Berzoini e dele resultou a lei complementar 109, que é a da previdência privada aberta. Eu coordenei o grupo de trabalho do projeto de lei complementar 8, que resultou na lei complementar 108, sobre os fundos de pensão. E esses dois projetos foram aprovados na câmara com apenas quatro votos contrários. A Lei complementar 108 deu maior transparência aos fundos de pensão (apud JARDIM, 2009, p.43).

Um exemplo de pressão neste sentido se materializou na “Carta de Brasília”, encaminhada ao presidente FHC como resultado do “Encontro dos Dirigentes de Entidades Representativas de Participantes de Fundos de Pensão”, ocorrido em 2001 com a ativa participação do Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Privada – SINDAPP. Dentre os vários signatários da “Carta de Brasília”, estavam os deputados José Pimentel, Ricardo Berzoini, além de Luiz Gushiken, ex-deputado petista, todos de origem sindical.

Já na fase eleitoral, em 2002, vale destacar o apoio à candidatura de Lula de diversos dirigentes de fundos de pensão. Jardim (2009) apurou um documento-manifesto assinado por 193 dirigentes vinculados a 39 fundos de pensão em claro apoio ao candidato Lula e com críticas ao tratamento do governo FHC conferido ao segmento de fundos de pensão. Um dos signatários do manifesto, Sérgio Rosa, então diretor da PREVI, passaria à direção executiva da PREVI nos oito anos seguintes à eleição de Lula, sendo substituído apenas no governo Dilma. Diz o manifesto:

[Fernando Henrique Cardoso] tomou medidas contrárias aos fundos de pensão e aos seus associados, gerando instabilidade e insegurança para o sistema, colocando em risco o cumprimento dos compromissos com os participantes e com a sociedade (...) cientes da importância que o Governo federal exerce para o futuro dos fundos de pensão, e cientes de que apenas o candidato Lula assumiu compromissos com pleno desenvolvimento desse sistema, com sua democratização e com os direitos dos participantes, não poderíamos deixar de nos manifestar nesse momento de tamanha importância (apud JARDIM, 2009, p. 59).

Em seu programa de governo de 2002, a candidatura Lula mencionava os fundos de pensão como elemento-chave para se promover o desenvolvimento econômico. Os fundos de pensão comporiam uma das três frentes propostas pelo governo para fortalecer a economia nacional, ou seja, a “ampliação das fontes de financiamento internas”, como meio de superar a dependência de recursos externos (PT, 2002, p. 33). Os fundos de pensão deveriam ser entendidos como “poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e forma de poupança de longo prazo para o crescimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivos” (Programa de Governo do PT, 2002). Os fundos de pensão fariam parte do esforço do novo governo em ampliar a poupança doméstica, somando-se à existência dos fundos de poupança compulsória (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT) no financiamento de longo prazo da economia nacional (PT, 2002).

A democratização da gestão dos fundos e a regulamentação da previdência associativa, já autorizada na Lei Complementar n. 109/2001, também foram explicitados no programa de governo:

É imprescindível que seja revisto e aprimorado todo o sistema regulatório da previdência complementar, uma vez que ele tem se mostrado, em alguns de seus aspectos, inibidor do crescimento do setor. A gestão paritária, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar, também devem ser objetos dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão beneficiará notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema. (Programa de Governo do PT, 2002)

Durante o período eleitoral de 2002 e ao longo do governo Lula foi possível identificar que o trabalho de construção do ideário que propiciou aos sindicalistas sustentar a defesa, divulgação, expansão e consolidação dos fundos de pensão foi realizada por alguns atores estratégicos, um “núcleo duro” a quem Jardim (2009) denominou de “elite sindical dos fundos de pensão”. Foram pessoas que realizaram um trabalho cotidiano contando com o apoio do governo federal e de instituições diversas que atuam no segmento de fundos de pensão. Essa

“elite” é composta, em geral, por sindicalistas com trajetória vinculada ao setor bancário de São Paulo, mas também dos setores elétrico e de telecomunicações, além de militantes históricos do PT (SORIA e SILVA, 2011). Dessa forma, o sindicalismo brasileiro começou a elevar-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país.

3.5. A REVOLUÇÃO INVISÍVEL DOS FUNDOS DE PENSÃO NO GOVERNO LULA

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 significou a ascensão do PT e de sua principal base social e sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a ocupar posições estratégicas nos fundos de pensão e conselhos de administração das empresas estatais, além de outros órgãos de gestão direta do capital financeiro como o FAT e o FGTS. Em 2003, Ricardo Berzoini, então Ministro da Previdência Social, e Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar, reiteravam o apoio do novo governo à política de constituição de novos fundos de pensão. Destacavam seu papel na modernização do sistema previdenciário brasileiro e de poupança interna de longo prazo “para investimentos na atividade produtiva, na infra-estrutura e na ampliação do crédito”. E a estratégia foi capitaneada pelo próprio presidente Lula:

Estejam certos que nunca na história deste país se discutiu tanto sobre fundos de pensão, como vamos discutir nesses próximos anos. Primeiro, tentando incentivar as mais diferentes categorias de trabalhadores do nosso país a criarem o seu próprio fundo. E isso é um trabalho, eu diria, de uma grandeza incomensurável. Segundo, discutindo mais seriamente com nossos parceiros de outros países que também participam de fundos de pensão, para que a gente possa fazer parcerias e muitos investimentos em nosso país. Terceiro, para que a gente discuta de uma vez por todas, como os fundos possam ajudar a resolver parte dos problemas que parecem insolúveis no nosso país (...) os fundos de pensão podem começar a pensar que o seu papel daqui para a frente deverá ser mais nobre, do ponto de vista social, do que foi até os dias de hoje. (apud JARDIM, 2009, p. 125).

Neste outro depoimento, Lula busca sublinhar o caráter diferenciado dos investimentos dos fundos de pensão no mercado, atribuindo-lhe uma “missão social”:

Temos que discutir a utilização social desse dinheiro [os fundos]. O investimento não pode buscar apenas o retorno financeiro. Os fundos têm como premissa básica a sustentabilidade das pensões e não podem investir para perder. Têm que ganhar. Muita gente do meu Governo vai viajar e conversar com os fundos de pensão de outros países. (apud JARDIM, 2003).

Também neste sentido podemos citar uma cartilha editada pelo Ministério da Previdência em 2003, a vinculação da previdência complementar com expressões como “desenvolvimento sustentável”, “capital produtivo”, “geração de empregos”, “práticas sociais

e ambientais corretas”, reforça a busca – ao menos discursiva – por um enquadramento novo e diferenciado do segmento dos fundos de pensão:

A previdência complementar permite a canalização de recursos para o financiamento de projetos que objetivem favorecer o desenvolvimento sustentável do país. Um grande número de investimentos importantes para o país, mas cujo prazo de retorno inviabiliza o interesse dos investidores tradicionais, poderá ser obtido a partir das carteiras de longo prazo da EFPC (...) através dessa iniciativa, investimentos que mantenham o foco no capital produtivo poderão ser viabilizados, gerando empregos a partir da criação de empresas que tenham práticas sociais e ambientais corretas, que respeitem os direitos trabalhistas e que mantenham a ética na sua atuação nos mercados (MPS, 2003).

Estas ações no governo Lula puderam ser feitas devida a herança bendita dos fundos de pensão turbinados com as privatizações do governo Collor e FHC. Normalmente processos de privatização de empresas estatais geralmente estão associados a movimentos que levam a uma menor presença do Estado na economia. No Brasil, entre 1990 e 2002, 165 empresas estatais passaram, total ou parcialmente, para o controle privado. A impressão natural era que a participação do Estado na economia iria diminuir, haveria desconcentração do grau de propriedade com a chegada de novos atores e o setor privado iria aumentar seu controle sobre o setor produtivo. Este, inclusive, foi o discurso geral que levou Lula e o PT à presidência.

Entretanto, contrariando as expectativas o capitalismo brasileiro continuava centrado no Estado. Lazzarini mostra que a relação entre o público e o privado apontou para um cenário bem diferente no Brasil. O autor analisa o período 1996 a 2009 e constata que, após o processo de privatizações, o Estado brasileiro não apenas manteve como aumentou sua centralidade e influência na economia. Para Lazzarini “o capitalismo de laços tornou-se, surpreendentemente, ainda mais forte” (2011, p.10). Apontam-se dois fatores que explicam este movimento. Em primeiro lugar, por causa da elevação do grau de aglomeração de propriedade e do aumento da quantidade de empresas atreladas a grupos controladores comuns. Tal situação foi favorecida pela utilização da modalidade de consórcios mistos (agentes públicos e privados) nos leilões de privatização ocorridos desde os anos 1990. Ao contrário do modelo de privatização que resulta em pulverização da participação acionária das estatais para vários investidores, adotado por exemplo na Inglaterra e países do leste europeu, o modelo utilizado (atualmente, inclusive) no Brasil é o da venda em bloco do controle das empresas a grupos de investidores, com destaque sempre para o papel do BNDES e dos fundos de pensão de estatais na “representação pública” dos consórcios. Neste formato de venda, o controle acionário das empresas privatizadas fica compartilhado por entes públicos e privados. Assim, o governo mantém ascendência junto às empresas privatizadas e aumenta o

espectro de influência através das conexões promovidas pelos consórcios e através da expansão dos investimentos em renda variável em empresas privadas (entrada no capital social das empresas). Este modelo foi adotado nas privatizações dos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e intensificado pelo governo Lula a partir de 2003 (LAZZARINI, 2011). O segundo motivo apontado é o protagonismo de determinados agentes que atuam como conectores de várias aglomerações. Os proprietários que mais incorporaram a função de conexão – e que reforçaram o capitalismo de laços – foram, justamente, atores ligados direta ou indiretamente ao governo – o BNDES e os fundos de pensão de empresas estatais. O papel desses dois conectores se intensificou após 1996 e, mais fortemente, após 2003.

Os elementos existentes no capitalismo de laços descrito por Lazzarini (2011) convergem para o que o autor denomina de “mundo pequeno”, isto é, aglomerações interligadas por alguns poucos atores conectores. Neste “mundo pequeno”, proprietários firmam laços societários cruzados e constituem conjuntamente sociedade em conglomerados empresariais. Os consórcios (vários proprietários associados a um mesmo projeto) e as pirâmides de controle (proprietários com participações em uma empresa intermediária que, por sua vez, agrega posições em diversas outras) são dois instrumentos típicos das redes societárias no Brasil que favorecem o surgimento das aglomerações. E os principais conectores dessas aglomerações são atores ligados direta ou indiretamente ao governo. No caso brasileiro, o BNDES e os fundos de pensão das estatais são os mais influentes agentes de conexão (LAZZARINI, 2011).

Os números de Lazzarini (2011) mostram que o grupo mais influente nas “redes de propriedade” brasileiras desde 1996 são os dos fundos de pensão de estatais, seguidos por entidades governamentais (especialmente BNDES), investidores institucionais (firmas de investimento e fundos de pensão de empresas privadas), em quarto os indivíduos e famílias e por último as firmas e investidores estrangeiros. Após as privatizações dos anos 1990, a influência dos fundos de pensão e do BNDES aumentou expressivamente (mais que triplicou) em 2009. Já o capital estrangeiro apresentou pequeno crescimento de influência, ficando pouco acima do grupo de indivíduos e famílias e, por último, investidores institucionais, que perderam influência no período 1996-2009.

Durante o governo Lula foram criadas as melhores condições para a expansão dos fundos de pensão, com suas atividades disciplinadas pelo Estado e diversos incentivos fiscais. Esta expansão ocorreu pela estreita regulação pelo poder público, que, por sua vez, fez aumentar a influência dos fundos na política do Estado.

Conforme Paixão (2007), o crescimento recente dos fundos de pensão resulta da combinação de vários fatores, os principais sendo os fatores que fizeram aumentar a demanda por previdência complementar e os fatores que propiciaram um ambiente favorável à expansão da previdência complementar. Além de uma demanda crescente por previdência complementar, a expansão do segmento tem resultado também de um ambiente de negócios favorável não só à expansão dos planos de benefícios e fundos de pensão existentes, mas também à criação de novos. Isso significa que há dois movimentos convergentes: a demanda crescente e a formação de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento da previdência complementar. Esse ambiente favorável é resultado de alguns fatores, como 1) um cenário macroeconômico positivo, marcado por conquistas como o crescimento sustentado do PIB, taxas de juros declinantes e inflação sob controle; 2) desigualdade na distribuição de renda do Brasil estar em queda. Com efeito, milhões de brasileiros estão melhorando seu padrão de vida, sendo que destes, milhares estão ingressando em uma faixa de remuneração que já dá espaço para o desejo de possuir mecanismos de complementação da renda na aposentadoria; 3) existência de um ambiente regulatório adequado; 4) apoio governamental inédito ao setor. O programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, já indicava que seria dada prioridade à formação de poupança interna e de longo prazo. É o que, já em 2003, Luciano Coutinho destacava:

Passos importantes na direção da expansão da previdência vêm sendo implementados nos últimos anos (desde a aprovação das Leis Complementares 108 e 109 de 2001) e, recentemente, pelo governo do presidente Lula, que reestruturou e fortaleceu o Conselho de Gestão da Previdência Complementar, tornou pró-ativa a Secretaria de Previdência Complementar e aprovou novas regras estimuladoras da instituição de novos planos de previdência por categorias organizadas, tendo sido estabelecidas salvaguardas para evitar desvios de gestão/condução (apud PAIXÃO, 2007, p. 25).

Também foram adotadas medidas para tornar menos burocrática e onerosa a relação dos fundos de pensão com seus participantes e com o Estado. Promoveu-se uma reestruturação da diretoria da Secretária de Previdência Complementar responsável pela aprovação prévia dos estatutos de fundos de pensão e dos regulamentos de planos de benefícios, bem como de suas alterações. O tempo médio para análise de pedidos de aprovação caiu de cerca de dezoito meses para menos de trinta dias (idem, p. 28). Ocorre à articulação e apoio governamental, aprimoramento de regras, contratos e instrumentos legais e procedimentais numa perspectiva de modernização do arcabouço jurídico-institucional no sistema de fundos de pensão. Tudo isso significa uma verdadeira política pública de fomento

aos fundos de pensão focando seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, na maior influência política dos fundos.

Diante dos incentivos governamentais, os fundos de pensão despontaram como os principais detentores nacionais de liquidez domésticos. Em relação aos ativos totais, os fundos de pensão brasileiros experimentaram um crescimento notável nos últimos vinte anos. Enquanto em 1990 os ativos dos fundos de pensão somavam o equivalente a pouco mais de 26 bilhões de reais, correspondendo a 3,3% do Produto Interno Bruto, em 2002, já eram 168 bilhões de reais em ativos (12,8% do PIB) (ABRAPP, 2006). Em relação ao PIB, os ativos de investimento passaram de 13,1% em 2003 para 15,7% em 2008, sendo que em 2007 – ano anterior à crise financeira norte-americana – houve um pico de 17,6% (ABRAPP, 2008). Em dezembro de 2008, o Brasil contava com um total de 371 fundos de pensão, sendo 288 entidades com patrocínio privado (2.223 patrocinadores) e 83 com patrocínio público (332 patrocinadores). Embora em menor número, os fundos com patrocínio público detinham 63,91% do patrimônio total dos fundos, enquanto os fundos privados possuíam 36,09% do total. (MPS, 2008). Segundo Relatório Social da Abrapp de 2008, algumas das empresas nos quais os fundos de pensão investem são Ambev, Brasil Foods, Souza Cruz, Coteminas, Teka, Celesc, Cemig, NeoEnergia, Eletrobrás, Iguatemi, Bombril, ALL, Embraer, Invepar, Lamsa, Weg, Klabin, Votorantim, Petrobrás, Ultrapar, Acesita, CSN, Vale do Rio Doce, Gerdau, Usiminas, Brasil Telecom, Contax, Jereissati Participações, Tim, Vivo, Hopi Hari, Banco do Brasil, Bradesco. Isso sem contar os investimentos em infraestrutura, os empreendimentos imobiliários e as participações no mercado de capitais.

O governo Lula aproveitou esta posição privilegiada dos fundos e, por mais que não se tenha revertido completamente a orientação predominantemente especulativa dos fundos de pensão, trouxe importantes mudanças no padrão do financiamento da economia produtiva no país. Adacir Reis, então titular da Secretaria de Previdência Complementar do governo Lula, afirmou que “os fundos de pensão inserem-se num projeto estratégico do país, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico sustentado e a igualdade social. Como mobilizadores de recursos com perfil de longo prazo, os fundos de pensão podem, na visão do governo Lula, protagonizar um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária nacional”. Em 2006 a então ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que “o governo brasileiro tem um profundo compromisso com a questão da infra-estrutura. Os fundos de pensão têm consciência da importância de transformar a poupança privada em investimento no setor produtivo do país” (apud JARDIM, 2009).

Estas mudanças não transformaram qualitativamente os fundos, já que a estrutura de portfólio dos fundos de pensão brasileiros permaneceu sem experimentar maiores variações. Ela se concentra basicamente em títulos de renda fixa – no período, 60,4% em média – e renda variável – 31,5% em média. Não obstante as variações (pequenas) existentes nos pesos de ambos os tipos de investimento, se somados eles quase sempre ocupam mais de 90% da carteira – média de 91,7%. As outras frentes de investimento são ou declinantes ou estáveis em um patamar muito baixo. Os investimentos dos fundos de pensão em renda variável costumam buscar, neste período, a opção por projetos que buscam gerar emprego na perspectiva de longo prazo, atuando como os principais personagens do arranjo político e econômico das Parcerias Público-Privadas, das obras do PAC, diversas fusões empresariais, das concessões de ferrovias, rodovias, aeroportos e portos, construção do Trem Bala, termoelétricas, hidroelétricas, usinas de energia eólica, pesquisa nuclear e projetos de reflorestamento.

Em suma, por mais que não tenha superado totalmente o modelo anterior, durante o governo Lula os fundos de pensão passam por mudanças em sua orientação tradicional relativamente à política de investimentos. Para Jardim (2010), os fundos de pensão, embora expressem um fenômeno de dominação simbólica das finanças, no caso brasileiro apresentariam algumas especificidades, em função das quais expressariam algo além da dominação das finanças.

Concretamente, dados empíricos revelam que os fundos de pensão têm investido em atividades produtivas (de caráter social e ambiental) durante o governo Lula, promovendo de forma indireta, a redistribuição e a solidariedade, via mercado. Entende-se que essa redistribuição é, antes de ser uma opção econômica, uma opção política e cognitiva de apoiar os projetos de infra-estrutura, energia, transporte, agronegócio e ambiente do governo Lula, já que esses não representam, necessariamente, baixas taxas de riscos e altas taxas de rentabilidade. (JARDIM, 2010, p. 6).

Durante o primeiro governo Lula, o projeto de Parcerias Público-Privado (PPP) foram estratégicos na conformação de alianças entre setor público e privado. Os fundos de pensão tiveram papel central, sendo concebidos como ferramentas para se colocar em prática o projeto do governo para realizar obras de infraestrutura no país. Por mais que as PPP's não tenham vingado, elas articularam novas relações entre público e privado que deram origem posteriormente ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que se desenvolveu durante o segundo governo Lula e é financiado em parte pelos recursos dos fundos de pensão e do FGTS, ambos recursos das poupanças dos trabalhadores.

Os setores de infra-estrutura teriam destaque entre os investimentos produtivos dos fundos de pensão, mas não somente. Segundo a pesquisa de Jardim, há uma diversidade de setores econômicos em que os fundos já participariam: alimentos, bebidas e fumo; automotivo; bancos; confecções e têxteis; construção civil; energia; imobiliário; limpeza; transporte (materiais de transporte, serviços de transporte e logística); mecânica; papel e celulose; petróleo e gás; química e petroquímica; siderurgia e metalurgia; telecomunicações; turismo e lazer. Com a Lei 3.792 do CMV, de dezembro de 2009, os fundos de pensão também regulamentaram investimentos em Private Equity, podendo agora investir até 20% do patrimônio neste setor.

Comentando essa diversidade nos investimentos produtivos, Jardim escreve que

No seu conjunto, essas mudanças buscam dar maior flexibilidade aos fundos de pensão, de forma que estes pudessem investir no projeto de desenvolvimento do governo Lula, especialmente em projetos de infraestrutura e energia, mas também (e em menor escala) em projetos de caráter socioambiental. Portanto, investindo em atividade produtiva, gerando emprego e renda, os fundos tornaram-se uma das principais alavancas de desenvolvimento do país, trabalhando na construção da idéia de uma “economia social”. Assim, os fundos ganharam uma roupagem de “projeto estratégico” para o desenvolvimento sustentável do país (2010, p. 43).

O Governo Lula se empenhou em envolver os fundos de pensão nos investimentos. Para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, cujo orçamento é estimado entre 19 e 25 bilhões de reais, os três maiores fundos (Funcef, Petros e Previ) teriam uma fatia de 27,5% (contra 49,98% do Estado e 22,5% das empresas privadas). Também no projeto do trem-bala, planejado para ligar Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, estarão presentes os três fundos, com um aporte previsto de R\$ 1,5 bilhões. Finalmente, no segmento de investimentos tidos como “projetos socioambientais”, há iniciativas como a de um fundo de reflorestamento na Amazônia, criado pela empresa Vale, BNDES e os fundos de pensão Funcef e Petros, com dotação de R\$ 605 milhões ou o reflorestamento de 215 mil hectares de florestas de eucalipto no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com investimento de R\$550 milhões pela Petros. É provável que durante o Governo Lula os investimentos desta natureza feitos pelos maiores fundos de pensão brasileiros já terem alcançado valores na casa dos bilhões de reais.

Enfim, se durante o governo Collor-FHC os fundos se tornaram acionistas minoritários das ex-estatais, durante o governo Lula os fundos passaram a atuar como um dos principais financiadores dos projetos de infra-estrutura, energia, transporte e meio-ambiente do governo federal. Dessa forma diversos projetos de infra-estrutura e energia, principalmente, foram executados com o financiamento de fundos de pensão, em especial de

patrimônio público. Também é possível observar que houve uma maior convergência entre os grupos políticos que compõe os dirigentes dos fundos de pensão e do governo, ambos oriundos do sindicalismo ligado ao núcleo duro do PT. Isso gerou uma singular “simbiose governamental” (GRÜN, 2007) e a “convergência cognitiva” (JARDIM, 2009) entre gestores dos fundos de pensão (sindicalistas e ex-sindicalistas) e membros do governo. Avaliação política é que, devido à ausência e à debilidade estrutural da “burguesia nacional” em fazer “investimentos de longo prazo” e reformas estruturantes, os fundos de pensão seriam importantes fornecedores de recursos, um ótimo financiador para desenvolver a indústria, a agricultura e os serviços, reconstruir a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações e a infra-estrutura urbana, estimulando a criação de novos empregos e criando mecanismos de redistribuição de renda. Em suma, os fundos de pensão foram, sob a ótica e prática do governo Lula, um dos motores do “neodesenvolvimentismo” no Brasil, mesmo que não tenha conseguido reverter a orientação predominantemente especulativa dos financiamentos dos fundos de pensão.

3.6. CONCLUSÃO

Acompanhado a evolução histórica dos fundos de pensão captamos a crescente centralidade que eles vêm tendo na economia política brasileira, despontando como atores de primeira grandeza desde as privatizações durante da década de 1990. Originários em sua forma moderna pelo regime ditatorial-militar, os fundos cresceram muito num espaço curto de tempo. Durante os governos Collor e FHC os fundos de pensão se tornaram acionistas minoritários das ex-estatais. Já nos anos 2000, em especial durante o governo Lula, eles passaram a atuar progressivamente como um dos principais financiadores dos projetos de infra-estrutura, energia, transporte e meio-ambiente do governo federal, bem como fator de estabilidade do mercado de capitais. Embora catalizando capitais em montante suficiente para o financiamento de investimentos de maior risco e de maior vulto, os fundos não se consolidaram ainda como uma posição de provedor de funding para os investimentos de longo prazo tradicionalmente ocupado pelas agências oficiais, tais como o BNDES. Por mais que não devam cumprir integralmente com o papel que o Estado teve, através das empresas estatais e do BNDES, os fundos de pensão poderiam suprir uma importante lacuna no financiamento de projetos de infra-estrutura e de re-industrialização do país.

Para executar tal papel os fundos de pensão devem estar à prova de constantes reformas modernizadoras, para ganharem eficiência econômica e servir como instrumentos chave para um planejamento macroeconômico capaz de dirigir e regular o mercado além de possuir um projeto político mais radical de auto transformação dos fundos em “agentes produtivos”.

Do ponto de vista político e social, a maior participação dos sindicalistas no segmento dos fundos de pensão antes e após a eleição do presidente Lula, inclusive em cargos de direção, representou um processo inédito na configuração do capitalismo brasileiro. No próximo capítulo retomaremos o debate proposta na introdução, a partir do estudo sobre a composição social direção executiva da PREVI durante o governo Lula e suas possíveis transformações para o campo das classes sociais.

4. UMA “NOVA CLASSE”? ESTUDO SOBRE A DIREÇÃO EXECUTIVA DA PREVI DURANTE O GOVERNO LULA

Voltamos agora ao ponto de partida. No capítulo 1 examinamos a ascensão dos fundos de pensão e seu funcionamento no capitalismo contemporâneo. No capítulo 2 expomos o desenvolvimento histórico dos fundos no Brasil, focando o crescimento ocorrido desde 1990. Acompanhamos a mudança no perfil dos investimentos dos fundos de pensão durante o governo Lula. Também averiguamos as transformações institucionais que abriram as portas para o sindicalismo na direção dos fundos de pensão. Falta averiguar as transformações que ocorrem com os sindicalistas. Primeiro apontamos as transformações no “novo sindicalismo” e depois analisamos a composição social da Direção Executiva da PREVI. Neste capítulo retomamos as indagações colocadas na introdução sobre o resultado da ocupação de sindicalistas nos postos-chave dos fundos de pensão durante o governo Lula na estrutura de classes.

4.1. DO “NOVO SINDICALISMO” À “NOVA CLASSE”?

Antes de abordar a nova elite dirigente da PREVI, é preciso analisar as mudanças operadas no interior do sindicalismo, o que impulsionou nas lideranças da CUT em ocupar as principais posições nos fundos de pensão. Trata-se da consciência sobre o papel dos sindicatos na gestão dos fundos como uma estratégia de luta dos trabalhadores organizados. A polêmica é evidente, pois poucos entenderiam a reconversão operada pelo “novo sindicalismo” rumo a gradual inserção de sindicalistas em cargos que controlam o capital acumulado de milhares de trabalhadores para financiar a economia capitalista.

Como vimos no capítulo anterior, a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 significou a ascensão do PT e de sua principal base social e sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a ocupar posições estratégicas nos fundos de pensão e conselhos de administração das empresas estatais, além de outros órgãos de gestão direta do capital financeiro como o FAT e o FGTS.

A primeira vista, pode-se considerar um evento surpreendente, uma vez que se trata de uma categoria que tradicionalmente não guardava boa relação com as classes capitalistas. De fato, conforme observa Maria Jardim, até meados da década de 1990 a postura dos trabalhadores em relação aos fundos de pensão era de desconfiança. Antes deste período o

movimento sindical via com maus olhos o dinheiro dos fundos, pois achava que ele refletia uma “venda ideológica” (JARDIM, 2009, p.153). Com a chegada ao poder de um governo cuja base de sustentação era mais alinhada ideologicamente aos sindicatos, esta “conversão” dos sindicalistas aos fundos de pensão – e ao campo do mercado financeiro – foi naturalmente favorecida (JARDIM, 2009).

Para justificar a aproximação com os fundos de pensão, o “novo sindicalismo” passou por um verdadeiro processo de mudança cognitiva conduzido por líderes sindicais estratégicos ligados principalmente ao setor bancário e elétrico, além das lideranças das três maiores centrais sindicais do país, CUT, CGT e Força Sindical. Diante da “crise” de agenda sindical ocasionada pelo processo de reestruturação produtiva e mudanças no mercado de trabalho dos anos 1990 e o arrefecimento de tradicionais bandeiras como salário, jornada de trabalho e dos mecanismos de greves e paralisações típicas nos anos 1970 e 1980 levou à busca de alternativas, dentre as quais os fundos de pensão.

Bandeiras tradicionais como greves e manifestações deram lugar a discursos de responsabilidade social, investimento ético, capital produtivo e governança corporativa. Os fundos de pensão deixaram de ser associados a “arcaicas estruturas corporativas” ou “instituições sem legitimidade social” e ganharam imagem de “projeto estratégico” para o desenvolvimento sustentável do país. As centrais passaram a investir em seminários e cursos para formação de gestores de fundos de pensão. Até mesmo os “inimigos” principais deixaram de ser banqueiros e grandes empresários (JARDIM, 2009). Para um grupo que buscava “sair das cordas” desde os anos 1990 com o enfraquecimento de suas tradicionais causas, um novo campo de atuação florescia para o movimento sindical (SORIA e SILVA, 2011). O argumento principal foi direcionado para a legitimidade dos próprios trabalhadores em participar da gestão de “sua própria poupança” e, assim, evitar o mau uso dos recursos, seja em atividades ilegais ou atividades que lhes prejudicassem. Assim, os investimentos dos fundos deveriam buscar rentabilidade, mas por meio de atividades produtivas, éticas e socialmente responsáveis. Desta forma, estariam contribuindo também para inibir qualquer política de especulação e financeirização (JARDIM, 2009).

Acredita-se que o crescimento desses fundos transfere parte do capital das empresas para os trabalhadores socializando a riqueza. Seus fundadores ideológicos no PT são oriundos do setor bancário de São Paulo e passaram pela FGV/SP. Luiz Gushiken, Aldarir Reis e Ricardo Berzoini são seus representantes máximos. Este último foi Presidente nacional do PT entre 2005 e 2010, foi Ministro da Previdência em 2003, Ministro do Trabalho em 2004, presidiu o Conselho Curador do FGTS e foi membro do Conselho Administrativo do BNDES.

Esses quadros tem se reproduzido historicamente. Jacy Afonso, por exemplo, que foi chefe de gabinete de Gushiken na Constituinte em 1987 é atualmente secretário de organização da CUT, membro do Conselho Curador do FGTS, Comitê Gestor do Fundo de Investimentos do FGTS e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Senão como surpresa, o principal autor que orienta estes novos fundamentos ideológicos do “novo sindicalismo” é o conhecido pai da administração moderna, Peter Drucker. Ele é o primeiro autor a olhar especificamente sobre o fenômeno da participação dos fundos de pensão no capital das empresas norte-americanas, em meados da década de 1970. Sua hipótese é tão “absurda” que seus argumentos costumam ser vistos como uma excentricidade teórica. Entretanto, o “novo sindicalismo” que passou a dirigir os fundos de pensão acredita em seus postulados fundamentais.

Drucker (1997) destacou o fato de um socialismo – diferente daquele apregoado pelos seguidores de Marx – ter sido efetivamente implantado não em um país do bloco liderado pela antiga União Soviética, mas sim na mais capitalista de todas as nações: os Estados Unidos. Ele mostrou que a gestão de elevadas somas de recursos financeiros pelos trabalhadores por meio dos fundos de pensão viabilizava nos sistemas econômicos capitalistas o tão almejado controle dos meios de produção perseguido nos regimes socialistas. Em uma perspectiva histórica, Drucker sugere ser a evolução dos fundos de pensão um processo de revolução no sistema político-econômico capitalista, uma vez que, paradoxalmente à oposição desse sistema ao socialismo, as atividades exercidas pelos fundos de pensão provocam, involuntariamente, a socialização da propriedade dos meios de produção. Através de seus fundos de pensão, os trabalhadores possuiriam o controle sobre parte considerável da economia, na indústria, bancos, seguradoras, varejistas ou setores de comunicação, infraestrutura e transportes. Os trabalhadores passariam a ser os verdadeiros donos dos meios de produção.

Por intermédio dos seus fundos de pensão, eles são os únicos “capitalistas” verdadeiros em existência, possuindo, controlando e dirigindo o “capital” da nação. Os “meios de produção” [...] operam visando o benefício dos trabalhadores do país. Os lucros, cada vez mais, vão se tornando pensões de aposentadoria, isto é, pagamento diferidos dos empregados. Não existe a “mais-valia”; a receita das empresas vai para o “fundo salarial”. Outros países também vêm caminhando na mesma direção (DRCKER, 1977, p.5).

Para Drucker, os fundos de pensão são “instituições socialistas” que impulsionam o processo de socialização dos meios de produção dentro do capitalismo. Os trabalhadores, através de seus fundos de pensão, estariam se tornando os proprietários legais, os

fornecedores de capital e a força controladora no mercado de capitais, sem qualquer tipo de “revolução”, “luta de classes”, “crise” ou “expropriação dos expropriadores”. Além disso, os fundos não seriam apenas a “propriedade em mãos dos trabalhadores” – que segundo a teoria marxista ortodoxa caracteriza o primeiro estágio do socialismo – mas uma propriedade social já visando o bem dos trabalhadores.

A transformação para uma economia na qual o “trabalhador” e o “capitalista” são uma mesma e única pessoa, e onde o “fundo salarial” e o “fundo de capital” são ambos expressos em termos e por meio da “renda dos trabalhadores”, representa uma inovação radical que entra em choque com todas as teorias conhecidas. O fato do “fundo de capital” ser gerado pela renda dos trabalhadores – e os pagamentos sejam feitos aos fundos de pensão, sejam pelo empregado, sejam pelo empregador, ou por ambos, são “salários diferidos” e representam “custos de mão-de-obra – é marxismo perfeitamente lógico; mas é algo totalmente incompatível tanto com a teoria economia clássica como o neo-classicismo keynesiano. Ao mesmo tempo, o fato desse “fundo de capital” ser, por sua vez, restituído através da “renda dos trabalhadores” é teoria clássica perfeitamente lógica; mas é totalmente incompatível com o marxismo, mesmo com o marxismo mais revisionista (idem, 37).

Destas transformações o “capitalismo popular” teria passado a ser “socialismo de fundos de pensão”. A emergência dos fundos de pensão tornaria definitivo o divórcio entre a “propriedade” tradicional e o “controle” dos meios de produção. Os fundos não seriam proprietários, mas investidores que não almejam o “controle”. Os fundos geram uma forma totalmente nova de “propriedade” que possui os principais recursos produtivos da sociedade. Esse socialismo de fundos de pensão criaria uma genuína “revolução desapercibida”. Drucker também analisou as consequências da ascensão do socialismo de fundos de pensão para o sindicalismo. Seu papel não estaria mais restrito à luta por salários e melhores condições de trabalho, tendo que se ampliar para que os fundos de pensão tenham representantes dos trabalhadores em suas gestões. Isso “forçaria os líderes a tomarem o partido das empresas, ou mesmo da administração contra os empregados. Os interesses dos empregados como donos não são, pelo menos no curto prazo, idênticos aos interesses dos empregados como empregados” (idem, p. 152). O que poderia resultar desta transformação dos sindicatos em gestores dos fundos para os próprios trabalhadores Drucker não chegou a abordar.

No Brasil a crença de que os fundos de pensão encabeçam a “socialização do capitalismo” a favor dos trabalhadores, com os proprietários tornando-se cada vez mais supérfluos, é lugar comum entre a “elite sindical” brasileira. A melhor versão desta linha foi elaborada por Leonardo André Paixão, então Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social do Governo Lula. Para ele a realidade norte-americana descrita por Drucker ainda não existe no Brasil. Primeiro, porque entre nós a participação dos

fundos de pensão no capital das grandes empresas é substancialmente menor do que nos Estados Unidos, embora seja, ainda assim, extremamente relevante. Segundo, porque a cobertura previdenciária privada alcança, até o momento, uma parcela pequena da população economicamente ativa (aproximadamente 2,6%). Em suma, poucas pessoas participam de fundos de pensão, e estes têm participação ainda modesta no capital social das empresas, de modo que não se pode, ainda, falar em socialização dos meios de produção no Brasil (PAIXÃO, 2007, p. 56). Mesmo que o Brasil possua o maior sistema de previdência complementar da América Latina e um dos dez maiores do mundo em termos absolutos, a formação de poupança previdenciária privada ampla e robusta ainda não teria se concretizado. Mesmo assim, ela está em franca expansão. Esta situação, conforme Paixão, permite que se possa vislumbrar, para um futuro próximo, o surgimento daquilo que Drucker denominou “socialismo de fundos de pensão”, mas que ele prefere chamar de “capitalismo social”. A idéia estaria próxima do conceito trazido por Paulo Rabello de Castro, o *sociocapitalismo*, ou seja,

o Capitalismo de (muitos) Sócios. Diferente do Socialismo, que propõe socializar os meios e as decisões de produção, o Sociocapitalismo tenta socializar os lucros e a acumulação do capital. O Sociocapitalismo é visceralmente distinto, portanto, da proposta de estatizar os processos produtivos, pois opta por compartilhar resultados, ao longo do tempo, por intermédio da sua acumulação entre muitos sócios. (apud PAIXÃO, p.6)

Para Paixão, o capitalismo social é o estágio do desenvolvimento do capitalismo em que a propriedade dos meios de produção está nas mãos de instituições (como os planos de benefícios administrados por fundos de pensão) que reúnem recursos de inúmeras pessoas físicas, de modo que se possa considerar, a rigor, que ocorre uma verdadeira pulverização do controle dos meios de produção (PAIXÃO, 2007, p. 8). Parecendo até evocar Drucker, Paixão fala que:

o capitalismo social, por intermédio dos fundos de pensão, é um meio extremamente eficiente de superar o conflito (relativamente) anacrônico entre capital e trabalho. A superação se dá pela conquista do capital pelos trabalhadores, por intermédio dos recursos acumulados em seus planos de benefícios. Pode ser um mecanismo eficiente de finalmente promover a redistribuição da riqueza nacional, alterando a correlação de forças entre as diferentes camadas sociais da população (idem, p. 12).

Por serem patrimônio do trabalhador, os fundos de pensão cumpririam no mercado um papel diferente dos outros investidores, sendo uma forma de democratização do capital. Ao investir em uma empresa, os investidores vão levar estas companhias a agir de forma

socialmente mais responsável, principalmente no respeito aos direitos dos trabalhadores. Os fundos também ajudam no incremento da visão de longo prazo, pois quando temas como poupança previdenciária, planejamento de aposentadoria e investimentos de longo prazo fizerem parte do vocabulário corrente das famílias, estará em curso uma verdadeira mudança cultural na sociedade. Estará aberta a oportunidade para a passagem de uma sociedade que valoriza excessivamente o consumo (sobretudo o consumo de luxo) para uma sociedade que glorifica a poupança (idem, p. 18). Nessa forma, podemos afirmar que durante o governo Lula a “elite sindical” orientou sua ação a partir dos ideais do “socialismo de fundos de pensão”, formulado a partir da década de 1990.

Buscando sintetizar a evolução do pensamento sindical brasileiro relativamente aos fundos de pensão neste período, Jardim (2007) propõe as seguintes etapas. No primeiro governo Fernando Henrique (1995-1998), os fundos de pensão começam a ser vistos como um possível campo de atuação sindical, que se preocupa também com os casos de corrupção e falência enfrentados por alguns fundos. No segundo governo FHC (1999-2002), passa-se a considerar a necessidade de ampliação do mercado de fundos de pensão e de possibilitar/criar fundos pelos sindicatos. Finalmente, no governo Lula (2003 em diante), os fundos de pensão já são considerados como instrumentos de inclusão social, e consagrados como forma de fortalecer os sindicatos. Conforme a pesquisa feita por Jardim (2007) pontuou, a defesa da previdência complementar existe há muito tempo nos meios petistas e cutistas, ou nos blocos majoritários que normalmente dirigem tais agremiações. Ou seja, no âmbito teórico-ideológico, não há mudança essencial entre o que CUT e PT defendiam em seu passado oposicionista (fundos de pensão) e o que implementaram enquanto Governo Lula.

Já em 1996 registramos uma reunião da Abrapp com o Sindicato dos Metalúrgicos com importantes membros do PT que depois fizeram parte do governo Lula, como Guido Mantega, Aloizio Mercadante e Luiz Gushiken. Com o argumento principal de que a condução da poupança dos trabalhadores deve ser feita pela própria categoria, a investida dos sindicalistas ao posto de dirigentes dos fundos de pensão seria, para eles, um desdobramento natural do mandato de representação dos empregados das empresas da esfera sindical para a esfera (da previdência) privada (GRÜN, 2003).

O material empírico apurado por Jardim (2009) revela uma importante apostila utilizada em cursos de formação chamados Previdência Complementar e Regime Próprio, ministrados pela Central Única dos Trabalhadores – CUT entre os anos de 2000 e 2003 para pelo menos mil sindicalistas a cada ano. A apostila, assinada pelo então deputado petista Luiz Gushiken e pelo professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, foi responsável pela formação de

vários sindicalistas e se constituiu como um instrumento de “difusão ideológica” acerca do papel dos fundos de pensão e sua relação com o sindicalismo. O forte teor ideológico, de fato, é utilizado na apostila, como pode ser visto no seguinte fragmento:

Devemos atentar para o seguinte fato: os trilhões de dólares, produto do esforço previdenciário de trabalhadores desenvolvidos ao longo de várias décadas, que estão a girar no mercado financeiro mundial atualmente se encontram mais próximos da categoria de predadores de mercado do que de alavancadores do progresso social. Esta adesão aos princípios de um capitalismo especulativo jamais encontrou resistência doutrinária à altura, sobretudo porque ainda persiste omissão e confusão ideológica dos representantes dos trabalhadores na questão relativa aos fundos de pensão (GUSHIKEN & GONÇALVES, 2002).

A evocação da legitimidade e autoridade moral dos representantes dos trabalhadores para conduzirem os destinos de suas poupanças previdenciárias é claramente registrado na apostila: “a propriedade de recursos previdenciários, por ser primordialmente do trabalhador, (...) deve outorgar a suas entidades representativas condição moral plena e legitimidade política suficiente para interferirem em seus processos de controle e aplicação” (GUSHIKEN & GONÇALVES, 2002). Neste sentido, o principal mecanismo do ideal sindicalista para que os fundos de pensão atuem em favor dos trabalhadores (e de suas poupanças) passa a ser a necessidade de se influenciar a política de investimentos dos fundos. Este ponto é particularmente importante, pois será frequentemente utilizado como estratégia de argumentação e participação dos sindicalistas nos conselhos dos fundos de pensão.

Podemos dizer que houve resistência por parte dos fundos de pensão especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando líderes sindicais mais à esquerda viam nos fundos de pensão, de modo geral, um instrumento da privatização da Previdência Social. No decorrer da década de 1990 e 2000 o sindicalismo passou a defender que os fundos de pensão são um duplo benefício para o trabalhador, na medida em que não apenas assegura uma renda maior na previdência, como fortalece a poupança interna e, conseqüentemente, os investimentos, e assim, contribui para a criação de empregos. Na verdade a chegada de sindicalistas à esfera dirigente dos fundos de pensão foi resultado de um processo de transformação da atuação e das cognições sindicais e representou uma conformação inédita na relação entre trabalhadores e o mercado financeiro, via fundos de pensão.

Para Chico de Oliveira, o poder dos fundos de pensão criou uma casta de gestores – com a PREVI a frente - que teria formado uma “nova classe social”. A “elite sindical” se tornaria uma “nova classe”.

Essa nova classe social está lá em benefício dela própria. Os dirigentes sindicais se convertem, para usar uma analogia, numa espécie de nomenclatura desse tipo de estrutura política. Tornam-se muito mais decisivos do que deputados e senadores que diariamente são malhados pela sociedade pelos jornais. É por isso que os defino como uma nova classe social, ou a fração de uma nova classe. Há nela todos os elementos constituintes de uma classe. Primeiro, um lugar na produção e na divisão do excedente entre trabalho e lucro, afinal comandam empresas. Segundo, uma ideologia comum, cimentada nessa possibilidade de comando do fundo dos seus trabalhadores. Terceiro, um projeto político, que atualmente é e por muito tempo será a manutenção dessa situação. Quarto, uma experiência de classe, incluindo o fato de que muitos deles já passaram por certos circuitos que mudam a cabeça das pessoas. É o caso da formação de alguns, saídos de instituições que só ensinam lucros e negócios. Há, portanto, todos os elementos que formam uma classe (OLIVEIRA, 2011, p. 35).

Oliveira aponta nesta “nova classe” quatro características que a definiria como classe. Um lugar na produção, uma ideologia comum, um projeto político e uma experiência de classe calcada na formação de seus membros.

Numa linha de argumentação parecida, Bresser Pereira desenvolveu na década de 1970 e 1980 a teoria da “tecnoburocracia” – também uma “nova classe”. Assim como Milovan Djilas, Bresser situa no estatismo da URSS a origem desta “nova classe”. Bresser diz que qualquer capitalismo que compartilha de algumas características estatais faz surgir a classe tecnoburocrática. Nestas sociedades, os tecnoburocratas são aqueles que participam dos processos de tomada de decisão nas organizações burocráticas desempenhando funções de coordenação, diferenciando-se da classe trabalhadora. Quando ela se transforma em classe dominante, a distinção entre classes sociais é mais gradual que dicotômica. Nesta situação a estrutura de classes sofre profundas mudanças, perdendo sua natureza nitidamente econômica e baseando-se em outra variável política, nas sociedades estatais e tecnocráticas, o poder que deriva da propriedade do capital e se distingue entre poder econômico e poder político. (BRESSER PEREIRA, 1981)

Para Bresser Pereira, o desenvolvimento do capitalismo deu lugar a uma concentração/centralização do capital e, portanto, a monopólios que, por sua vez, conduziram a uma ampliação das funções do Estado, o que permitiu a formação de uma classe tecnoburocrática cada vez mais importante. A partir de um momento dado, os tecnocratas públicos e privados ganharam uma crescente autonomia e passaram a apropriar-se do excedente econômico. Dessa forma o pequeno estamento burocrático estatal deu lugar a uma imensa nova classe tecnoburocrática pública e privada, cujos estratos mais elevados passaram a dividir com a alta burguesia não apenas o poder, mas também o excedente econômico. Assim, o que definiria a “nova classe” tecnoburocrática seria o controle político (classe dirigente) e a gestão da propriedade coletiva. Na década de 1970, com estes argumentos

Bresser também evoca o surgimento dessa nova classe social a partir dos dirigentes de empresas estatais no Brasil. Outros autores reconheciam na cúpula do regime autoritário a existência de uma “burguesia de Estado”, comandando os ministérios e as empresas estatais com grande nível de autonomia.

Em países “subdesenvolvidos” como o Brasil, onde o Estado assumiu a tarefa de condução do processo de industrialização, o fenômeno de importância correspondente foi a emergência das Forças Armadas e a formação de instituições como Petrobras, Eletrobras e BNDE nos anos 1940 e 1950. O regime militar, desde sua instalação, em 1964, ampliou o número de instâncias sob o controle de elites profissionais, intensificando um processo iniciado ainda nos anos 1940. Dezenas de canais na administração indireta e nas instâncias de coordenação das políticas econômicas e setoriais foram abertos pelo regime para alguns tipos de profissionais, em especial economistas, engenheiros e administradores. Dadas as dificuldades da classe empresarial brasileira em definir e protagonizar um projeto de desenvolvimento para o país, essa burocracia estatal assume progressivamente um papel enquanto agente econômico. Essa tecnoburocracia assume posições chave no Estado e acaba protagonizando um novo pacto político para o país, do qual estava excluída a representação dos trabalhadores.

Esta ideia de “nova classe tecnoburocrática”, munida de visão e projetos próprios, é de difícil averiguação. Esta hipótese negligencia a profunda diversidade de interesses entre categorias de técnicos das várias áreas de governo. O conceito de tecnoburocracia é contraditório, na medida em que implica a concepção de um poder formado fora de sua base social. Seria uma “nova classe” além das classes, pois não se subordina aos interesses fundamentais das classes no capitalismo. O alcance esta teoria, que marca ligações com a análise de Oliveira, é limitada pela crença numa classe cuja autonomia da burguesia e do proletariado chegaria a tal ponto que lançaria uma “nova classe”.

No presente capítulo serão analisadas as transformações ocorridas na PREVI a partir da composição da sua elite dirigente durante o governo Lula. Em primeiro lugar vamos expor uma história concisa da PREVI e sua forma de organização interna. Depois vamos fazer uma análise da composição social da Direção Executiva a partir das variáveis de formação, carreira e filiação política. Depois de traçar o perfil sociopolítico dos gestores, então, vamos debater suas implicações no nível das classes sociais.

4.2. DESENVOLVIMENTO DA PREVI

A PREVI foi fundada em 1904 com o nome de Montepio dos Funcionários do Banco República do Brasil com 52 associados.

A atual PREVI já teve quatro diferentes denominações anteriores. Na primeira fase a entidade chamou-se “Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil” com vigência entre 1904 e 1921; após, entre os anos de 1921-34, foi denominada “Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil”. A terceira designação “Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil” vigorou de 1934 até 1966; por fim, em 1967, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil passou a ser conhecida apenas pela sigla CAPRE, com a função de complementar os benefícios previdenciários do Instituto Nacional de Previdência Social. A entidade permaneceu com esta mesma denominação até o ano de 1974. A partir daquele ano passou a ser denominada gradualmente por PREVI (BELOCH et al, 2004, p. 90).

Mas é a partir dos anos noventa que se desenvolveu de modo importante os fundos de pensão no Brasil, com a PREVI a frente. A rigor, Granemann versa:

No Brasil, embora os primeiros fundos de pensão datem da década de 1970, eles somente desenvolveram-se de modo importante a partir da década de 1990 por razões assemelhadas as encontradas em outros países do mundo ao longo da década de 1980 como os movimentos típicos do capital: integração dos mercados nacionais com a quase total abolição dos controles que freavam a livre circulação dos capitais portadores de juros entre os países industrializados; a desregulamentação dos marcos legais que pôs fim à separação dos mercados e permitiu aos diferentes capitalistas – entre eles os Investidores Institucionais – investir em todos os mercados financeiros e, por fim, a desintermediação que tornou possível o desenvolvimento das finanças diretas e deu espaço à ação dos Investidores Institucionais conforme (GRANEMANN, 2006, p. 43).

O fundo de pensão PREVI já era o maior da América Latina nestes tempos e sua inserção nos processos de privatização foi imensa. Conforme Beloch et al (2004):

Foi nos anos 90 que a entidade começou a adquirir a dimensão que hoje apresenta, a qual pode ser percebida no lugar e valor que lhe eram atribuídos na estrutura do Banco. Até o final dos anos 80, apesar de ser um órgão independente, a PREVI era tratada dentro do Banco como uma da FUNCI, o Departamento de Pessoal. Depois, como uma divisão da assistência ao pessoal, da área de Recursos Humanos; depois, como um departamento. Cada mudança dessas refletia o crescimento do porte da PREVI (BELOCH et al, 2004, p.111).

A década de noventa foi marcada pelo início do marco das privatizações de variadas estatais brasileiras, como apontamos anteriormente, e a PREVI cumpriu o papel de precursora

de muitas delas, nas quais passou a ter controle societário e assentos nos conselhos administrativos. Dentre as participações acionárias apresentadas, a primeira aquisição da PREVI foi a USIMINAS, em 1991, na qual Garcia (2008) demonstra a relação da aquisição de ações e a representação no Conselho de Administração da empresa:

A posição de destaque assumida pela instituição no mercado de ações culminou com a participação da entidade no processo de privatização da USIMINAS, a lucrativa siderúrgica mineira, em 1991, ocasião em que adquiriu 14,94% do seu capital votante. Esta participação permitiu-lhe a indicação de representante para o Conselho de administração da companhia privatizada. (GARCIA, 2008, p. 27)

Neste período a PREVI passou a ter controle acionário e assentos nos conselhos administrativos de dezenas de outras empresas privatizadas, como Vale do Rio do Doce, Embraer, ACESITA, CELESC, Brasil Telecom, CPFL Energia. Se expandindo por diversos setores da economia e cumprindo o papel de interferir nas dinâmicas internas do setor privado. O capitalismo brasileiro pós-privatizações viu os fundos de pensão – em especial a PREVI – despontarem como os melhores e mais eficazes mecanismos de financiamento da acumulação de capital e administração de empresas.

Com o início do governo Lula e a mudança na direção da entidade, os dirigentes destacaram a necessidade de mudanças na gestão dos investimentos. A ênfase seria no acompanhamento do desempenho das empresas que respondem pela maior parte da carteira de ações, como Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Ambev, Petrobras, Embraer. Dirigentes e técnicos da PREVI estiveram empenhados na busca de soluções para negócios que apresentavam histórico de desempenho ruim, e para a melhoria de outros que apresentavam resultados abaixo do seu real potencial. Esse trabalho já apresentou resultados concretos em 2003, que se refletem na valorização da carteira da PREVI. A PREVI encerrou o ano de 2003 com o patrimônio no valor de R\$ 58,03 bilhões, o que representou crescimento de 33,21% sobre os R\$ 43,56 bilhões do final de 2002. Como disse Renato Chaves, então novo Diretor de Participações,

A atuação harmônica das áreas relacionadas com os investimentos da PREVI para a solução de questões complexas - envolvendo reestruturações financeiras e societárias por exemplo - foi o fato merecedor de destaque no ano de 2003. Além disso, a participação de entidades sindicais e de diversas associações de aposentados na discussão do Planejamento Estratégico 2004/2008 marcou o início de um novo modelo de gestão na PREVI, mais transparente e comprometido com o associado (PREVI, 2003).

A PREVI em 2004 comemorou seu centenário como o maior e mais poderoso fundo de pensão do Brasil e da América Latina. Seu patrimônio, em 2006, atingiu o patamar de

cerca de R\$ 100 bilhões, no final de 2007 aumentou para R\$ 138,2 bilhões e chegou a R\$ 152 bilhões em 2010. Assim, na década de seu centenário a PREVI teve um grande salto, considerando que em 2002 seu patrimônio era avaliado em R\$ 43,6 bilhões. O contínuo crescimento do fundo de pensão fez com que a massa de trabalhadores e aposentados associados à PREVI chegasse a 154.431 participantes em 2004; 162.897 participantes em 2006; 169.718 no final de 2007 e 186 mil participantes em 2010. Em 2010, para preencher os 224 assentos de conselheiros nas empresas em que tem participação societária, a PREVI ajudou a eleger 161 conselheiros de administração e fiscais, titulares e suplentes. Desse total, 76 estão em conselhos de administração (41 titulares e 35 suplentes) e 85 estão em conselhos fiscais (43 titulares e 42 suplentes).

4.3. ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PREVI

A PREVI é uma entidade fechada de previdência privada cuja gestão é limitada a funcionários do Banco do Brasil e aos quadros da PREVI⁴. A estrutura de poder da PREVI mudou ao longo do tempo, acompanhando as alterações do cenário político-econômico brasileiro. Nos anos 1980 a diretoria era composta por sete membros, três indicados pelo Banco do Brasil (Presidente, Diretor Técnico e Diretor Administrativo) e quatro eleitos pelos participantes. Aos diretores indicados competia a gestão cotidiana e aos eleitos cabia somente participar das reuniões periódicas para deliberar sobre estratégias de investimento, normas e regras de funcionamento da entidade. Contando com 165 funcionários, e ações de cento e trinta e quatro empresas, sendo que dez delas representando 50,36% de seu portfólio, em 1990, a PREVI promoveu uma primeira adaptação em sua estrutura organizacional. O programa de privatizações das estatais impulsionou as aquisições dos fundos de pensão de diversas empresas, o que fez aumentar suas participações nos assentos em conselhos de administração. Em 1992 a Cerâmica Portobello, a Cia Petroquímica de Camaçari, a LIASA – Ligas de Alumínio, a Tupy S.A e a USIMINAS passaram a contar com sete conselheiros da PREVI em sua gestão.

Intensificando o relacionamento com empresas em que detinha participação mais relevante, a PREVI contabilizaria o aumento de 25 assentos em conselhos de 11 empresas, em

⁴ Para permitir a não-funcionários participar de investimentos semelhantes aos rentáveis investimentos feitos pela Previ, foi criada a Brasilprev Seguros e Previdência S.A., que é uma empresa de previdência complementar, resultado da associação entre o Banco do Brasil, o Principal Financial Group e o Sebrae, onde qualquer pessoa pode criar seu próprio plano de previdência.

fins de 1993, para 125, em fins de 1996, com seus representantes atuando em 37 companhias. Dentre as aquisições feitas pela PREVI em 1994, em conjunto com outros investidores, merecem destaque as que propiciaram o controle acionário da Perdigão e da Embraer. Na primeira foram pagos valores equivalentes a US\$ 150 milhões por 70,6% do capital total da empresa, a PREVI ficaria com 15% do capital total (17,2% do capital votante). Na empresa de aviação, o consórcio formado por fundos de pensão (Sistel e Fundação CESP), Bancos Bozano Simonsen e Wasserstein Perella International, adquiriram 45,4% das ações com direito a voto. Tendo assumido 10,4% do capital votante, a PREVI passaria a integrar o acordo de acionistas e compor o grupo de controle da companhia. Tais operações representariam o reforço da gestão compartilhada, inaugurado em 1992, com a compra da Acesita, propiciando aos acionistas minoritários participar do estabelecimento de estratégias e políticas da organização.

Gradativamente, com a incorporação progressiva de novas e relevantes percentuais do capital de empresas em seu portfólio, a PREVI passa a deter, e a exercer, o direito de indicar representantes para assentos nos conselhos de administração e fiscal, gerando, em consequência, a necessidade de transformações organizacionais.

Em 1997 foi introduzido na PREVI um modelo de gestão participativa, com a reformulação da alta direção e ampliação dos associados na estrutura organizacional. Sua organização interna contém um Conselho Deliberativo composto por seis membros titulares, sendo três eleitos pelos participantes e três indicados pelo Banco do Brasil. Seu Conselho Fiscal é formado por quatro membros efetivos e seus suplentes, dos quais dois são eleitos pelo Corpo Social e dois são indicados pelo Banco do Brasil. A gestão e fiscalização da PREVI é dividida entre Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta de seis membros: presidente, diretor de Administração, de Investimentos, de Seguridade, de Participações e de Planejamento. O organograma completo da PREVI segue abaixo:



No pleito de 1996 para a indicação de dois diretores deliberativos e três conselheiros fiscais a chapa encabeçada pela Articulação Sindical saiu vitoriosa. Em 1998 as eleições previam a eleição do Diretor de Seguridade, a primeira vez que os diretores eleitos pelos associados passariam a exercer funções executivas, adquirindo poder real na entidade. Foram formadas cinco chapas, com três chapas cutistas. A Articulação Sindical perdeu e a chapa integrada pela DS (Democracia Socialista), Força Socialista e algumas entidades associativas dos funcionários do Banco do Brasil venceu. Foi colocado Henrique Pizzolato, o ex-presidente da CUT-PR e ex-candidato a Governador do Paraná em 1990 pelo PT, no posto de Diretor de Seguridade da PREVI. Em 2000, entre 15 e 23 de maio, houve novo pleito onde seriam eleitos os Diretores de Participações e de Planejamento. A chapa vitoriosa era formada pela Articulação Sindical, a DS e a Corrente Sindical Classista, ligada ao PC do B. Foram eleitos Sérgio Rosa, presidente da CNB e diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, para Diretoria de Participações e Erik Persson, diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, para a Diretoria de Planejamento. Rosa cumpria mandato de Diretor de Participações quando foi afastado no processo de intervenção, em junho de 2002, retomando 53 dias após, como Diretor de Administração. Em 2003, com a eleição de Lula, o Diretor de Administração Sérgio Rosa, eleito em momento anterior pelos associados, para assumir a Presidência da PREVI. Os novos Diretores de Participações e de Investimentos, oriundos das áreas de participações e internacional do Banco do Brasil, respectivamente, comporiam o quadro de representantes do Banco na administração da Entidade. Neste momento em 2003 a PREVI 368 assentou em conselhos de administração e fiscal, dispostos em 95 companhias – sendo que participava do capital social de 165 empresas.

Antes do governo Lula, cerca de metade da Direção Executiva já era ligada à CUT/PT. Henrique Pizzolato era Diretor de Seguridade, Sérgio Rosa como Diretor de Participações e

de Administração, e Erik Persson, Diretor de Planejamento. As mudanças de governo e no Banco do Brasil ampliaram o controle da CUT/PT sobre a PREVI. Sérgio Rosa se tornou o novo presidente; Luiz Carlos Aguiar assumiu a Diretoria de Investimentos; Renato Chaves ficou à frente da Diretoria de Participações e Francisco Ferreira Alexandre foi indicado para a Diretoria de Administração. Os novos dirigentes tiveram os nomes aprovados pelo Conselho Deliberativo da PREVI. A posse ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2003, no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro.

Durante o período de 2003 a 2010, os seis cargos principais da Direção Executiva da PREVI foram ocupados por 12 pessoas, incluindo Fernando Amaral que foi afastado da Direção de Seguridade logo em 2004. Dessa forma, onze pessoas foram membros “orgânicos” da direção executiva durante o governo Lula, entre 2003 a 2010. Destes onze, apenas dois se mantiveram por todo o período: o Presidente Sérgio Rosa e o Diretor de Administração Francisco Alexandre. As outras diretorias, contando com a saída conturbada de Fernando Amaral da Direção de Seguridade em 2004, tiveram duas ou três pessoas durante estes oito anos. Pode-se notar também que, além da baixa rotatividade dos membros, é evidente o perfil masculino da direção, com dez homens e apenas uma mulher, Cecília Garcez a partir de 2004.

4.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS DIRIGENTES: AFINAL, UMA NOVA CLASSE?

A investigação das características comuns da Direção Executiva busca dar um sentido à sua ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica do sindicalismo e analisar com sua posição de classe. A amostra dos membros, por mais que pequena, parece ser representativa sobre os perfis dos dirigentes dos fundos de pensão durante o governo Lula.

O primeiro ponto que chama atenção nos 12 perfis da Direção Executiva da PREVI durante do governo Lula é a origem sindical da maioria dos membros. Entre 1970 e 2000 alguns figuraram como importantes lideranças nacionais e regionais de sindicatos bancários ligados à CUT. Prepararam-se para dirigir os fundos de pensão desde a década de 1990, disputando diretorias de alguns fundos, realizando seminários e publicações sobre o tema, regulando o setor com forças políticas lideradas pelo PT. Nesse processo formaram uma ideologia baseada na “democratização do capital”, orientada para o comando dos fundos de pensão dos seus trabalhadores. Nos anos 2000 esta “elite sindical” consegue hegemonizar os

fundos de pensão públicos, dentre eles a PREVI com a composição da Direção Executiva majoritariamente ligada à CUT e ao PT.

A maioria dos membros ingressou no Banco do Brasil na década de 1970. Possuem diferentes experiências dentro do BB antes de irem para a PREVI. Para vencer os preconceitos dos dirigentes tradicionais, estes “dirigentes sindicais” foram em busca de expertise para gerir os fundos. Todos têm obrigatoriamente formação superior. Nos cursos de especialização, MBA e mestrado não foi encontrado uma instituição preferencial de formação superior destes gestores, por mais que o foco dos cursos sejam Administração de Empresas, Economia, Contabilidade e Finanças. Praticamente todos passaram por uma formação típica de executivos capitalistas, com MBA’s em instituições de negócios, inclusive na Europa e Estados Unidos.

Podemos voltar às perguntas iniciais deste estudo: estes gestores fazem parte da classe burguesa ou da classe trabalhadora? Ou compõe os estratos intermediários da pequena-burguesia e/ou “classe média”?

Em primeira mão, é preciso levar em conta que a análise do perfil da Direção Executiva da PREVI durante o governo Lula demonstra a dificuldade de classificar seus membros conforme alguma tipologia padrão das classes sociais. Pode-se dizer, para fins de análise, que os dirigentes da PREVI lastreiam a hipótese de inadequação completa desses gestores aos tradicionais conceitos de “classe” no sistema capitalista. Na verdade, a ambiguidade parece ser a característica decisiva dos gestores – eles não se mostram socialmente como classe.

Vamos partir da possibilidade que existe, no Brasil, uma estrutura de classes sociais comportando quatro classes – burguesia, pequena burguesia, proletariado e lumpesinato - cada uma delas conformando frações que tanto cooperam, colaboram e se unem, como expressão dos interesses fundamentais de cada uma, como concorrem, competem, conflitam e se dividem, tendo em conta seus interesses particulares, ou específicos. Ao compreender a estrutura de classes da sociedade brasileira é fundamental não perder de vista a necessidade de enxergá-la em movimento e transformação. Isto é, compreender que os elementos que compõem as diversas classes sociais se movimentam em todos os sentidos, seja dentro de sua classe, seja para fora dela e ingresso em outra.

Começamos pelo lumpesinato, pois é evidente que os gestores dos fundos não fazem parte desta classe, pela alta qualificação, escolaridade e renda. Sua participação em organizações sindicais e partidárias, além de controlar um patrimônio de bilhões de reais, são

outros elementos que os distanciam do lumpesinato. É provável que, aos olhos do lumpesinato, os gestores façam parte da burguesia, pelos altos cargos e salários.

Em relação à pequena burguesia, a principal dificuldade de enquadrá-los nesta classe é porque o fundo público que controlam é capaz de empregar milhares de trabalhadores. Os gestores não são proprietários de pequenos negócios onde trabalham com o auxílio da família e/ou de poucos trabalhadores assalariados. Entretanto, o padrão de vida dos gestores pode ser considerado equivalente aos dos pequenos proprietários de meios de produção, por mais que o patrimônio que gerem envolve gigantescas massas de capital. A qualificação profissional e a renda dos gestores lhes permite um padrão relativamente elevado de vida, muito melhor do que o padrão da classe trabalhadora, porém bem menor do que as capas mais altas da burguesia. A existência de trabalhadores assalariados com posições de alto cargo na gestão dos fundos de pensão cuja propriedade que gerem não é sua, diferentemente do caso da pequena burguesia, faria estes gestores ficarem fora dos limites desta classe, ainda mais porque sua “propriedade” advém de frações de salários de milhares de trabalhadores. Ao contrário da pequena burguesia, estes gestores alimentam seu crescimento pela concentração e a centralização do capital, o que costuma liquidar muitas empresas comerciais e produtivas da pequena burguesia.

Mas se eles não fazem parte da pequena burguesia, poderia ser o núcleo de uma “nova pequena burguesia”, como teorizou Nicos Poulantzas?

Como observado, Poulantzas divide a pequena burguesia em duas classes: a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia. Nesta “nova pequena burguesia” se encontraria tanto os trabalhadores assalariados improdutivos, quanto frações produtivas do “trabalhador coletivo”, principalmente as de trabalho mais intelectual e qualificado. A ligação que ele faz entre as duas classes é negativa, pois tanto a pequena burguesia tradicional (produção e propriedade em pequena escala) como a nova pequena burguesia (assalariados não produtivos) têm em comum o fato de não pertencerem nem à burguesia nem à classe trabalhadora (1978, p. 206). Segundo Poulantzas, disposições ideológicas comuns unificariam a pequena burguesia tradicional e os assalariados não-manuais em uma nova classe – denominada por ele de “nova pequena burguesia”. É verdade que os gestores analisados efetivamente exercem um trabalho intelectual e altamente qualificado. Põem para trabalhar não seus músculos ou sua habilidade manuais, mas sim seus conhecimentos técnicos, gerenciais, administrativos e políticos. Não seriam “produtivos”, na definição de Poulantzas, por não lidarem manualmente com a produção, mas também não pertencem nem à burguesia nem à classe trabalhadora. O problema aqui é que os gestores analisados não possuem

disposições ideológicas comuns à pequena burguesia tradicional, o que seria o principal elo com esta classe segundo Poulantzas. Sua consciência está voltada negociação com grandes empresas e com o governo, com aspiração à classe dirigente. Então, por mais que seja “nova” pela diferenciação com o proletariado e a burguesia, dificilmente os gestores poderiam ser classificados na “pequena burguesia”, seja pela disposição política-ideológica, seja pela gestão de vultosas massas de capital oriundas dos salários dos trabalhadores.

No entendimento exposto nesta pesquisa, os gestores analisados não fazem parte do proletariado, expropriados de meios de produção. Por mais que sejam assalariados, controlam meios de produção de diversas empresas e detém grandes massas de capital portador de juros. Seu salário, inclusive, depende da extração da mais-valia das empresas que controlam. Assim, estes gestores se excluem da classe trabalhadora pelo papel central que exercem no controle, mando e gestão do capital e de seu processo de valorização. Pode-se notar, entretanto, que a origem proletária dos gestores e a propriedade social que gerem os tornam ligados aos destinos da classe trabalhadora. Assim estes gestores representam os trabalhadores – via sindicato - ao mesmo tempo em que se distanciam deles por sua ação junto à classe capitalista. A condição proletária de trabalhadores ligados às atividades gestadas a partir dos fundos de pensão assume uma forma particular, tendo em vista que os gestores não são idênticos a um capitalista privado, mas sim de um gestor do capital social. Dessa forma, pode-se dizer que, dependendo de condições da contingência política, a “proletariedade” dos gestores dos fundos, conduzidos por uma direção política de classe, pode torná-los aliados estratégicos do proletariado. Sobre este ponto, vale a pena citar uma fala de um dirigente de fundo de pensão, Alencar Ferreira, no seminário “Reforma da Previdência: o Brasil e a Experiência Internacional”, realizado em 1 e 2 de outubro de 2003.

(...) queria aproveitar, dada minha condição de administrador de um fundo de pensão de um município que é administrado por um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, e em decorrência da minha tradição de adorar debates mais teóricos, mais profundos sobre a relação dos trabalhadores e a disputa pela hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira, e comentar uma questão, que os que lêem o jornal Folha de S. Paulo e são interessados por esse tema devem ter acompanhado. Refiro-me à recente entrevista do grande intelectual petista Chico de Oliveira. Com muita humildade, com muito respeito a todo o passado e a toda a sua grandeza intelectual, eu queria comentar algumas afirmações feitas por ele.

Se voltarmos aos nossos manuais de esquerda, como o livro que analisa a fundo o capitalismo, “O Capital”, do Marx, veremos que ele desenvolve toda uma análise do capitalismo e no Livro III ele vai falar que em algum momento do capitalismo vai haver uma predominância do capital financeiro. Mas os nossos manuais — e também esta obra, referência da esquerda — não foram capazes de prever a possibilidade de, em algum momento histórico, os trabalhadores organizados também terem capital. Não é um capital de um dono só, mas um capital coletivo, organizado por meio dos fundos previdenciários, dos fundos de pensão. Hoje temos

no Brasil 15% do PIB em fundo previdenciário, poupança, capital dos trabalhadores. É uma poupança coletiva e de domínio coletivo dos trabalhadores vinculados a esses fundos. É essa experiência que estamos querendo trazer para os servidores públicos. E ao lutar para também disputar a hegemonia na sociedade, disputar a hegemonia nesse fundo para administrar esses recursos, na verdade o que se está fazendo é disputar a hegemonia por um projeto político diferente para a nação brasileira. Isso não estava previsto em nenhum dos manuais de esquerda, pelo menos não nos que eu li. E esse é o novo desafio para aqueles que têm visão progressista de esquerda da sociedade brasileira e é uma proposta virtuosa no modelo de reforma previdenciária apresentado pelo Governo Federal. Ao disputar a hegemonia na sociedade, ao dizer “olha, esses investimentos têm de ter caráter ético, não podem ser investidos em empresas que não tenham respeito às condições trabalhistas, que empreguem crianças, que não tenham cuidado com a ecologia, que devam ser fundos e investimentos éticos, que pensem na sociedade como um todo”, temos uma nova forma de debate e de disputa da hegemonia, não de uma nova classe de dirigentes de fundos de pensão, mas da mesma classe dos trabalhadores que, historicamente, conseguiu acumular esse capital, que não é de propriedade de um só, mas patrimônio coletivo dos trabalhadores (MPAS, 2005, p. 129).

Esta intervenção gera perplexidade. Como se vê, a existência de uma “nova classe” é descartada em nome de uma “nova forma de debate e de disputa de hegemonia” por um “projeto político diferente para a nação brasileira” em prol dos trabalhadores. Esta é, provavelmente, a visão dominante entre os dirigentes oriundos da classe trabalhadora – de que não compõe mais a classe trabalhadora mais representam seus interesses.

Uma análise superficial diria que os gestores em questão são simplesmente “burgueses”. Mas seu capital não é propriedade privada, e sim uma forma coletiva de propriedade. Por mais que gerenciem um patrimônio maior do que qualquer capitalista no Brasil, não são conhecidos por deter grandes fortunas. Por mais que passem por uma formação especializada na gestão capitalista, não fazem parte de famílias capitalistas e seus membros são oriundos da classe trabalhadora. Pensam e agem em seu ofício como capitalistas procurando a rentabilidade de seus investimentos, mas como sindicalistas-gestores influenciam na carteira dos fundos, com o objetivo de aumentar os investimentos em renda variável, capaz de estimular a formação de capital fixo.

É claro que tem um nível de vida superior ao da maioria dos trabalhadores, mas estes gestores são assalariados, embora não se possa falar da exploração direta de sua força de trabalho nas práticas produtivas da mais-valia. Na verdade eles coordenam e financiam essa exploração consolidando a reprodução capitalista. Assim os gestores dos fundos partilham com a burguesia o controle dos aspectos decisivos do capitalismo brasileiro. Mas isso não pode confundir-los, por sua ação tem retirado da burguesia a exclusividade do controle do capital. São ex-operários bancários ligados ao núcleo do PT que controlam o capital de origem social dos fundos de pensão estatais e, dessa forma, passam a ser uma classe dirigente,

mesmo não sendo burguesa, na produção de mecanismos próprios e eficazes de financiamento da economia brasileira.

A indeterminação de classes destes gestores em relação à burguesia se expressa numa entrevista de Sérgio Rosa ao Valor Econômico onde diz que, como gestor de uma fundação de previdência sua visão é

lidar só com pesos pesados, com grandes sócios, grandes empresas, grandes investidores sem ser um capitalista tradicional. Estou ali gerindo uma riqueza que é de muita gente e que tem um destino social. Não posso me comportar como um magnata. Entendo que somos capitalistas de novo tipo, gestores de uma riqueza importante no mundo atual e com grande influência nos negócios. Mas a lógica de gestão do capital dos executivos de fundos de pensão é diferente da lógica de um magnata (“O ex-sindicalista que redesenhou a PREVI”, VALOR ECÔNOMICO, 11/03/2010).

Os gestores dos fundos de pensão - os “capitalistas de novo tipo” que fala Rosa na entrevista acima - parecem identificar sujeitos que embarçam as fronteiras entre o trabalho e o capital, pois não são burgueses e nem compõe a classe trabalhadora. O perfil dos gestores leva a crer que gozam da condição paradoxal de serem trabalhadores e capitalistas ao mesmo tempo, algo novo, talvez sem termo.

Apesar de terem posições não-proletárias e não-burguesas, a existência de uma “nova classe” pode mais confundir do que elucidar sua posição na estrutura de classes. Sua localização se aproxima da classe capitalista enquanto uso do capital, formação profissional, agindo pela união de interesses contraditórios entre as classes dentro do capitalismo. Ao invés de forjar uma “nova classe”, os gestores estimularam uma “nova relação entre capital e trabalho”. Também não é uma “nova classe” porque seus interesses correspondem a características relacionais da burguesia e do proletariado simultaneamente. Se estes gestores constituem um estrato próprio, inclusive, eles agem dentro do mapa básico da estrutura de classes no capitalismo. Ao invés de formam uma “nova classe”, os gestores são integrantes da classe capitalista, acelerando seu desenvolvimento e consolidando-o, em especial contra a burguesia rentista, o que pode os aproxima da classe trabalhadora, apesar de tratar-se de classes fundamentalmente antagônicas. Mas tanto a burguesia como os gestores são classes capitalistas. Ambas se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Ao se encontrar do mesmo lado da exploração, possui em comum o antagonismo com a classe dos trabalhadores

Trata-se de um grupo muito pequeno com acesso à capital, oriundo das capas mais altas do proletariado, mas que não se confunde com a burguesia, por mais que possam resume-se a uma fração que, além de comandar o PT e o governo, compõe a classe capitalista.

A “nova classe” ou a tecnocracia, por mais hierarquizada e diversificada que seja, não pode pretender um “status” de classe. Ela pode, ao contrário, ser definida como fração da classe capitalista. E nestes marcos, sua novidade não é formar-se como classe, mas relativizar o poder da burguesia nos aparelhos de estado e de decisão política.

Ao considerar os gestores como fração da classe capitalista, considero que estes gestores são incapazes de ultrapassar o capitalismo. São capitalistas atípicos, não ligados diretamente à acumulação privada. Eles não se confundem com a burguesia, mas restauraram a disciplina capitalista, imunizando as empresas relativamente às pressões do interesse coletivo dos trabalhadores e fazendo-as depender unicamente da produtividade capitalista. Todos os gestores analisados são reconhecidos como excelentes executivos e administrador de empresas. Estes gestores são astutas “personificações do capital”, sustentada pela qualidade de administrador dos recursos provenientes de parcelas dos salários das classes trabalhadoras.

Durante o governo Lula a luta de classes tendeu a aproximar as classes trabalhadoras do capital por meio dos fundos de pensão. Os fundos financiaram a acumulação capitalista e a reprodução da força de trabalho. A gestão do capital oriundo dos fundos de pensão feita por segmentos de sindicalistas foi uma novidade que sugere, no mínimo, algo de “novo” – mas dentro da classe capitalista. Tiveram papel importante na articulação entre o governo e a burguesia bem como entre a própria burguesia. Aproximaram a burguesia dos projetos do governo via Parcerias Público-Privadas e o PAC. Também estiveram presentes nas empresas que administram de forma compartilhada e articularam fusões, como no caso da Sadia e Perdigão. Dessa forma está se estruturando um genuíno “grupo de influência”, podendo ser até qualificado como um núcleo econômico e político do capitalismo brasileiro recente.

Enquanto função que cumprem no capitalismo brasileiro, estes gestores fazem parte da classe capitalista pela forma de propriedade que “possuem”, mas seus membros não integram a burguesia. Pelo contrário, os aspectos integradores e sua capacidade em investimentos produtivos de longo prazo dos fundos na economia capitalista compensam cada vez mais o caráter particularizado e imediatista da burguesia. Se os gestores dos fundos conseguiram suplantar a burguesia na organização dos processos produtivos, na orientação dos investimentos e na esfera dos aparelhos políticos ainda é uma questão em aberto. Se a burguesia se converter em rentista, se fragmentar, apresentar os fundos como uma perversão do “capitalismo” e tiver um comportamento cada vez mais disperso nos conflitos sociais, isto significa que a decadência da burguesia vem ocorrendo.

O crescimento vultoso dos fundos de pensão e outros investidores institucionais – articulada por sindicalistas - esta enfraquecendo a hegemonia da classe burguesia na condução

do capitalismo brasileiro, o que possui, indiretamente, a capacidade de unir momentaneamente as forças de trabalho e o capital – o que parece ter sido o segredo do governo Lula. Esta ambigua conversão de sindicalistas em gestores avança gerando novas contradições. O enfraquecimento da burguesia pode forçar a divergência entre gestores e trabalhadores assim como, dependendo de como a burguesia lidar com seu declínio, aprofundar uma convergência entre gestores e trabalhadores numa oposição comum à burguesia. Os resultados desta ambiguidade terão efeitos decisivos nos conflitos sociais. Quanto mais os conflitos sociais se amplificam, aceleram os mecanismos de mais-valia relativa, a economia se integra, a burguesia declina e os gestores se unificam, mais aparecem como os representantes do capital associados e coletivo, isto é, como capitalistas. É daí em diante que se vai desvanecendo a ambiguidade entre os trabalhadores e a os gestores. Se neste momento surgirá uma “nova classe” é uma questão em aberto.

De qualquer modo, um conhecimento mais profundo dessa fração de classe social torna-se uma necessidade para definir com mais propriedade a estrutura de classes da sociedade brasileira. Ao estudar a estrutura social, é preciso ter em conta essa condição especial dos gestores dos fundos de pensão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem dúvidas que no Brasil os fundos de pensão estão profundamente ligados ao funcionamento do capitalismo. Integram a cena política e possuem grande importância na economia nacional. Mesmo assim a Ciência Política não tem dado a devida atenção aos atores que são objetos deste trabalho. Paradoxalmente, isso não se deve a pouca importância de cada um deles na direção do governo e na transformação do capitalismo brasileiro. Estudos contemplando os fundos de pensão do ponto de vista de sua estrutura institucional são inexistentes da Ciência Política. O exame da estrutura e da capacidade organizacional dos

fundos, o grau de profissionalização de seus gestores e modelos de recrutamento tem ocupado lugar modesto da Ciência Política. Também não tem produzido análises sobre seu papel no processo de formação de coalizões políticas, assim como seu funcionamento, suas relações com o governo, sindicatos e burguesia.

O crescimento dos fundos de pensão não afetou estritamente o âmbito econômico. Essa afirmação se tornou mais nítida quando verificado que, no Brasil, formou-se um grupo de gestores dos fundos de pensão oriundos do sindicalismo que viabilizou um rearranjo na estrutura de classes sociais e integram a coalização política estabelecida desde 2003. Objetivando a análise da Direção Executiva da PREVI durante o governo Lula foi apresentado um panorama histórico da evolução dos fundos de pensão no Brasil, tendo em vista as relações entre o desenvolvimento capitalista, as transformações do sindicalismo e o debate sobre a formação de uma “nova classe” de gestores.

Considerar dito fenômeno a partir do estudo dos membros da PREVI permitiu concluir que essa “nova classe” não é uma classe, mas é a parte da “elite sindical” que se integrou na classe capitalista sem combater a burguesia, algo inédito. Esta elite sindical, motivada pela ideologia do socialismo de fundos de pensão, deu seus passos iniciais durante a década de 1990, começou a se estruturar entre 1998 e 2002 e formou-se definitivamente durante o governo Lula. Sua consciência se desenvolveu antes da chegada ao governo federal, através dos sindicatos e do parlamento. Entretanto, ela não é uma “classe”. Na verdade representa um desdobramento das contradições entre as classes, forjando uma localização contraditória na estrutura de classes.

Essa localização contraditória não parece ser uma peculiaridade da estrutura social brasileira. De todo modo, importa reconhecer o seu tamanho e importância, com implicações econômicas, políticas e sociais no cenário nacional. Buscou-se, com essas conclusões, explicitar as peculiaridades desse rearranjo social a partir da seguinte hipótese: a inovadora presença de sindicalistas na gestão dos fundos de pensão representou um dos sustentáculos no fortalecimento do capitalismo e do Estado promovido durante o governo Lula, o que garantiu a permanência de um grupo com poder próprio e um sistema de autoproteção baseado em sua profissionalização e filiação partidária. Como se viu, além de “guardiões da economia nacional”, como disse Lula no início do primeiro mandato, os fundos foram os principais conectores do arranjo político e econômico de ações como as Parcerias Público-Privadas que depois se consolidou por meio do PAC. Isso além dos fundos de pensão serem os principais investidores institucionais do Brasil.

Nos primeiros dois anos do Governo Dilma Rousseff tal situação permanece longe de configurar um refluxo significativo do poder de perpetuação da “elite sindical”. Inclusive ganhou corpo os dois primeiros anos do governo Dilma o debate em torno da criação de uma entidade fechada de previdência complementar denominada de Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP). Essa entidade de previdência complementar visa atender os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. A FUNPRESP seria uma entidade fechada de previdência complementar com personalidade jurídica de direito privado, como a PREVI. A previsão do governo é de que até 2040 o fundo tenha 640 mil servidores, quando o quadro de funcionários públicos for substituído, tornando-se então o maior fundo de pensão do Brasil. Em 2011 o Regime de Previdência Complementar era composto por 369 entidades, 2,74 milhões de participantes e um patrimônio de aproximadamente 513 bilhões de reais, representando 17% do PIB (MPAS, 2001, p.4). Este tema apenas demonstra que as possibilidades ventiladas de estudo sobre os fundos de pensão permanecem longe de estarem esgotadas.

Por meio da observação do perfil da Diretoria Executiva da PREVI entre 2003 e 2010 foi possível perceber como foi realizada, concretamente, a formação desse grupo de gestores que agem pela conciliação entre as classes. Carreira + Formação Especializada + Sindicatos/Partido = ascensão aos altos cargos da direção. Quando este grupo, fração da classe capitalista, é posto em movimento, como tem ocorrido nos últimos anos, não é mais tão claro defini-la sob esses termos estáticos. Tal noção é que fez com que não fosse adotada a categoria de “nova classe” na pesquisa realizada. Por mais que seja nova, não é uma classe, mas sim uma relação nova entre as forças de trabalho e o capital. É preciso reconhecer que o conflito de classes está condicionado no Brasil pela existência de uma fração da classe capitalista oriunda da elite sindical. Os fundos de pensão liderados pela PREVI costuraram a hegemonia do compromisso capital-trabalho. As condições, entretanto, podem mudar e o compromisso deteriorar-se. Mas este compromisso perdurará ou mudará ao sabor dos governos? Este trabalho foi focado no período entre 2003 a 2010 e se esta tendência de ligação entre capital e trabalho por meio dos gestores-sindicalistas se perpetuará é uma questão que só o tempo dirá.

REFERÊNCIAS

ABRAPP. **Fundos de Pensão:** Motivos da Retração dos Fundos no Mercado de Ações. *In* Revista ABRAPP, SINDAPP-ICSS - Ano XXII, nº 282, mar/2003.

_____. **Consolidado Estatístico.** São Paulo, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, 2006.

_____. **Relatório Social das Entidades Fechadas de Previdência Complementar** - 2008. São Paulo, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, 2008.

AGLIETTA, M. **Regulacion y Crisis del Capitalismo: la Experiência de los Estados Unidos**. Espanha: Siglo XXI Editores. 1979.

_____. **Le capitalisme de demain: notes de la Fondation Saint Simon**. [S.l.:s.n.],1998.

ANABB. **Poder Feminino**. Disponível em <<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=192&codPagina=257>>. Acesso em: 10/04/2013.

_____. **Quem perde, perde**. Disponível em <<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=192&codPagina=251>>. Acesso em: 10/04/2013.

_____. **Eleições – PREVI**. Disponível em <<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=202&codPagina=286>>. Acesso em: 23/04/2013.

ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS E EX-PROFISSIONAIS DO BESC (PROBESC). **Fala, PREVI!** Disponível em <<http://www.probesc.com.br/index.php/component/content/article/231-fala-previ.html>>. Acesso em: 15/04/2013.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BALDWIN, P. **The Politics of Social Solidarity: Classes Bases of Eurpean Welfare State 1875-1975**. NY: Cambridge University Press, 1986.

BARREIROS, D. **Estabilidade e Crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no caso do desenvolvimentismo (1960-1969)**. Tese de Doutorado – UFF, Departamento de História, 2006.

BELLUZZO L. G. **O Declínio de Bretton Wodds e a Emergência dos Mercados “Globalizados”**. In Economia e Sociedade, nº 4. Campinas: Revista do Instituto de Economia da Unicamp, p. 11-20, 1995.

_____. **Dinheiro e as Transformações da Riqueza**. In Poder e Dinheiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BELOCH, I & FAGUNDES, L (coord.). **Da Caixa Montepio a PREVI: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina, Memória Brasil**, 2004.

BEINSTEIN.J. **Capitalismo senil**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

BELLOFIORE, R. **O capitalismo dos fundos de pensão**. Revista Outubro, São Paulo, 2003.

BERNARDO, J. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **O Inimigo Oculto**. Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

_____. **Marx Crítico de Marx**. Livro Primeiro: Epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital”. Porto, Edições Afrontamento, 1977.

BIANCHI, A; BRAGA, R. **Brazil: The Lula Government and Financial Globalization**. Disponível em: <<http://www.usp.br/sociologia/docentes/index.php#p6>>. Acesso em 17/04/07.

BLACKBURN, R. **The New Collectivism: Pension Reform, Grey Capitalism and Complex Socialism**. *New Left Review*, Londres, nº 233, p. 123-157, Jan/Fev 1999.

BLOMMENSTEIN, H. **Impact of Institucional Investors on Financiai Markets**. *Institucional Investors in the New Financia! Landscape*. OCDE, 1999.

BOITO Jr, A. **A burguesia no Governo Lula**. *Crítica marxista*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Classes e Estratos Sociais no Capitalismo Contemporâneo**. 1981. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1965/TD117.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19/04/2011.

CASTRO, H. O. P.; OLIVEIRA, L. G. S.; CARDOSO, R. F.; WERLANG, S. R. C.; MAGALHÃES, U. **Regimes complementares de previdência**. Rio de Janeiro, FGV/EPGE, 1994. 48 p. (Ensaio Econômicos, 238).

CARDOSO DE MELLO, J. M e BELLUZZO, L.G. **Reflexões sobre a crise atual**. Em BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Vol. 1 Campinas: Unicamp-IE, 1998

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. *In*: CHESNAIS, F. (org.) *Finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. [Org.]. **A mundialização financeira**. Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã Editora, 1998.

CLARK, G. L. **Pension Fund Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CODATO, A. **Centralização política e processo decisório: o governo Geisel em perspectiva**. *In* *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, v. 2, p. 57-78, 1994.

_____. **A burguesia contra o estado?** Crise política, ação de classe e os rumos da transição. *In* Revista de Sociologia e Política, Curitiba - PR, v. 4/5, p. 55-87, 1995. Disponível em

<<http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/Historia%20politica%20recente%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 07/03/2013.

_____. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64.** São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. **Estado militar, política econômica e representação de interesses:** constrangimentos da transição democrática no Brasil nos anos oitenta. *Espacio Abierto*, outubro-diciembre, año/vol. 12, nº 004, Asociación Venezolana de Sociología, Maracaibo, Venezuela, p. 493-521, 2003.

_____. **O processo decisório de política econômica na ditadura militar brasileira e o papel das Forças Armadas (2005).** Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/O%20processo%20decisorio%20de%20politica%20e%20economic.pdf>> Acesso em 15/06/2010.

COSTA, C.C.; ANDRADE, H. **Governo de Transição FHC-Lula:** Constituição, funcionamento e resultados dos trabalhos realizados pela equipe do governo de transição FHC-Lula. Observatório Universitário. jun/2003. Disponível em <http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_10.pdf>. Acesso em: 28/01/2012.

COUTINHO, L. **O desenho de um novo modelo de financiamento para a América Latina.** Seminário Fundos de Pensão: Novo Fator de Desenvolvimento na América Latina, 25 e 26 de abril de 1997. São Paulo, 1997.

DELGADO, I. G. **Previdência Social e Mercado no Brasil.** São Paulo, LTr, 2001.

DIEGUEZ, C. **Sérgio Rosa e o mundo dos fundos.** Revista Piauí, ago/2009, ed. 35. Disponível em <<http://pmcspraca.files.wordpress.com/2013/02/perfil-sc3a9rgio-rosa-revista-piauc3ad.pdf>>. Acesso em: 24/07/2011.

DRUCKER, P. **A revolução invisível:** como o socialismo fundo-de-pensão invadiu os Estados Unidos. São Paulo, Pioneira, 1977.

DURÃO, V. S.; ROCHA, J. Mudança na diretoria da PREVI começa a ser definida. **Jornal Valor Econômico**, 25/02/2010, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=618173>>. Acesso em: 16/11/2012.

_____. O ex-sindicalista que redesenhou a PREVI. **Jornal Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 11/03/2010. Disponível em <<http://www.valor.com.br/arquivo/812803/o-ex-sindicalista-que-redesenhou-previ>>. Acesso em 24/07/2011.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BANCO DO BRASIL (FAAB). **Novos conselheiros para a PREVI.** Disponível em

<<http://www.faabb.com.br/noticias/novos-conselheiros-para-a-previ/>>. Acesso em: 16/11/2012.

FARNETTI, R. **O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas.** *In*: CHESNAIS, François. [Org.]. *a mundialização financeira*. São Paulo: Xamã Editora, cap. IV, p.183-210, 19, 1998.

FILHO, N. S. & SILVA, C. S. **As grandes empresas nos anos 90:** respostas estratégicas a um cenário de mudanças. BNDES, s/d. Disponível em <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/cohecimento/livro/eco90_11.pdf>. Acesso em 29/01/2013.

FREITAS, M. C. P. (org.). **Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90.** SP, FUNDAP e Brasília, IPEA, 1999.

_____. **Os Fundos de Pensão e o Financiamento da Infra-Estrutura.** *In* Rezende, F.; De Paula, T. B. (coord.) *Infra-estrutura: perspectivas de reorganização*. Brasília, IPEA, 1998.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FUTEMA, F. Conselho nomeia nova diretoria da PREVI: saiba quem são. **Folha de São Paulo**, 22/02/2003. Disponível em <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=6604>>. Acesso em 28/01/2012

_____. **Indicado para a transição, Rosa vai fazer a ponte com fundos de pensão.** *Folha de São Paulo*, 01/11/2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42009.shtml>>. Acesso em: 28/01/2012.

GARCEZ, C. **Cecília Garcez** (Blogspot). Disponível em <<http://ceciliagarcez.blogspot.com.br/p/quem-sou.html>>. Acesso em 10/04/2013.

GARCIA, C. **Partido dos Trabalhadores:** Da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2008.

GRANEMANN, S. **Para uma interpretação marxista da “previdência privada”.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRÜN, R. **A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na arena política.** *Revista dados*. Rio de Janeiro, v. 47, n° 1, p.5-47, 2004.

_____. **Fundos de pensão no Brasil do final do século XX:** guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Revista Mana*, v. 9, n° 2, 2003.

_____. **Governança corporativa:** atores e ações na construção de uma nova institucionalidade. *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, v.18, n° 52, junho, p.139-161, 2003.

GRÜN, R. **Atores e ações na construção da “governança corporativa” brasileira.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, nº 52, 2003.

_____. **O nó dos fundos de pensão.** Revista novos estudos Cebrap. São Paulo, nº 73, p.19-31, 2005.

_____. **Entre a Plutocracia e a Legitimação da Dominação Financeira.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 22, nº 65, p. 85-107, 2007.

GUSHIKEN, L; GONÇALVES, R. **Os fundamentos de um código de ética para investimentos e as novas perspectivas sindicais em fundos de pensão.** In: GUSHIKEN, L. [Org.]. Previdência complementar e regime próprio. Indaiatuba: Instituto Integrar, 2002.

GUSHIKEN, L. **O papel dos sindicatos na expansão dos fundos de pensão.** In: REIS, A. [Org.]. Fundos de pensão em debate. Brasília, DF: Editora Brasília Jurídica LTDA., p. 91-97, 2002.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo, Edições Loyola, 2008.

JARDIM, M. A. C. **O mercado das previdências: fatores sócio-culturais na criação de mercado.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal São Carlos, São Carlos, 2002.

_____. **Entre a solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal São Carlos, São Carlos, 2007.

_____. **Fundos de pensão no Brasil: novo ethos sindical?** Colóquio Saber e Poder. Campinas: Focus, Unicamp. 2008.

_____. **“Domesticação” e/ou “moralização do capitalismo” no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão”.** Dados, v. 52, nº 1, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **O papel social dos fundos de pensão no Brasil: construção teórica e empírica da responsabilidade social e da sustentabilidade socioambiental.** Colloquio international - Le marche financier pendant et après la crise: Les fonds de pension, lês épargnes salariales et leur responsabilité sociale. Paris, FMSH, 21-22 setembro, 2010.

KRIEGER, G.; LEITE, J. Marajás do PT defendem supersalário. **Jornal do Brasil**, 09/12/2001. Disponível em <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=3166>>. Acesso em: 02/03/2013.

LAZZARINI, S. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo.** 4ª ed. São Paulo, Global, 1987.

LESSA, C. **A Estratégia de Desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso.** Tese do Doutorado apresentada na FEA/UFRJ, 1978.

LORDON, F. **Fonds de Pension, piège à cons?** Mirage de la Démocratie Actionnariale. Paris: Éditions Raisons D'Agir, 2000.

_____. **La politique du capital.** Paris: Odile Jacob, 2002.

LOBO, B; FILGUEIRAS, L. **Fundos de pensão e financiamento da economia brasileira.** X Encontro Nacional de Economia Política. Anais. Campinas, Sociedade Brasileira de Economia Política, 2005. Disponível em <<http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso72.pdf>>. Acesso em 13/12/2012.

LONZAR, W. **A dimensão privada da Previdência Social:** evolução recente e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MACARINI, J. **A política econômica do governo Médici:** 1970-1973. Econ. Soc. Dec., vol.15, n° 3, p. 53-92, 2005.

MALAFAIA, S. **Moção n° 4014/2004.** Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e690fd2bb44a322883256cef004dbdc2/e4c98b154c5d512283256e9f0052f38c?OpenDocument>>. Acesso em: 15/03/2013.

_____. **Moção n° 4015/2004.** Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e690fd2bb44a322883256cef004dbdc2/8edd478a97c1f0e183256e9f0052463c?OpenDocument>>. Acesso em 15/03/2013.

MARX, K. **O capital.** São Paulo, Editora Nova Cultural, Vol. I e II, 1996.

_____. **O capital:** crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, J. R. S. T. **Uma análise da relação entre mercado de capitais e desenvolvimento.** Brasília: Consultoria Legislativa, 2001. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/conleg/estudos/011858.pdf>>. Acesso em 03/07/2011.

MENICUCCI, M. **Previdência privada:** a negação/complementação da previdência social publica. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

MILNER, J-C. **Clartes de tout.** Paris: Verdier, 2011.

MPS. **Coletânea de normas dos fundos de pensão.** Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **50% dos cargos de diretores é indicado.** São Paulo, 15/05/2010. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,50-do-quadro-de-diretores-e-indicado,552017,0.htm>>. Acesso em: 20/07/2011.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco.** São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **A face poliforme da nova classe dirigente.** 2011. Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/54/PDFs/01_B.pdf>. Acesso em 23/10/2011.

ORLÉAN, A. **Le pouvoir de la finance.** Paris: Odile Jacob, 1999.

PAIXÃO, L. A. **A previdência complementar fechada: uma visão geral.** 2006. Disponível no site <www.mps.gov.br/previc.php>. Acesso em 06/08/2012.

PAIXÃO, L. A., PINHEIRO R. P., CHEDEAK, J. C. S. **Regulação dos investimentos nos fundos de pensão: evolução histórica, tendências recentes e desafios regulatórios.** Revista da Previdência, nº 3, Rio de Janeiro, 2005.

PAZARBAZIOGLU, C; GOSWANI, M; REE, J. **The Changing Face of Investors.** Finance & Development, nº 44, 2007. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2007/03/pazar.htm>>. Acesso em 19/08/2011.

PLIHON, D. **A Economia de Fundos Próprios: um novo regime de acumulação financeira.** In Economia e Sociedade, n. 13. Campinas: IE/UNICAMP. 1999.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PREVI. **A gente quer dar tranquilidade aos associados.** Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200301_88/page02.html>. Acesso em: 04/05/2011.

PREVI. **Boletim Informativo,** 2003. Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200312_93/page01.html>. Acesso em: 21/04/2012.

PREVI. **Diretor da PREVI deixa o cargo para assumir Vice Presidência da Embraer.** Disponível em <http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1101374&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 02/03/2013.

PREVI. **Diretores falam sobre as prioridades da gestão.** Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200407_100/page06.html>. Acesso em: 17/04/2013.

PREVI. **PREVI tem novos dirigentes.** Disponível em <http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1098563&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 02/03/2013.

PREVI. **Toma posse novo Diretor de Investimentos da PREVI.** Disponível em <http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1099087&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 28/03/2011.

PROGRAMA DE GOVERNO PT, 2002. Disponível em <<http://www.construindounovobrasil.com.br/images/downloads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 15/04/2012.

RAIMUNDO, L. da C. **O Papel dos Fundos de Pensão na Reconstrução Industrial e da Infra-Estrutura Urbana Brasileira no Século XXI**. Tese de Doutorado apresentada ao IE/Unicamp, 2002.

REIS, A. (Org.). **Fundos de pensão em debate**. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2002.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e de tributação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

RIZZI, B. **A burocratização do mundo**. Lisboa, Antígona, 1983.

SIFFERT F. & SOUZA C. **As Grandes Empresas nos Anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças**. In *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SARAIVA, Luis & SILVA, R. **Casa Montepio dos Artistas: pecúlio e auxílio mútuo numa sociedade do Recôncavo na Bahia**. Apresentado no Congresso internacional de história de lãs cajás de ahorros, 2008. Disponível em <http://www.um.es/congresos/cajahorro/documentos/P_SaraviaCassia.pdf>. Acesso em 26/10/2012.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

SORIA e SILVA, S. **Insersecção de classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil**. 2011. 426f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

TAVARES, M. C. **O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente**. In *Cadernos de Opinião nº 13*. RJ, Editora Paz e Terra, 1979.

TEIXEIRA, F. **O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política**. In *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo, Xamã, 2000.

_____. & FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo, Cortez, 2008.

TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo – as finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UOL. **Sérgio Rosa é reeleito para presidir a PREVI**. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/05/31/ult1913u51375.jhtm>>. Acesso em: 16/11/2012.

WRIGHT, E. O. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Classes**. Londres: Verso, 1985.

ZINI Jr. A. **Uma Avaliação do Setor Financeiro no Brasil: da reforma de 1964/65 à crise dos anos oitenta**. Dissertação de Mestrado. DEPE-UNICAMP, 1982.

ZIZEK, S. **A revolta da burguesia assalariada**. 2012. Tradução: Chysantho Sholl e Fernando Marcelino. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/01/27/a-revolta-da-burguesia-assalariada/>>. Acesso em: 02/02/2012.

VIEIRA, C. PREVI vai ter dois novos diretores. **Jornal Valor Econômico**, 26/05/2008, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.veteranosdobb.com.br/noticia.php?id_noticia=465>. Acesso em: 16/11/2012.

VITOLS, S. **Financial Systems and Industrial Policy in German and Great Britain: The Limits of Convergence**. Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Berlim, 1995. Disponível em <<http://bibliothek.wzberlin.de/pdf/1995/i95-311.pdf>>. Acesso em: 01/12/2006.

ANEXO**BIOGRAFIAS POLÍTICAS DOS MEMBROS DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA
PREVI DURANTE O GOVERNO LULA (2003 – 2010)**

A) SÉRGIO ROSA

No dia 01 de novembro de 2002, logo após a vitória de Lula no segundo turno, o então diretor de administração da PREVI eleito pelos trabalhadores, Sérgio Rosa, foi comunicado de sua indicação para a equipe de transição do novo governo. Rosa recebeu um telefonema do coordenador-adjunto da equipe de transição, Luiz Gushiken, avisando sobre sua nomeação para um dos cinco grupos de trabalho, na Equipe de Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado. Sua função, na equipe de transição, seria fazer a ponte entre as empresas estatais e os fundos de pensão. Neste momento seu nome já era dado como certo na presidência da Previ, por que mais que numa matéria da *Folha de S. Paulo* do dia ele tenha dito que "Não existe nada sobre isso. Vou contribuir apenas na fase de transição. A nomeação de diretores da Previ depende ainda da escolha do novo presidente do Banco do Brasil, que é quem terá poder para fazer nomeações na entidade"⁵.

Durante todo o governo Lula a PREVI teve como Presidente Sérgio Rosa. Teve seu nome indicado por Luiz Gushiken, então Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e Ricardo Berzoini, Ministro da Previdência Social.⁶ Rosa substituiu Luiz Tarquínio Sardinha Ferro que fora Presidente no período entre agosto de 2002 e janeiro de 2003 num mandato “tampão”.

Sérgio Rosa nasceu no dia 23 de junho de 1959 em São Paulo, numa família cujo pai veio de Portugal com 17 anos. Era dono de um açougue, o Açougue Gouvêa. Rosa foi convocado pelo pai para aprender o ofício aos 13 anos, depois das aulas na escola pública. Aos 18 anos, em 1977, começou a cursar jornalismo na Escola de Comunicação e Artes da USP.⁷

No movimento estudantil tornou-se militante da Organização Socialista Internacionalista, um grupo trotskista clandestino do qual também militavam Luiz Gushiken e Antônio Palocci. Quando terminou o curso não conseguiu emprego como jornalista. A saída encontrada foi fazer concurso para o Banco do Brasil. Aprovado em 1980, começou a dar

⁵ FUTEMA, Fabiana. “Indicado para a transição, Rosa vai fazer a ponte com fundos de pensão”. Folha de São Paulo, 01/11/2002. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42009.shtml>>. Acesso em: 28/01/2012.

⁶ COSTA, C.C.; ANDRADE, H. Governo de Transição FHC-Lula: Constituição, funcionamento e resultados dos trabalhos realizados pela equipe do governo de transição FHC-Lula. Observatório Universitário. jun/2003. Disponível em http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_10.pdf>. Acesso em: 28/01/2012.

⁷ DIEGUEZ, C. “Sérgio Rosa e o mundo dos fundos.” Revista Piauí, ago/2009, ed. 35. Disponível em < <http://pmcspraca.files.wordpress.com/2013/02/perfil-sc3a9rgio-rosa-revista-piauc3ad.pdf>>. Acesso em: 24/07/2011.

expediente como escriturário no Departamento de Digitação do Banco, no bairro de Santo Amaro. Em 1981 acompanhou o grupo que saiu da OSI e aderiu à ala majoritária do PT, a Articulação, liderada por Lula.

Em 1985, o Sindicato dos Bancários de São Paulo foi encabeçado por Luiz Gushiken. Neste momento Rosa integrou a diretoria. Nos anos 1995 e 1996 Rosa foi vereador na cidade de São Paulo. De 1994 a 1995 e de 1998 a 2000 foi Presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT (CNB).⁸

Rosa esteve na PREVI desde junho de 2000, quando foi eleito Diretor de Participações por votação direta dos participantes. Entre junho e julho de 2002 esteve afastado da Diretoria Executiva pela intervenção do governo no fundo, mas em agosto ele voltou no cargo de Diretor de Administração. Por dois mandatos, entre 2003 e 2010, foi Presidente da PREVI.

B) FRANCISCO FERREIRA ALEXANDRE

Em 2003 Francisco Ferreira Alexandre substituiu Sergio Rosa como Diretor de Administração, onde permaneceu por duas gestões, até 2010, por sete anos e três meses.

É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Alagoas e em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Maceió.⁹ Fez especialização em Gerenciamento Estratégico na INSEAD Business School na França, MBA em Finanças Corporativas e pós-graduação em Economia e Gestão das Relações de Trabalho pela PUC-RJ.

Ingressou no Banco do Brasil em junho de 1978, trabalhando na contabilidade, recursos humanos e gerente. Foi coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB desde 1997, responsável pelas negociações dos funcionários.¹⁰ Também foi secretário de Imprensa da Confederação Nacional dos Bancários, CNB, e diretor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Seeb, de Alagoas. Foi vice-presidente da CUT e diretor do Sindicato dos Bancários de Alagoas.¹¹

⁸ DURÃO, V. S.; ROCHA, J. “*O ex-sindicalista que redesenhou a PREVI.*” *Jornal Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 11/03/2010. Disponível em <<http://www.valor.com.br/arquivo/812803/o-ex-sindicalista-que-redesenhou-previ>>. Acesso em 24/07/2011.

⁹ Cf.: “*Diretores falam sobre as prioridades da gestão.*” Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200407_100/page06.html>. Acesso em: 17/04/2013.

¹⁰ Cf.: “*A gente quer dar tranquilidade aos associados.*” Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200301_88/page02.html>. Acesso em: 04/05/2011.

¹¹ Cf.: “*50% dos cargos de diretores é indicado.*” *Jornal O Estado de São Paulo*, 15/05/2010. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,50-do-quadro-de-diretores-e-indicado,552017,0.htm>>. Acesso em: 20/07/2011.

C) LUIZ CARLOS AGUIAR

Luiz Carlos Aguiar é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, com Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ocupou o cargo de Diretor de Investimentos no período entre fevereiro de 2003 e dezembro de 2005. Foi designado junto a conselhos de administração da Embraer, membro da comissão de finanças da Companhia Vale do Rio Doce, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz)¹².

Antes da Diretoria de Investimentos da PREVI, atuou como Gerente Adjunto do Banco do Brasil em Nova Iorque do mês de fevereiro de 1997 a agosto de 2000. Entre maio de 2001 e fevereiro de 2003 foi representante do Banco do Brasil no conselho de administração da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).¹³ Depois de dois anos na PREVI, Aguiar se tornou Presidente do Conselho de Administração da Embraer.

D) JOSÉ REINALDO MAGALHÃES

José Reinaldo Magalhães sucedeu Francisco Alecandre como Diretor de Investimentos no período de 2006 a 2008. Natural de Bambui, Minas Gerais, se formou em Ciências Econômicas pela UFMG em 1983. cursou MBA em Finanças pelo IBMEC em 1992, e MBA em Finanças Corporativas e Direito Societário na FGV em 2000.

Entre 1995 e 1998 foi gerente da divisão internacional do Banco do Brasil. Também vice-presidente do Conselho Administrativo da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) entre 1988 e 2002 e Presidente da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) entre 2000 e 2002. Após foi Gerente-adjunto do Banco do Brasil em Chicago e Nova Iorque de 2002 a 2005.¹⁴ Depois de dois anos na Diretoria de Investimentos onde também atuou como membro titular do Conselho de Administração da Embraer, em 2009, passou a compor o Conselho Fiscal titular da CPFL Energia. Ainda, foi membro efetivo da Comissão Técnica de Investimentos da Abrapp.

¹² Cf.: “Diretor da PREVI deixa o cargo para assumir Vice Presidência da Embraer”. Disponível em <http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1101374&_dad=portal&_schema=PORTAL> . Acesso em: 02/03/2013.

¹³ FUTEMA, Fabiana. “Conselho nomeia nova diretoria da PREVI: saiba quem são.” Folha de São Paulo, 22/02/2003. Disponível em <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=6604>>. Acesso em 28/01/2012.

¹⁴ Cf.: “Toma posse novo Diretor de Investimentos da PREVI.” Disponível em <http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1099087&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 28/03/2011.

E) FÁBIO MOSER

Fábio Moser foi o último Diretor de Investimentos durante o governo Lula, ocupando a função entre 2008 e 2010. Coursou administração de empresas pela Universidade Cândido Mendes entre 1987 e 1991, fez MBA em Finanças pela Ibmec Business School entre 1997 e 1999, mestrado em Administração de Empresas também pela IBMEC entre 2001 e 2003.¹⁵

Ingressou em 1982 como menor-aprendiz no Banco do Brasil. Moser ocupou cargos de gerência até se transferir para a Previ em 1999, onde foi gerente da carteira de telecomunicações. Foi Vice-Presidente de Governança e Negócios Corporativos da Brasil Telecom e membro do Conselho de Administração de diversas empresas tais como: Oi, iG, Celesc, Neoenergia, Fundação Sistel, Fundação 14 e Brasil Telecom;

Desses três membros que participaram da Diretoria de Investimentos, nenhum manteve relação ou histórico de participação como sindicalistas, ainda que todos tenham sido e permaneçam ligados ao PT e a CUT.

F) RENATO CHAVES

Durante o governo Lula a Diretoria de Investimentos foi ocupada por duas pessoas: Renato Chaves e Joílsson Ferreira.

Renato Chaves, carioca, foi Diretor de Participações da PREVI entre fevereiro de 2003 e maio de 2008, por cinco anos e quatro meses.¹⁶ Neste período também foi Presidente do Conselho Administrativo da Neoenergia SA. Antes, entre 2000 e 2003, foi gerente executivo do Banco do Brasil.

Formou-se bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, entre 1988 e 1992. Depois fez duas pós-graduações, uma em Contabilidade na Fundação Getúlio Vargas e outra na PUC-RJ em Finanças e Mercado de Capitais. Entre 2000 e 2002 realizou mestrado em Ciências Contábeis e Avaliação de Empresas na UFRJ.¹⁷ Possui diversas publicações sobre governança corporativa e participação acionária. Tem certificações pelo IBGC (conselheiro fiscal e de administração) e ICSS (profissional de investimentos em

¹⁵ VIEIRA, Catherine. “PREVI vai ter dois novos diretores.” *Jornal Valor Econômico*, 26/05/2008, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.veteranosdobb.com.br/noticia.php?id_noticia=465>. Acesso em: 16/11/2012.

¹⁶ Cf.: “Sérgio Rosa é reeleito para presidir a PREVI.” Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/05/31/ult1913u51375.jhtm>>. Acesso em: 16/11/2012.

¹⁷ Cf.: MALAFAIA, Samuel. *Moção nº 4015/2004*. Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e690fd2bb44a322883256cef004dbdc2/8edd478a97c1f0e183256e9f0052463c?OpenDocument>>. Acesso em 15/03/2013.

entidades de previdência fechada), além de possuir registro de administrador de carteiras de valores mobiliários da CVM.

Chaves chega à Previ após atuar, desde 1997, na área de finanças do banco, onde desenvolveu diversos trabalhos sobre gestão de participações. Antes, foi gerente de divisão da BB-DTVM e gerente executivo na diretoria de mercado de capitais e investimentos, na área de governança do BB.¹⁸

G) JOILSSON FERREIRA

De junho de 2008 a junho de 2010 Joilsson Ferreira ocupou o cargo de Diretor de Participações, durante dois anos e um mês. Formou-se em Direito pela USP entre 1984 e 1989. Fez mestrado em Administração de Empresas pela FGV entre 2003 e 2004.

Ingressou no BB em 1976 como menor-aprendiz. Trabalhou na Agência Centro São Paulo. Foi diretor da Cassi entre 1992 e 2000. Antes de entrar na Direção de Participações da PREVI, foi assessor, gerente e diretor interino nas diretorias de Participações e Administração entre 2000 e 2002 e conselheiro consultivo entre 2006 e 2008.¹⁹ Entre 2004 e 2008 também foi responsável pela gestão dos ativos societários do Banco do Brasil, como Gerente Executivo de Mercado de Capitais e Investimentos e no colegiado da Diretoria de Mercado de Capitais. Foi cotado como possível presidente da PREVI, sucedendo Sérgio Rosa, o que acabou não acontecendo.

Tanto Renato Chaves como Joilsson Ferreira são ligados a CUT e à Articulação, tendência majoritária do PT. Ferreira é considerado, inclusive, um militante histórico do movimento sindical.²⁰

H) ERIK PERSSON

Persson é graduado em Economia pela UFRGS e fez cursos de extensão em áreas afins, como Planejamento Econômico e Relações Internacionais. Começou a trabalhar no Banco do Brasil em 1977.²¹

¹⁸ Cf.: “*Novos conselheiros para a PREVI*”. Disponível em <<http://www.faabb.com.br/noticias/novos-conselheiros-para-a-previ/>>. Acesso em: 16/11/2012.

¹⁹ VIEIRA, Catherine. “*PREVI vai ter dois novos diretores*.” *Jornal Valor Econômico*, 26/05/2008, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.veteranosdobb.com.br/noticia.php?id_noticia=465>. Acesso em: 16/11/2012.

²⁰ DURÃO, V. S.; ROCHA, J. “*Mudança na diretoria da PREVI começa a ser definida*.” *Jornal Valor Econômico*, 25/02/2010, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=618173>>. Acesso em: 16/11/2012.

Funcionário do Banco do Brasil desde 1977. No período de 2000 e 2004 ocupou a Diretoria de Planejamento e, após, a Diretoria de Seguridade da Previ de 2004 a 2006.²² Foi diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul de 1996 a 2001 e coordenador do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos. Membro da Democracia Socialista, tendência interna do PT, até 2003, quando saiu junto com 35 militantes da corrente pelas críticas de Heloisa Helena (então porta-voz da corrente) ao governo Lula.²³ Integrou-se à Articulação. É uma importante liderança da CUT.

I) CECÍLIA MENDES GARCEZ SIQUEIRA

Cecília Mendes Garcez Siqueira foi Diretora de Planejamento da Previ entre julho de 2006 e junho de 2010, por três anos e onze meses.²⁴

É Graduada em Educação pela UnB e em Psicologia pela FUNREI-MG. Possui pós-graduação em Formação Geral para Altos Executivos e em Gestão de Fundos de Pensão, ambos pela FGV/DF e especialização em Gestão de Fundos de Pensão pela Wharton School na Philadelphia, Estados Unidos. cursou mestrado em Administração no IBMEC/RJ e Advanced Management Program pela Harvard Business School em 2009.

Ingressou no BB em 1979. Exerceu várias funções gerenciais até assumir a diretoria da ANABB (Associação dos Funcionários do Banco do Brasil) em 1998. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da CPFL Energia, onde também exercia a função de Coordenadora do Comitê de Recursos Humanos, no período de 2005 a 2008. Foi Conselheira Deliberativa da PREVI no período de 2002 a 2004,²⁵ atuando também como Conselheira de Administração da Neoenergia de 2002 a 2005. Entre 2009 e 2011 fez parte do conselho administrativo da Embraer.²⁶

²¹ Cf.: MALAFAIA, Samuel. *Moção nº 4014/2004*. Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e690fd2bb44a322883256cef004dbdc2/e4c98b154c5d512283256e9f0052f38c?OpenDocument>>. Acesso em: 15/03/2013.

²² Cf.: “Diretores falam sobre as prioridades da gestão.” Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200407_100/page06.html>. Acesso em: 17/04/2013.

²³ KRIEGER, G.; LEITE, J. “Marajás do PT defendem supersalário.” *Jornal do Brasil*, 09/12/2001. Disponível em <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=3166>>. Acesso em: 02/03/2013.

²⁴ Cf.: “PREVI tem novos dirigentes.” Disponível em <http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1098563&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 02/03/2013.

²⁵ Cf.: “Diretores falam sobre as prioridades da gestão.” Disponível em <http://www.previ.com.br/noticias/boletins/boletim200407_100/page06.html>. Acesso em: 17/04/2013.

²⁶ Informações disponíveis em <<http://ceciliagarcez.blogspot.com.br/p/quem-sou.html>>. Acesso em 10/04/2013.

Para a Direção Executiva Cecília foi indicada pela Anabb.²⁷ Sua relação com o PT é conflituosa, sendo crítica à partidarização dos fundos.

J) FERNANDO AMARAL

Fernando Amaral Baptista Filho ocupou a Diretoria de Seguridade da Previ entre 2002 e 2004. Mesmo sendo da CUT e do PT, teve sua saída antecipada pela cassação de seu mandato em 2004 pelo Conselho Deliberativo. Amaral foi eleito Conselheiro Deliberativo da Previ em 1998. Em 2002 foi escolhido para a função de Diretor de Seguridade. Em 2004 Amaral fez parte da chapa que perdeu as eleições para aquela que tinha o compromisso de nomear como diretores Francisco Alexandre, Erik Persson e Cecília Garcez. Então, Amaral foi exonerado de acordo com as regras estatutárias, pois sua chapa havia perdido as eleições.²⁸

K) JOSÉ RICARDO SASSERON

José Ricardo Sasseron começou sua carreira no Banco do Brasil em 1980 como funcionário da GEREL (Gerência Regional Logística) de São Paulo. Foi Conselheiro Fiscal da Previ entre 1996 e 1998. Em 2001 foi membro do Conselho de Gestão e Previdência Complementar, órgão vinculado ao Ministério da Previdência Social que regulamenta a Previdência Complementar. Foi fundador e presidente da Anapar - Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão. Atuou como membro do Conselho Deliberativo da PREVI entre 2004 e 2006 e se elegeu Diretor de Seguridade desde 2006 com o apoio da Associação dos Funcionários Aposentados do BB e do Sindicato dos Bancários de São Paulo.²⁹ Entre 2005 e 2007 participou no conselho de Sauipe S/A. Foi diretor da Vale entre 2007 e 2012.

Técnico em Contabilidade, possui também bacharelado em História pela USP. Foi Diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Bancários de São Paulo por 12 anos. Coordenou a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil.³⁰ Possui longa trajetória no sindicalismo, inclusive, após sua passagem pela PREVI, passa a compor a direção nacional da CONTRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT.

²⁷ Cf.: “*Poder Feminino.*” Disponível em <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=192&codPagina=257>>. Acesso em: 10/04/2013.

²⁸ Cf.: “*Quem perde, perde.*” Disponível em <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=192&codPagina=251>>. Acesso em: 10/04/2013.

²⁹ Cf.: “*Fala, PREVI.*” Disponível em <http://www.probesc.com.br/index.php/component/content/article/231-fala-previ.html>>. Acesso em: 15/04/2013.

³⁰ Cf.: “*Eleições – PREVI*” Disponível em <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=202&codPagina=286>>. Acesso em: 23/04/2013.